



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSCB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER  
CAMPUS JORJE AMADO - CJA

**ROSIMÁRIA DE JESUS RIBEIRO**

**O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A SITUAÇÃO DAS MULHERES AFRO-INDÍGENAS  
SEM TERRA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA A PARTIR DE UMA  
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

ITABUNA-BAHIA

2020

**ROSIMÁRIA DE JESUS RIBEIRO**

**O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A SITUAÇÃO DAS MULHERES AFRO-INDÍGENAS  
SEM TERRA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA A PARTIR DE UMA  
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Memorial Descritivo e Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) como exigência para obtenção de Título de Mestre.

**Linha de pesquisa:** Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

**Orientadora:** Profa. Dr.<sup>a</sup> Célia Regina da Silva

ITABUNA-BAHIA

2020

**ROSIMÁRIA DE JESUS RIBEIRO**

**O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A SITUAÇÃO DAS MULHERES AFRO-INDÍGENAS  
SEM TERRA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA A PARTIR DE UMA  
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Celia Regina da Silva**  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)  
Orientadora

---

**Dra. Flavia Alessandra de Souza,**  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Examinadora Externa à Instituição

---

**Dra. Luzineide Miranda Borges**  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Examinadora Externa à Instituição

---

**Dr<sup>o</sup> Carlos José Ferreira Dos Santos**  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Examinador Externo à Instituição

---

**Dra. Ana Cristina Santos Peixoto**  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)  
Examinadora Interna

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

R484v Ribeiro, Rosimária de Jesus, 1981-

O visível e o invisível : a situação das mulheres afro-indígenas Sem Terra no Assentamento Terra Vista a partir de uma perspectiva interseccional / Rosimária de Jesus Ribeiro. – Itabuna: UFSB, 2021.-

152f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2021.

Orientadora: Dra. Célia Regina da Silva.

1. Mulher – Aspectos sociais. 2. Interseccionalidade (Sociologia). 3. Feminismo negro. 4. Assentamento Terra Vista – Arataca (BA). I. Título.

CDD – 305.42

**Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922**

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Exú por ser o senhor da comunicação, da linguagem e da palavra por sempre guiar meus passos e me permitir decidir e seguir pelos melhores caminhos diante das possibilidades das encruzilhadas também epistêmicas.

A todas as forças sagradas e humanas que compuseram esse xirê de memórias e narrativas femininas.

Para puxar o xirê, agradeço a Olorum e a todas as energias que compõem a natureza nos mantendo ligadas/os ao Orum e Aiyê.

A Oxum, dona do meu Eledá, por me acalantar nas suas muitas águas e por me fazer vencedora de grandes batalhas portando como arma o abebé. A Oxóssi por representar a ciência e ser também o grande caçador de conhecimento, por ter me segurado nas horas mais difíceis das muitas vezes que pensei em desistir desta caçada acadêmica.

A Xangô por ser o rei que equilibra a balança da justiça, por ser força presente em minha vida e por mim conduzir no processo de fazer justiça ancestral através da escrita.

Ao MST, por ter salvado a mim e minha família e por nos permitir ter dignidade humana e esperança em “um mundo onde caibam outros mundos”.

A minha mãe Rozália Assunção por ter me conduzido na descoberta das primeiras letras e dos primeiros rabiscos da escrita. Ao meu pai João Ribeiro *in memoriam*, pela disposição para luta e alegria inesgotável.

A todas as mulheres do Assentamento Terra Vista, em especial as que carinhosamente se dispuseram a participar desta pesquisa.

A minha irmã e amiga Eva Bomfim, por acreditar em mim e por não ter sido à toa que minha filha a escolheu como sua mainha.

A Saskya Lopes e Lis Pimentel por terem sido família e acolhido a mim e minha filha no momento mais difícil do mestrado, a vocês todo axé do mundo.

Aos colegas de turma Joeldon Bento pela empatia e solidariedade. À Mariângela Bahia pela doçura e carinhos de sempre. À Maria Domingas por ser sempre luz e me fazer confiante.

A minha querida orientadora Dr<sup>a</sup> Célia Regina da Silva por tudo que não tenho como expressar porque para “muita coisa importante falta nome.”

Na pessoa do Professor Casé Angatu, agradeço a todos, todas e todes professorxs do PPGER UFSB-CJA.

Ao meu grande amor Vinícius Ximenes pelo apoio incondicional, companheirismo, coragem de amar e ousadia em querer construir uma relação libertária e, sobretudo, por me fazer viver sempre em “estado de poesia”, só posso te dizer que “amor com amor se paga”.

A minha filha Eloá por ter me escolhido como portal para vir a este plano e por me testar e ensinar todos os dias como descolonizar as relações de afeto, cuidado e amor. Ela é o laboratório vivo que me faz pensar, repensar e praticar no presente os passos em direção às relações daquilo que almejo para os que virão depois de nós.

Para todas as mulheres negras, indígenas e Sem Terra de ontem de hoje e de amanhã que lutam incessantemente contra todas as formas de opressões e dominações capitalistas, patriarcais e racistas e por acreditarem que “A noite não adormecerá jamais nos olhos das fêmeas pois do nosso sangue-mulher de nosso líquido lembradiço em cada gota que jorra um fio invisível e tônico pacientemente cose a rede”.

Conceição Evaristo – Cadernos Negros, vol. 19

## AINDA ASSIM EU ME LEVANTO

Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Minha presença o incomoda?  
Por que meu brilho o intimida?  
Porque eu caminho como quem possui  
Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,  
Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?  
Cabeça curvada e olhos para o chão?  
Ombros caídos como as lágrimas,  
Minh'alma enfraquecida pela solidão?

Meu orgulho o ofende?  
Tenho certeza que sim  
Porque eu rio como quem possui  
Ouros escondidos em mim.

Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?  
Será que você se pergunta  
Porquê eu danço como se tivesse  
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor  
Eu me levanto

De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto

Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto

Em direção a um novo dia de intensa claridade  
Eu me levanto

Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto

Eu me levanto  
Eu me levanto.

Maya Angelou

## RESUMO

Este Memorial Descritivo tem por objetivo analisar de que forma os atravessamentos interseccionais de classe, raça e gênero incidem nas trajetórias de vidas e experiências de lutas das Mulheres Afro-Indígenas Sem Terra no Assentamento Terra Vista (ATV), Arataca-BA, e de que modo os processos educativos perpassam esses enfrentamentos. Partimos da hipótese de que a ausência de um olhar étnico-racial e a centralidade da categoria de Classe nos documentos básicos, referenciais teóricos e ações coletivas pensadas e concretizadas pelos militantes, dirigentes e base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribui para secundarizar as questões de raça e gênero e invisibilizar as contribuições das mulheres nos processos teóricos e práticos de lutas. A pesquisa decorrente da hipótese formulada propiciou a análise priorizando a metodologia da pesquisa-ação com abordagem qualitativa, optamos pela diversificação na escolha das mulheres participantes, considerando as distintas narrativas de vida e trajetórias no MST. As fontes orais compuseram o principal recurso da pesquisa – pela obtenção sistemática de relatos autobiográficos, por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas. Os conceitos que fundamentam a pesquisas são: *interseccionalidade*, *feminismo negro* e *feminismo camponês e popular*. Como resultado da análise dos dados, constatamos que os atravessamentos interseccionais (raça, gênero e classe) interferem de forma negativa na vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra na comunidade, pois as mesmas enquanto sujeitos históricos protagonizam as lutas coletivas, tidas como prioridade da classe, porém, no que diz respeito às lutas de caráter antirracistas e antipatriarcais ficam muitas vezes sob responsabilidade apenas das mulheres afro-indígenas Sem Terra. Concluímos que as relações sociais, os aprendizados obtidos em vários espaços educativos e as lutas por mudanças estruturais são processos permeados por muitas contradições, as quais contribuem tanto para reprodução de violências e invisibilidade das mulheres quanto para revelação do quanto o ATV em particular e o MST de modo geral precisam avançar no debate teórico e na prática das questões interseccionais.

**Palavras-chave:** Mulheres afro-indígenas Sem Terra. Interseccionalidade. Feminismo Negro.

## ABSTRACT

This memorial aims to analyse how class, race and gender intersectional crossings affect Landless Afro-Indigenous Women life trajectories and struggle experiences in the Terra Vista Settlement, Arataca-BA, and how educational processes permeate these confrontations. We start from the hypothesis that the absence of an ethnic-racial look and the centrality of the Class category in the basic documents, theoretical references and collective actions thought and accomplished by militants, leaders and the social base of the Landless Rural Workers Movement (MST) contributes to secondary race and gender issues and makes women's contributions invisible in the theoretical and practical processes of struggles. The current research of the formulated hypothesis provided the analysis prioritizing the methodology of action-research with a qualitative approach, we opted for diversification in the choice of participating women, considering the different life narratives and MST trajectories. The oral sources were the main resource – for the systematic obtainment of autobiographical reports, through the technique of semi-structured interviews and conversation circles. The concepts that underlie the research are: *intersectionality*, *black feminism* and *peasant and popular feminism*. As a result of the data analysis we found that intersectional crossings (race, gender and class) negatively interfere in Landless afro-indigenous women life in the community, because these women as historical subjects lead the collective struggles, considered as the class priority, but with regard to anti-racist and anti-patriarch character struggles are often under only Landless afro-indigenous women responsibility. We conclude that social relations, the learning obtained in several educational spaces and the struggles for structural changes are processes permeated by many contradictions, which contribute both to the reproduction of women violence and invisibility as to the revelation of how much ATV (Terra Vista Settlement) in particular and MST in general need to advance in the theoretical debate and intersectional issues practice.

**Keywords:** Landless Afro-Indigenous Women. Intersectionality. Black Feminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Grupo de Mulheres do Assentamento Terra Vista.....	85
<b>Figura 2:</b> Aniely Silveira e sua produção de fitoterápico e fitocosmético.....	86

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ATV** – Assentamento Terra Vista

**CC** – Componente Curricular

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ENFF** – Escola Nacional Florestan Fernandes

**FSA** – Fundação Santo André

**MSC** - Movimentos Sociais do Campo

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PPGER** – Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz

**UFSB** – Universidade Federal do Sul da Bahia

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**CIFF** – Centro Integrado Florestan Fernandes

**UNEB** – Universidade Estadual da Bahia

**CEEPFCCMS** – Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos

**FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

**LGBTEQI+** – Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Queer, Intersexo e outras possibilidades de expressão de gênero e orientação sexual.

**ANMC** – Associação Nacional de Mulheres Camponesas

**CLOC** – Coordenadoria Latino-americana de Organizações Campesinas

## SUMÁRIO

<b>PARTE 1.</b> ....	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2. NOS LABIRINTOS DA MEMÓRIA: uma história de ousadia, teimosia e esperança.</b> .....	<b>19</b>
2.1.1 Nomeando minhas dores para valorizar as conquistas: o encontro com a luta, educação e dignidade humana. ....	22
2.1.2 Chegada no ATV: o retorno à Aldeia e ao Quilombo. ....	24
2.1.3 Sobre militância, docência e formação acadêmica: a urgência, o impulso e o estímulo. ....	27
2.1.4 O Mestrado no PPGER: tornando possível o impossível. ....	32
2.1.5 Sobre como me tornei uma feminista negra. ....	35
2.2 Os Impactos coloniais no ato de escrever, falar e Amar. ....	38
2.2.1 Escrevendo sobre o não dito ....	38
2.2.2 Amordaçadas pelas máscaras do silenciamento: a necessidade de “transformação do silêncio em linguagem e ação”. ....	42
2.2.3 Assim como o amor, a escrita cura. ....	45
<b>PARTE 2</b> .....	<b>49</b>
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>49</b>
3.1 Espaço da pesquisa: .....	52
3.2 As participantes da pesquisa. ....	52
3.3 Instrumento de Obtenção de dados. ....	52
3.4 Produto Educacional. ....	53
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>53</b>
4.1 O Feminismo Negro e a luta por restituir humanidades negadas. ....	53
4.2 Feminismo Camponês e Popular. ....	57
4.2.1 A construção das novas relações por dentro das velhas.....	61
<b>5 O CHÃO DA PESQUISA: o Contexto Histórico.</b> .....	<b>67</b>
5.1.1 Impactos da luta pela terra e surgimento do MST no sul da Bahia .....	67
5.2 De Bela Vista à Terra Vista: um sonho em construção. ....	71

5.2.1	O protagonismo das mulheres afro-indígenas Sem Terra na luta por educação e escola do campo no ATV.....	76
5.3	Análise dos dados obtidos .....	87
5.3.1	1ª Roda de Conversa – eixo temático: “Capitalismo, Racismo e Patriarcado” .....	89
5.3.2	2ª Roda de Conversa – eixo temático: “Feminismo negro e interseccionalidade”. .....	91
5.3.3	3ª Roda de Conversa – eixo temático: “A Importância das Mulheres na Luta pela Terra e emancipação humana”. .....	94
5.4	Síntese da Pesquisa .....	97
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>7.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXOS. ....</b>	<b>113</b>
<b>9.</b>	<b>APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL: REVISTA GUARDIÃS. ....</b>	<b>115</b>

## PARTE 1.

### 1. INTRODUÇÃO.

E em nossa fala, em nossa escrita, há muito fazer-dizer, há muito de palavra-ação. Falamos para exorcizar o passado, arrumar o presente e predizer a imagem de um futuro que queremos. Nossas vozes-mulheres negras ecoam desde o canto da cozinha à tribuna. Dos becos das favelas aos assentos das conferenciais mundiais. Dos mercados, das feiras onde apregoamos os preços de nossas vidas aos bancos e às cátedras universitárias. Dos terreiros onde as Mães acolhem seus filhos convictos na força da palavra, no Axé, aos movimentos feminista e negro. Desde ontem... Desde sempre... Nossas vozes propõem, discutem, demandam. Há muito que dizer. Há muitos espaços ainda vazios de nossas vozes e faremos chegar lá as nossas palavras. Há muito que fazer dizer. Não tememos. Sabemos falar pelos orifícios da máscara com tal força que estilhaçamos o ferro. Quem aprendeu a sorrir e a cantar na dor, sabe cozinhar as palavras, pacientemente na boca e soltá-las como lâminas de fogo, na direção e no momento exato.

Conceição Evaristo, 2009.

A introdução deste Memorial Descritivo poderia começar e se encerrar nesta longa epígrafe, com estas reveladoras palavras que nos “cortam” o peito e acalentam a alma ao mesmo tempo, nos conduzindo para uma profunda reflexão da nossa trajetória existencial enquanto mulheres negras, desde a África até a Diáspora, trajetória marcada por lutas, sofrimentos e resistência. Mas, resistimos a quase 400 anos de escravidão não porque ficamos imersas nas dores e sofrimentos, mas, sobretudo, porque na maioria das vezes tivemos que aprender a “exorcizar o passado” reinventar o presente e “predizer o futuro que queremos”. Essas mulheres se “forjaram” tirando do próprio cotidiano dolorido não apenas a produção e reprodução da subsistência e existência, “como também inventaram suportes psicológicos para se fortalecerem e se colocarem como esteios de suas famílias e muitas vezes das comunidades que se acham inseridas” (EVARISTO, 2009, p. 01).

Como suportes psicológicos podem entender e considerar: os sorrisos, as falas, os silêncios, os cantos, as danças, o Axé, os sonhos, as cercas rompidas do latifúndio que moveram nossas ancestrais e nos movem na direção da liberdade.

O ato de escrever também se configura aqui como suporte psicológico ao trazer à luz do presente a trajetória de vida e de luta das mulheres afro-indígenas Sem Terra no Assentamento Terra Vista (ATV). Empregamos este conceito de “mulheres afro-indígenas Sem Terra” porque as camadas populares do Sul da Bahia possuem ancestralidade negra e indígena fortíssima, desta forma na nossa compreensão, assumir apenas a identidade de

camponês, ou Sem Terra seria uma forma de apagamento ou negação das histórias, culturas, memórias e protagonismos das presenças indígenas e negras em nosso território.

Evidenciar os atravessamentos interseccionais que as mesmas enfrentam é também uma forma terapêutica para mim mesma, um remédio natural que vai me direcionando a caminhos de autoconhecimento e de percepções em torno de como eu também sou atingida pelo intenso fluxo dos eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe que constituem as avenidas identitárias que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos (CRENSHAW 2002).

Este Memorial tem por objetivo analisar de que forma os atravessamentos interseccionais de classe, raça e gênero incidem nas trajetórias de vidas e experiências de lutas das Mulheres Afro-Indígenas Sem Terra no Assentamento Terra Vista – Arataca/BA, e de que modo os processos educativos perpassam esses enfrentamentos. Partimos da hipótese de que, a ausência de um olhar étnico-racial e a centralidade da categoria de *Classe* nos documentos básicos, referenciais teóricos e ações coletivas pensadas e concretizadas pelos militantes, dirigentes e base social do MST, contribui para secundarizar as questões de raça e gênero e invisibilizar as contribuições das mulheres nos processos teóricos e práticos de lutas.

A pesquisa decorrente da hipótese formulada propiciou a análise priorizando a metodologia da pesquisa-ação com abordagem qualitativa, optamos pela diversificação na escolha das mulheres participantes, considerando as distintas narrativas de vida e trajetórias no MST. As fontes orais compuseram o principal recurso da pesquisa – pela obtenção sistemática de relatos autobiográficos, através da técnica de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas. Os conceitos que fundamentam as pesquisas são: *interseccionalidade, feminismo negro e feminismo camponês e popular*. Concluímos que, as relações sociais, os aprendizados obtidos em vários espaços educativos e as lutas por mudanças estruturais são processos permeados por muitas contradições, as quais contribuem tanto para reprodução de violências e invisibilidade das mulheres quanto para revelação do quanto o ATV em particular e o MST de modo geral precisam avançar no debate teórico e na prática das questões interseccionais.

É importante afirmar que o ATV, em seus quase 30 anos de existência, tornou-se referência nas lutas e conquista em torno da Educação do Campo e práticas agroecológicas e as mulheres são os sujeitos políticos que assumem protagonismo nesses processos. Inicialmente, a questão educacional e agroecológica não faziam parte de nosso objetivo, mas ao longo do desenvolvimento da pesquisa esses elementos foram se revelando de forma

contundente e entendemos assim a importância de se fazer uma análise interseccional problematizando também de que forma as conquistas educacionais e as práticas agroecológicas perpassam os atravessamentos interseccionais experienciados pelas mulheres afro-indígenas Sem Terra. Com isto, levantamos mais uma questão: como as mulheres do ATV experienciam e resistem aos atravessamentos marcados pelas explorações, opressões e discriminações de classe, raça e gênero enquanto mulheres pobres, camponesas negras e/ou afro-indígenas, e como tais contradições ressignificam suas vidas?

A intencionalidade de pesquisar as narrativas e trajetórias de vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra no ATV a partir de uma perspectiva interseccional com base no pensamento feminista negro foi motivada pela minha atuação enquanto moradora, historiadora e educadora na comunidade, em que durante muitos anos na militância e participando de vários espaços de formações e o meu ingresso no PPGER-UFSB, me trouxeram algumas indagações as quais buscamos investigar ao longo desse estudo.

Abordar a experiência de luta das mulheres é de essencial importância nesse momento histórico de desenvolvimento da luta de classes no Brasil, onde as mulheres indígenas, negras e camponesas sofrem as mais perversas formas de opressões, resultante da dominação do sistema capitalista, cisheteropatriarcal, branco e cristão. Entender a dominação patriarcal, na tentativa de superá-la, é potencializar a luta de classes, pois as mulheres trabalhadoras atuam com muito mais coragem, vigor e ousadia quando o programa político da luta em que estão inseridas defende a necessidade de incorporar à luta o desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora para questionar e combater de forma permanente ideologias e práticas machistas, sexistas, racistas e todas as suas formas de manifestações que subalternizam as mulheres, como nos alerta Tatau Godinho, militante influente da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Se não é tão difícil compreender que a opressão das mulheres favorece a dominação capitalista, já não é tão fácil aceitar que existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que todos os homens de todas as classes, desfrutam devido à posição subordinada das mulheres na sociedade, **o que significa que os homens da classe trabalhadora possam ter algum interesse na perpetuação do patriarcalismo** (GODINHO, 2005 p. 49 – grifos nossos).

De acordo com a autora é evidente a existência de uma matriz de opressões cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual, as mulheres trabalhadoras Sem Terra estão submetidas porque também são oprimidas e subordinações tanto no enfrentamento direto ao capitalismo, bem como nos enfrentamentos dos privilégios masculinos intra-classe.

Este percurso narrativo é necessário para demarcarmos o nosso lugar de fala e o *locus* social que nos caracterizam como mulheres pobres, afro-indígenas, trabalhadoras camponesas Sem Terra, que historicamente tiveram suas capacidades mutiladas, suas vozes silenciadas e sua condição humana negada pelo sistema capitalista cisheteropatriarcal, racista, sexista e cristão através da norma hegemônica discursiva e da política de silenciamento do *Outro*, que tem determinado desde sempre quem é autorizado a falar (RIBEIRO, 2019).

A voz da ativista, intelectual e feminista negra Djamila Ribeiro em seu livro “*Lugar de fala*” nos convida a entrar numa gira epistêmica das feministas negras, firmando que “desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produtoras de discursos contra-hegemônicos” (RIBEIRO, 2019, p.18). Estamos em concordância com a autora ao elucidar também que existe uma epistemologia hegemônica universal que aborda os indivíduos enquanto seres homogêneos do ponto de vista do homem branco, EU-ropeu, cristão cisheterossexual e rico. Tal epistemologia influenciou de forma contundente as teorias feministas que também demarcaram um lugar hegemônico ao universalizar a mulher na perspectiva da mulher branca (RIBEIRO, 2019).

Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade e de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler um dos grandes nomes (RIBEIRO, 2019, p.20, ênfases adicionadas).

Ribeiro (2019) problematiza este fato ao defender que a história de resistência e produção intelectual de mulheres negras desde sempre buscou desestabilizar estes postulados do ser universal ao falar de mulher levando em conta outras intersecções do sistema de opressão e como cada grupo étnico e indenitário experiencia esses atravessamentos, considerando também o *locus* social que as pessoas subalternizadas ocupam numa esfera de poder. Essas questões já vinham sendo problematizadas, como afirma a autora.

Essa discussão já vem sendo feita desde a primeira onda, como nos mostra Truth, assim como na segunda onda, como podemos ver nas obras de feministas negras como bell hooks, Audre Lorde, entre outras, apesar de não serem caracterizadas por este tipo de reivindicação pela perspectiva dominante (RIBEIRO, 2019, p.21).

Djamila Ribeiro, em sua narrativa, refuta com veemência o ponto de vista feminista hegemônico que durante muito tempo reproduziu uma cegueira em relação às mulheres negras contribuindo para a perpetuação do racismo, uma vez que só era relevante a reivindicação de direitos para um grupo específico de mulheres – brancas! Podemos afirmar, de acordo com o caminho percorrido até aqui, que existe uma legitimidade do monopólio do conhecimento produzido por homens ocidentais que historicamente tem contribuído para o

que os pensadores decoloniais defendem como genocídio e epistemicídio dos povos que foram subalternizados.

Este privilégio epistêmico tem dotado os homens ocidentais a definir o que é verdade, o que é realidade e o que é importante para os demais povos, ao passo que invisibiliza e desqualifica outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema mundo (GROSGOUEL, 2016).

Ampliando a roda dessa ciranda, seguimos o chamado de Carla Akotirene, que em seu livro “*Interseccionalidade*” 2019 elucida que as experiências intelectuais e luta das mulheres negras eram invisibilizadas tanto pelo feminismo hegemônico quanto pelo movimento negro que se fundamenta nos homens negros e que a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

As vozes dissidentes das Feministas Negras, através da interseccionalidade, conceito fundante para nossa pesquisa,

Permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista quando oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Nesse desafio de traçar nestas páginas a materialização da palavra-ação, recorreremos a Lélia Gonzalez, quando assevera:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 1984, p. 225 – ênfases adicionadas).

O ato de falar também por meio da escrita traz suas implicações. Primeiro, porque estamos rompendo com uma reprodução de modelos analíticos que nos consideram apenas como objetos que são estudados através do prisma da “branquitude”, que mais nega do que revela as contradições que permeiam nossa trajetória desde a colonização até a colonialidade dos dias atuais; segundo, porque o que falamos através de nossas experiências de saberes ancestrais não são considerados como verdade e conhecimento científico; e terceiro, a melhor

das implicações fazendo jus as palavras de (GONZALEZ, 1984), é “que neste trabalho assumimos nossa própria fala. O lixo vai falar, e numa boa”.

“Falar e numa boa” significa reconhecer que há muito que dizer e fazer, que ocuparemos com nossas palavras todos os espaços vazios ao entoar nossas vozes em melodias libertárias para incomodar estrondosamente o sono injusto dos dominadores. Falar “e numa boa” é ter a capacidade de reencontrar uma sabedoria ancestral que contribuiu para que chegássemos até aqui, da capacidade de não temer e saber “falar pelos orifícios da máscara com tal força que estilhaçamos o ferro. Quem aprendeu a sorrir e a cantar na dor, sabe cozinhar as palavras, pacientemente na boca e soltá-las como lâminas de fogo, na direção e no momento exato” (EVARISTO, 2009, p. 10).

É com esse vigor e essa força de estilhaçar ferro, de sorrir e cantar na dor e saber gestar, cozinhar, decantar e usar as palavras como lâminas de fogo que decidimos lançá-las na direção da construção de uma nova sociabilidade onde nós mulheres negras e afro-indígenas Sem Terra possamos viver livres e felizes em comunhão com todas, todos e todes. Neste sentido, organizamos este estudo em duas partes, a Parte 1 é composta pelo I Capítulo que é a *INTRODUÇÃO*, onde apresentamos todo o cerne do trabalho; no Capítulo II *NOS LABIRINTOS DA MEMÓRIA*: uma história de ousadia, teimosia e esperança, construído em formato de Memorial Descritivo, encontra-se toda minha trajetória de vida permeando caminhos desde uma infância sofrida sem acesso a escola, o encontro com o MST e as portas que se abriram a partir da luta e conquista da terra, a realização do sonho de acesso e permanência na escola, o engajamento na militância social e política, minha atuação profissional como educadora e o sonho quase que inatingível de ingresso na faculdade no curso de História até me descobrir mulher negra e feminista. Na outra parte, desse mesmo capítulo, abordamos *OS IMPACTOS COLONIAIS NO ATO DE ESCREVER, FALAR E AMAR* enfatizando a importância de nós mulheres negras nos desafiarmos a escrever nossas trajetórias de vida, luta e resistência como forma de romper o silenciamento histórico imposto pelas máscaras da colonização e o desafio de romper, estilhaçar e desestabilizar esse silenciamento transformando-o em ação revolucionária e ações revolucionárias se fazem ao nos curarmos pelos caminhos e fundamentos da luta, da escrita, da fala e do amor.

A pesquisa propriamente dita encontra-se na Parte 2, composta pelo III capítulo, em que traçamos *CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA* apresentando os objetivos, a hipótese, a questão problematizadora, os instrumentos de obtenção de dados e a proposta de Produto Educacional.

No IV capítulo construímos o *REFERENCIAL TEÓRICO* do estudo ancorado nas teorias interseccionais das feministas negras, tendo como teórico-metodológico e prático os conceitos de *FEMINISMO NEGRO* e *INTERSECCIONALIDADE* como instrumentos que chamam a atenção para o despertar de que nossa linha de combate não deve ter a primazia de dar centralidade interpretativa a um eixo de poder em detrimento de outro, considerando que diariamente esses marcadores das opressões nos atravessam indissociavelmente nas avenidas identitárias enquanto raça, classe, gênero e outros. Apresento, em seguida, *FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR*, linha feminista defendida pelo MST e protagonizado pelas mulheres camponesas das Organizações da Via Campesina, por entender que caminham na mesma direção do que propõe o Feminismo Negro, de assumir o protagonismo político na luta em busca de restituir humanidades negadas historicamente para as mulheres da classe trabalhadora que em sua esmagadora maioria é composta por mulheres negras e afro-indígenas. Já no V capítulo, *O CHÃO DA PESQUISA*, sentimos a necessidade de antes de investigar a realidade das mulheres participantes da pesquisa, contextualizar historicamente o lugar onde o ATV está situado geograficamente. O sul da Bahia é uma terra adubada de sangue, lágrimas e suor dos povos indígenas e africanos que enfrentaram diversos conflitos agrários desde a chegada dos europeus na costa baiana. Focamos no processo de luta e conquista do ATV enfatizando o protagonismo das mulheres nesse processo de quase 30 anos que gerou grandes avanços para região sul da Bahia, principalmente no que se refere às estratégias de luta, avanço na educação e produção agroecológica. Apresentado o contexto chegamos de fato na *ANÁLISE DOS DADOS OBTIDO*, em que analisamos todo o processo realizado nas Rodas de Conversas e aplicação dos questionários, concluindo com a *SÍNTESE DA PESQUISA*.

O VI capítulo foi destinado às *CONSIDERAÇÕES FINAIS*. Seguido pelo VII capítulo que são as *REFERÊNCIAS* e por último a parte destinada aos *ANEXOS e APÊNDICES*, que acompanha o Produto Educacional em formato de Revista digital em que é abordada a história de vida das mulheres protagonistas da pesquisa.

Portanto, este estudo é um convite para a construção coletiva de um mundo no qual diferença não signifique desigualdade, um mundo onde possamos existir sem as marcas da violência, silenciamento e negação, nossa luta é para construir novas bases sociais, a proposta do feminismo negro é pelo alargamento do conceito de humanidade. Alargar a compreensão de humanidade é um modo de contribuir para afirmação do povo negro, indígenas e mulheres não como objetos, mas como sujeitos políticos e libertos, com isto, “as pessoas privilegiadas

perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo” (RIBEIRO, 2018, p. 18).

Krenak (2019) nos desafia a contribuir com o adiamento do fim do mundo através da nossa capacidade de contar mais uma história, logo, ousada e pretensiosamente estamos cumprindo esta função, nas histórias e estórias que se sucedem no compasso desse estudo.

## **2. NOS LABIRINTOS DA MEMÓRIA: uma história de ousadia, teimosia e esperança.**

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber.

É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui.

Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência.

LÉLIA GONZALEZ, 1984.

O ato de escrever sempre se caracterizou como um obstáculo para mim. Sinto-me letárgica quando sou obrigada a escrever dentro dos rigores e padrões exigidos pela Academia e suas normas cultas e afinadas com as intermináveis regras gramaticais e ortográficas. Sinto-me mais confortável com a escrita livre, aquela que materializa no papel os sentimentos das memórias da alma sem obedecer a padrões impostos, principalmente em se tratando da “consciência” da língua portuguesa, que é a língua do colonizador e que busca apequenar e estereotipar quase todos os significados dos termos derivados das línguas de origens indígenas e africanas. Mas, considerando que a vida não é esse caminhar livre e tranquilo, “as pedras no meio do caminho” são necessárias para aprendermos a lidar com as contradições da realidade que dão vida e movimento a essa grande encruzilhada que é a trajetória de vida de uma mulher negra, mãe, afro-indígena Sem Terra.

Neste sentido, aprender a recolher e acolher as pedras do caminho da memória se tornou uma forma de sobrevivência, uma maneira de exorcizar a dor. Mergulhar e dominar as

regras e normas cultas da escrita tem sido um desafio de construir bases sólidas e profundas com as peculiaridades e especificidades de cada pedra que tem edificado esse meu caminhar nessa infindável ciranda de uma insurgente trajetória do que é ser uma mulher negra, feminista e militante Sem Terra com ousadas aspirações acadêmicas.

De acordo com Conceição Evaristo, escrever é um ato político de rebeldia quando quem engatilha a caneta é uma mulher negra, é ela também quem afirma que para nós mulheres não brancas a escrita é uma espécie de vingança, um ato de “teimosia esperança” para romper os silêncios impostos historicamente pelo sistemaheteropatriarcal branco, destro e eurocêntrico. Ousaria acrescentar que, escrever é também um ato de fazer justiça ancestral, uma forma de organizar nossa raiva contra o ódio do opressor, um ato de rebeldia para trazer à luz do presente a cobrança do grito, do gemido de dor, dos sussurros, das orações sagradas proibidas, dos sentimentos de alegrias que ficaram presos na garganta e dos amores e afetos reprimidos por causa do sequestro de nossos ancestrais que foram brutalmente amordaçados pela desumana colonização.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... **Escrever pode ser uma espécie de vingança**, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo (EVARISTO, 2005, p 02).

Penso que foi esse gesto de “teimosia esperança” que sempre me impulsionou na direção dos estudos e no desafio de romper o “lugar comum” ou o “não lugar” destinados às mulheres negras e pobres em geral, bem como as da minha família que não tiveram a oportunidade de percorrer esse território da escrita de si e do mundo.

Pertenci a este lugar desde criança quando nasci em uma família de pais semialfabetizados, pobres e de descendência afro-indígena, não dominavam as letras, mas portavam muitas sabedorias advindas das experiências de trabalho e luta pela construção da existência e subsistência social e espiritual. Meu pai, devido a “vida severina” em que viveu, tornou-se para nossa família um homem de atitudes muito rudes e embrutecidas ao passo que ria e fazia piadas das próprias mazelas que nos acometiam.

Uma vez um jornalista perguntou para Ariano Suassuna com qual de seus dois personagens do filme “O Auto da Compadecida” ele mais se identificava: “Eu gosto mais de Chicó, por ser um praticante da arte de mentir”, disse o escritor. Fiquei pensando, já que Suassuna se identifica tanto com mentirosos, então, se ele tivesse conhecido meu pai, certamente o personagem principal do filme não levaria o nome de Chicó e sim de João

Putaria – como era conhecido – esse sim tinha o prazer de inventar estórias não para prejudicar e ofender ninguém, era tudo feito em nome do amor à “arte de mentir”, das resenhas, das “pileras” e das gargalhadas que contagiavam a todos, de crianças a adultos, ninguém saía ileso das ciladas de Seu João Putaria. João Putaria foi um dos vários apelidos que meu pai carregou ao longo dos seus bem vividos 96 anos, mas este foi o mais marcante, o apelido remete ao termo vulgar, mas na verdade, seu João não praticava vulgaridades declaradas, estava tudo nas entrelinhas, cheias de segundas intenções nas piadas e brincadeiras que pareciam mais arapucas prestes a capturar os desatentos que eram muitos. Na realidade ele não pronunciava nenhuma palavra de “baixo calão” e nem palavrões, mas para os bons entendedores, tudo isto, estava ali subentendido nos múltiplos sentidos de suas “pileras”, como ele gostava de chamar.

Minha mãe Rosália estudou até o 2º ano do Ensino Fundamental e desde muito jovem teve uma vida marcada de sofrimentos devido ao estado de saúde mental extremamente frágil, desde pequena já me deparava com suas fortes crises depressivas, que mais tarde foram diagnosticadas como esquizofrenia. Entre as longas ausências por causa dos surtos que resultavam em longas internações e suas voltas, ela sempre se apresentava com aquela imponente calma e amor, minha mãe é uma mulher que sofreu e sobreviveu a várias formas ostensivas de violência, mas ela representa pra mim a personificação do amor, uma mulher que em suas relações nunca reproduziu os reflexos das violências vividas, apesar de todo esse processo ter custado a sua sanidade mental e espiritual.

Com ela, aprendi não apenas o grandioso valor do amor pelas pessoas, mas também, foi ela quem me apresentou o Alfabeto, as cartilhas com aquele papel grosso com os furos arredondados aonde ela ia me mostrando e perguntando cada letra. Recordo que foram as mãos trêmulas – pelos efeitos agressivos dos remédios controlados – de minha mãe que desesperadamente seguraram em minhas mãos, “foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semianalfabetas” (EVARISTO 2007, p. 17).

Nasci na zona rural do município de Canavieiras no Sul da Bahia, lugar muito famoso pelas praias paradisíacas, em contraste, foi também neste território, onde afirmam alguns estudiosos, que foi plantado o primeiro pé de cacau na Bahia, isto significa que já nasci sob a égide do coronelismo do cacau. Minha família vivia peregrinando de fazenda em fazenda, meu pai passava três meses trabalhando como meeiro nas fazendas de cacau e logo era dispensado para que não fossem criados vínculos empregatícios. Neste período, consegui

acessar algumas escolas, mas a permanência nas mesmas era impossível, pois vivíamos permanentemente mudando de lugar.

Esse movimento resume o quão difícil e dolorosa foi minha trajetória das agruras de uma infância sem escola. Numa dessas andanças, lembro-me que eu e meus dois irmãos fomos matriculados em uma escola que ficava a uns três quilômetros de casa e o único acesso era por uma mata chamada de Serra da Onça no município de Santa Luzia-BA. Meus irmãos não resistiram à caminhada e logo desistiram, e eu, movida por uma força estranha – que antes não sabia explicar, mas nas palavras de Evaristo, hoje entendo e consigo nomeá-la como uma “teimosia esperança” – que me impulsionou a atravessar aquelas matas e continuar indo sozinha à escola. Quando retornava para casa já era noite e seguia pela escuridão das matas cortando trilhas e veredas contra a escuridão do analfabetismo que mutilava todo um passado de minha família desde meus ancestrais, “foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita” (EVARISTO 2007, p. 17).

### **2.1.1 Nomeando minhas dores para valorizar as conquistas: o encontro com a luta, educação e dignidade humana.**

**Não é fácil dar nome a nossa dor, teorizar a partir desse lugar.** Sou grata as muitas (os) mulheres e homens que ousam criar a partir do lugar, da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas.

bell hooks, 2013 (Grafia conforme sugestão da autora).

Tive uma infância não só marcada pela falta de acesso à escola, vivíamos numa condição de extrema pobreza, passávamos dias sem comer e sem a perspectiva de termos alimento para a próxima refeição, morávamos nas parcas casas-avenidas de trabalhadores nas grandes fazendas e contrariando as regras dos patrões, saíamos para pescar, caçar ou colher frutas, muitas vezes tínhamos a caça e o peixe, mas não tinha o feijão, arroz ou farinha, daí cozinhávamos banana verde ou caroço de jaca para ser a base daquela refeição<sup>1</sup>.

Esses dias, em uma partilha num grupo de autocuidado do qual faço parte, algumas mulheres enfatizaram a dificuldade de crescer numa infância pobre, desprovida de acesso aos

---

<sup>1</sup> Atualmente a biomassa da banana verde cozida é considerada um super alimento e o caroço de jaca cozido também tem seu destaque na lista das alimentações preparadas a base das Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCS. Descobri que comer estes alimentos hoje é coisa de gente chique, mas naquele tempo era penoso comê-los como única alternativas para saciar a fome.

direitos básicos que nos constituem enquanto gente, principalmente alimentação, saúde e educação e como essa falta interfere em nossas vidas quando adultas, gerando em nós um sentimento horrível que é o medo da escassez. Quando ouvi esses depoimentos, esse termo “medo da escassez” fez grande sentido e eu pude pela primeira vez dar nome a um espectro que sempre me assombrou, mas que eu não sabia nomear.

Quando me graduei em História em 2011, “meus velhos” encontravam-se muito doentes, eu tomada por um sentimento de culpa pelo fato de ser a única filha que ficou dentro de casa e por ter passado um tempo fora para militar e estudar, tomei a decisão de voltar para casa para cuidar deles e administrar as coisas. Nossa casa, sempre muito simples, nunca deixou de ser um lugar de encontros, tanto dos familiares quanto dos amigos. Nesta rotina de muita gente em casa e um cenário de dois idosos doentes, o medo da escassez voltou a ser rotina em minha vida de forma incontrolável, tinha medo de faltar comida, medo de faltar remédios, medo de não conseguir pagar as contas, medo de comprar um vinho ou uma cerveja melhor e ficar com peso na consciência de que isso não faz parte do essencial, de que são coisas supérfluas para quem vem de um histórico de escassez em várias dimensões da existência.

Com isto, passei a refletir de onde vem esse meu não gostar de comemorar aniversário e puxando o fio da memória, constatei que em nossa casa/família, antes de sermos do MST, nunca houveram celebrações de aniversários para ninguém, essas datas passavam despercebidas como passam os dias comuns, sem lembranças, sem abraços, sem olho no olho, sem dizer e ouvir que ama. Presentes? Só o céu, as estrelas, os rios, a natureza e toda sua grandiosidade – mas as formas de escassez que não eram só no campo material, nem permitiam a reflexão de que tudo isto é dádiva!

Passei anos presa a esse passado e os dias de meu aniversário geralmente passava sozinha dentro dos matos, nas beiras dos rios e fazendo retrospectivas principalmente das diversas formas de escassez. Esse passado se tornara tão presente que eu não conseguia fazer projeções futuras para minha vida.

Quando comecei a trabalhar como professora, juntava meu salário com a aposentadoria dos velhos e fazia banquetes no dia do aniversário deles, nas datas comemorativas como São João, Natal e sempre que apareciam motivos para festejar as mesas eram sempre fartas, mas aquele medo da escassez continuava latente em mim.

Esses *insights* fervilhando em minha mente me instigaram a refletir sobre esse medo da escassez que ainda me acompanha e que este não é um problema individual, faz parte de

uma questão estrutural. Somos pertencentes a povos que viviam e produziam abundâncias de alimentos, festas, oferendas, fé, força de guerrear, solidariedade, afetos, trabalho justo para subsistência dos seus, mas todo o processo da colonização nos desumanizou perversamente e ficamos escassos de tudo e muitas vezes até de nós mesmos, o que nos confunde e muitas vezes nos conformamos com a condição de hipossuficientes, condição imposta por um sistema capitalista que se sustenta por sua capacidade de produzir desigualdades e miséria.

Nos labirintos da memória, “hoje, a recordação daquele mundo me traz lágrimas aos olhos. Como éramos pobres! Miseráveis talvez! Como a vida acontecia simples e como tudo era e é complicado”, essas palavras de Evaristo (2018) resumem o sentimento de reconhecer o passado, mas não nos colocar no presente como tendo um longo passado de vitimização pela frente, recorremos às memórias para não perder de vista de onde viemos, mas o que mais nos interessa aqui é reconhecer que nem só de dores e derrotas vivem as pessoas, as conquistas e vitórias são mais importantes e precisam ser evidenciadas, celebradas e escritas.

Hoje eu começo a afirmar para mim mesma que este lugar, este fantasma fez parte de mim durante muitos anos, mas que não preciso viver nessa relação simbiótica com ele. Já que descendo e estou comprometida com a ancestralidade indígena e africana, espero que meus caminhos também possam se encontrar nas abundâncias que herdamos desses povos e que nunca falte abundância em nossa forma de amar, de sorrir, cuidar, nos afetos, nas lutas, nas acolhidas, nas partilhas, na fé e nas colheitas das vitórias que o futuro certamente nos reserva.

Meu pai, que já não se encontra mais nesse plano há mais de um ano, foi um homem de muitos defeitos, mas talvez o seu maior feito foi ter perseguido o seu sonho de ter um “pedacinho de chão”. Foi este sonho que deixou para trás esse capítulo conturbado por este triste cenário de sanha e fome e quando ele encontrou o MST decidiu participar da ocupação da Fazenda Nova Ipiranga no município de Camacã-BA, pouco tempo depois foi transferido para o Assentamento Terra Vista (ATV) em Arataca-BA, onde fomos contemplados com terra, casa e escola e onde minha família residi até hoje.

### **2.1.2 Chegada no ATV: o retorna à Aldeia e ao Quilombo.**

Minha família chegou ao ATV no dia 08 de março<sup>2</sup> de 1996, a comunidade estava em festa com a comemoração dos três anos de conquista desse território, lembro-me que era um dia muito chuvoso, são comuns os dias molhados pelas águas de março, principalmente nesta região. Tive a impressão de que a chuva simbolizava naquele momento um divisor de águas na minha vida, as águas queriam lavar e levar um passado com uma sanha de miséria, dor, fome e escassez que marcava a história de minha família e em seu lugar nascia uma possibilidade sem igual de acesso às abundâncias que a luta e a terra nos dariam.

Eu não tinha noção do significado histórico que esta data carregava e muito menos do que significa ser uma mulher nesta sociedade, pois era uma menina faltando ainda poucos meses para completar 15 anos, porém já carregava no corpo as impressões das violências sistêmicas (mas nem tinha consciência de que era violentada). Com esta idade ingressei na escola para cursar a 1ª série do ensino fundamental e o que mais me confortava era saber que não seria mandada embora a qualquer momento, visto que já havíamos fincado os pés no tão sonhado pedaço de chão e graças à perseverança de meu pai agora tínhamos terra para poder trabalhar, estudar, produzir alimentos para nutrir nosso corpo e a esperança de continuação da luta para que outros também pudessem ter acesso.

Meu pai quando se assentou conquistando o seu lote no ATV, chamou os filhos e disse: “a partir de hoje eu vou trabalhar na terra e vocês darão continuidade às lutas, mobilizações, ocupações e marchas”, neste dia eu não tinha noção da responsabilidade que ele estava nos legando, mas aceitei mesmo na inocência e continuo nesta experiência militante de dar seguimento à luta para que outras pessoas tenham acesso aos direitos, contribuindo assim para que seja feita justiça social em nosso país, por meio da destruição do sistema capitalista, patriarcal e racista, e para que outra sociabilidade humana seja estabelecida.

Existe um provérbio africano que afirma que a terra serve para lembrar de onde viemos e quem somos, e ter fincado os meus pés neste chão, ter me banhado nessas águas e respirado este ar, ter a oportunidade de ir à escola foi e está sendo sem dúvidas uma forma de encurtar essa distância histórica que, nascida na Diáspora, nos afastou da essência de quem realmente somos. O sonho do meu pai nos levou de volta a terra, digo de volta porque pertencemos a terra, nossos ancestrais indígenas e africanos de longe e mais de perto foram brutalmente desgarrados dela e esse processo corrobora para que nos desliguemos um pouco das nossas memórias ancestrais e sem elas também não nos lembramos ao certo de quem realmente somos, o reencontro com a terra foi extremamente místico e vital para mim, para

---

<sup>2</sup> Data que se comemora o Dia Internacional de Luta da Mulheres, por igualdade e contra a violência e o patriarcado.

que eu pudesse seguir os caminhos ao encontro de quem sou. A chegada ao ATV foi nosso retorno à terra, à aldeia e ao quilombo.

Nesse período fui apresentada ao meu primeiro livro – O Mundo de Sofia, um romance belíssimo que narra a história da filosofia no mundo – pelo companheiro Joelson Ferreira de Oliveira, grande liderança com estratégias combativas de lutas bem influentes da trajetória do MST/BA e principalmente do ATV, todos esses fatores fizeram um vendaval na vida daquela menina de 14 anos que chegou sem perspectiva de vida nenhuma, a não ser aquela que meninas pretas e pobres já têm como determinantes historicamente pelo patriarcado.

Fazendo esse exercício de revisitar e percorrer minhas memórias, penso que mesmo de forma inconsciente, toda essa vontade de ir à escola era de certa forma uma maneira de querer não ter a vida que minha mãe levava ao lado de meu pai e a motivação para romper com as condições de vida escassa. Recordo que quando eu, com apenas 10 anos, já trabalhava como doméstica na casa do gerente da fazenda em troca de um prato de comida e sofria agressões físicas quando meu trabalho não correspondia às expectativas de minha patroa.

Quando criança apanhava da patroa e quando jovem tive que sair de diversas casas onde trabalhei como doméstica, pois além de cozinhar, limpar, lavar e passar, ainda era cobiçada sexualmente pelos patrões, sofri muito assédio sexual e tentativas de estupros na maioria dos trabalhos que exerci. Ter encontrado o MST e ingressado na militância significou um giro existencial, e passei assim a me reconhecer para além de apenas corpo-objeto adestrado para servir as senhoras e senhores da “casa grande”. Estou aqui ousadamente contrariando as regras, teimosamente sendo esse “ponto fora da curva” que se curva diante do tão desafiante, grandioso e desesperador ato de manifestação da escrita.

Essa “teimosia esperança” despertou em mim o gosto pelos estudos, mas nunca me identifiquei com o formato do ambiente escolar, sofria muitos preconceitos pelo fato de ser “da roça”, os conteúdos pouco me atraíam e pelo fato de não existir uma educação engajada que abordasse minha realidade não me reconhecia muito naquele lugar, mas o desafio já estava posto e o mesmo “instinto selvagem” que me impulsionava a continuar fazendo o caminho em direção ao conhecimento sistematizado, me conduzia também na direção das encruzilhadas que sendo um lugar de possibilidades, me apresentaria caminhos, ainda que pedregosos e tortuosos, mas que fariam de mim a mulher que estou sendo na minha existência inconclusa.

Hoje, escre(vi)endo este texto 24 anos depois, significa me reencontrar numa história que me compõe, o ATV é meu lugar de referência no mundo, é o meu lar, parafraseando Paulo Freire, eu me assumo como sendo uma cidadã do mundo, que não nasci para ficar em um lugar só, mas sinto que minhas raízes estão fincadas neste solo, mas assim como uma Baobá, meu galhos transcendem para além daqui, me levam a outros mundos tão necessários para que eu vá me nutrindo, me desconstruindo na medida em que me constrói e reconstrói, porque todas as vezes que descubro mundos e volto para este lugar, não é mais a mesma menina que volta, é uma mulher que se descobriu preta e existe um significado histórico e pessoal que esta descoberta acarreta, que é o de ser uma mulher preta, Sem Terra e mãe que está prestes a se tornar mestre nos moldes exigidos pela Academia. Na verdade, a luta e este lugar já me permitiram construir um caminho onde sou mestre da minha própria história.

Muito me emociona o fato de escrever estas linhas, não consigo conter as lágrimas que insistem em nascer nos olhos, rolam pela face e descem procurando decantar na terra, pois o ATV tem um peso significativo que serviu para me forjar na mulher em que me tornei e estou me tornando na minha incompletude. Foi aqui que consegui estudar de forma frequente e regular numa escola do campo. Costumo dizer que o MST e o ATV, salvou a mim e a minha família, e eu sou muita grata ao meu pai por ele não ter desistido de seu sonho e ter nos trazido de volta à terra.

A descoberta do MST me concedeu o privilégio de acessar a dignidade humana – em um mundo que nos negou o direito de ser gente – por meio das vitórias e conquistas de direitos essenciais que contribuíram e contribuem no meu processo de humanização e de descobertas significativas de afirmação enquanto mulher afro-indígena, Sem Terra e feminista.

### **2.1.3 Sobre militância, docência e formação acadêmica: a urgência, o impulso e o estímulo.**

Quando que cheguei ao ATV, tinha uma admiração tamanha pelos militantes do MST na época e acabei notando que eles eram muito bons na formação político-ideológica e excelentes na arte da oratória, mas a esmagadora maioria não dominava a escrita, discursavam muito bem, mas não conseguiam transcrever para o papel as ideias de seus belos e inflamados discursos, muitos deles haviam abandonado a escola em consequência da vida que levavam

antes da militância e muitas vezes a dinâmica da luta não permitia o ato de “alisar banco de escola”, eles avançavam muito nos processos de formação em cursos não formais, mas não conseguiam evoluir nos cursos formais. Com o tempo essa conjuntura foi mudando com a criação do PRONERA<sup>3</sup>, surgiram assim muitos cursos em parcerias com Universidades e Instituições Federais, onde milhares de militantes puderam recuperar os estudos em cursos formais em todos os níveis e em diversas áreas do conhecimento. Foi por meio desta grande conquista que eu pude concluir o ensino fundamental, médio e ingressar no ensino superior, como abordarei nas linhas que se desenham adiante.

Existia um desejo inquietante de me inserir na atuação militante, mas essa força que me movia para os estudos não permitiu inicialmente que eu me entregasse por completo, pois minha prioridade era concluir o ensino médio a qualquer custo. Comecei a contribuir na militância no setor de juventude e na frente de cultura do ATV, mas sempre que podia participava de atividades estaduais e nacionais que não comprometiam minha permanência na escola. Com isto, concluí os anos iniciais do ensino fundamental no Assentamento e fui cursar os anos finais na cidade de Arataca.

Neste ensejo, com apenas a 4ª série – atual 5º ano – concluída, comecei a dar aulas numa turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA, através do programa Alfabetização Solidária que em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, pagava bolsas para os alfabetizadores. Em seguida, fomos contemplados pelo mesmo programa com um projeto de escolarização para que os alfabetizadores pudessem concluir o ensino fundamental em apenas um ano. Tive a oportunidade de acelerar a 7ª e 8ª séries através da metodologia da

---

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA nasceu em 1998, resultado de grandes lutas dos Movimentos Sociais do campo. Pode-se afirmar que essa vitória da classe trabalhadora se deu muito em função das grandes mobilizações e em torno do Massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará em 1996, onde 19 (dezenove) Sem Terra foram brutalmente assassinados pela PM e muitos ficaram feridos. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi muito pressionado e moções de repúdio nacional e internacional exigiam que o Estado Brasileiro tomasse posição para amenizar os conflitos agrários. A aprovação do decreto que instituiu o PRONERA foi sem dúvidas uma grande vitória decorrente de vários processos de lutas e muito sangue derramado.

Desde então, milhares de jovens e adultos beneficiários e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária estão tendo o direito de acessar os processos de escolarização e formação que são viabilizados por meio de parcerias em todos os Estados com Instituições de Ensino – Universidades Federais, Estaduais e Municipais, públicas e privadas, governos estaduais e municipais e os diversos Movimentos Sociais e sindicais atuantes na luta pela Reforma Agrária. Portanto, são ofertados estudos em diversos níveis de ensino, desde projetos de EJA, cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio e de nível superior nas áreas de Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Agronomia, Direito e Medicina Veterinária, entre outros que são desenvolvidos pela Pedagogia da Alternância, método que garante que os estudantes passem um período na escola e outro na comunidade, podendo fazer a articulação do conhecimento teórico com as questões práticas da sua comunidade, podendo intervir para transformar os Assentamentos em comunidades sustentáveis.

pedagogia da alternância – onde passava 15 dias estudando na UESC no “tempo escola” e 15 dias no Assentamento no “tempo comunidade” – que me permitia dar aulas e estudar ao mesmo tempo. Todo esse movimento me permitiu concluir o ensino médio no ano de 2004 com 23 anos.

Com o ensino médio concluído pude extrapolar minha contribuição militante para além do ATV e assim no início do ano de 2004 fui trabalhar como secretária no Escritório Regional do MST que ficava em Itabuna-BA.

Contudo, no mesmo ano, fui representar o Movimento num projeto de Teatro do Oprimido na UESC, que tinha como objetivo a formação de coringas para serem multiplicadores nas comunidades assentadas. Sentia-me realizada neste projeto, pois amava as aulas teatrais e sonhava em cursar Artes Cênicas, desta forma a vida e a luta me presenteou com o encontro de uma das pessoas mais maravilhosas que já conheci, a professora sueca Bim de Verdier – professora visitante e coordenadora do projeto – juntamente com seu companheiro Nestor Correia, elaboraram um projeto em parceria entre UESC e a Universidade de VIK em Upsala – Suécia, para que jovens militantes dos movimentos sociais da região sul da Bahia pudessem intercambiar conhecimentos no âmbito das Artes Cênicas e assim tive a oportunidade e o privilégio de representar o Movimento na Suécia.

Passamos um mês na Suécia apresentando a peça “Sou Eu” – peça criada pelos integrantes do grupo e coordenada por Bim e Nestor – onde apresentávamos a História do Brasil numa perspectiva que abordava os conflitos étnico-raciais que há 520 anos se fazem presentes nesta pátria gentil. Este intercâmbio foi umas das experiências mais ricas do ponto de vista de troca de conhecimentos e saberes que já tive a honra de participar, tínhamos aulas de teatro junto com os estudantes dos cursos de Artes Cênicas na Universidade de VIK, podendo assim conhecer e aprimorar várias técnicas teatrais e também fazer amizades com um povo tão distinto do nosso. Junto a essa programação também frequentávamos os teatros mais tradicionais e tínhamos a oportunidade de assistir peças clássicas como Romeu e Julieta e o Mercador de Veneza, de Shakespeare.

Neste interim, uma das coisas que mais chamou minha atenção foi perceber que naquele país existia uma cultura muito forte de ir ao teatro, desde as crianças até os idosos, todos vão ao teatro disciplinarmente e assistem às longas peças de no mínimo 4hs de duração com um intervalo de 30 minutos entre a I e II parte das peças. Nas duas horas que antecediam o intervalo do espetáculo o público ficava estático, a impressão que eu tinha é que as pessoas nem respiravam, todos muito concentrados acompanhando o desenrolar dos enredos, dramas e

tramas que eram apresentados. Foi quando constatei o quanto nós brasileiros somos inquietos e indisciplinados, não aguentávamos ficar nem 15 minutos sem se movimentar, isso quando não dormíamos durante a apresentação.

Como a militância também é uma arte, neste intercâmbio ministrei algumas palestras e coordenei a exibição e o debate sobre o documentário “A Veracel no Abril Vermelho<sup>4</sup>” que denunciava a invasão da Veracel celulose, multinacional sueca que domina o plantio de eucalipto no sul e extremo-sul da Bahia e que é responsável pela migração de uma grande massa de trabalhadores do campo para inflar as periferias das cidades no sul e extremo sul do Estado. É importante destacar que, na Suécia, é proibido por lei o plantio de eucalipto, devido à agressão ambiental que seu cultivo provoca na natureza. Após a exibição do documentário, os suecos manifestavam sua indignação e vergonha em saber que seu país estabelecia uma política hipócrita, que defendia o meio ambiente apenas nos limites de seu território, enquanto se instalava no Brasil, contribuindo para o avanço ostensivo da expulsão de trabalhadores de suas terras, degradando a natureza e a vida humana. Foi uma experiência sem igual, para a vida.

Ainda nessa caminhada militante, aos poucos fui me destacando, principalmente nas atividades culturais e artísticas nos eventos do Movimento, desta forma, no ano de 2005 fui chamada para trabalhar no Escritório Estadual do MST em Salvador-BA, no mesmo ano fui indicada para participar de um processo seletivo para cursar Administração em São Paulo, através da parceria entre PRONERA, MST e Fundação Santo André (FSA). Fui aprovada e as aulas aconteciam na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF<sup>5</sup>, localizada em

---

<sup>4</sup> **Sinopse:** Em 4 de abril de 2004, três mil sem-terra ligados ao MST da Bahia ocuparam a fazenda Água Fria, da multinacional Veracel em Porto Seguro (BA) derrubando milhares de pés de eucaliptos e inaugurando em seu lugar, uma agricultura de subsistência. A mobilização pelas terras da Veracel foi a maior até então realizada na Bahia e marcou uma nova fase na luta dos sem-terra pela reforma agrária ao colocar em discussão o conceito de propriedade produtiva. Considerada uma das maiores empresas transnacionais de celulose, a Veracel, ligada à Aracruz Celulose, na época de sua instalação em Porto Seguro expulsou centenas de famílias, derrubando matas nativas e alterando a biodiversidade da região. A ocupação da fazenda Água Fria tinha o objetivo de pressionar o governo Lula a colocar em prática a prometida reforma agrária, mudando os rumos da política econômica. *A Veracel no Abril Vermelho*, documentário de Carlos Pronzato, produzido pelo Setor de Comunicação e Cultura do MST, conta a história dessa ocupação.

Produção: Setor de Comunicação e Cultura do MST-BA; 2004; 60 minutos. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/a-veracel-no-abril-vermelho/> acesso em 26/05/2020.

<sup>5</sup> A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi construída com o propósito de pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos (as) militantes e dirigentes do conjunto do MST. Desde sua inauguração, em 2005, em sua prática política e pedagógica foi incorporada a participação de outras organizações populares camponesas e urbanas, nacionais e internacionais. Essa dimensão internacionalista qualifica as ações da ENFF na medida em que elas incorporam diferentes paradigmas da formação no âmbito latino-americano e mundial. Portanto, é uma Escola sob a coordenação do MST, porém uma Escola dos

Guararema-SP, o curso estava inserido também na modalidade da pedagogia da alternância – onde passávamos 2 meses estudando intensivamente no “tempo escola” e mais 2 meses em nossas comunidades de origem.

Como já mencionei, o meu grande sonho era fazer Artes Cênicas, mas aceitei cursar Administração por se tratar de um curso superior e cursar uma faculdade era também outro grande objetivo de vida. Com dois anos o curso foi embargado, pois assumiu a reitoria da FSA uma gestão de extrema-direita bem reacionária, que afirmava que filhos de agricultores não podiam dominar o conhecimento, bastava apenas dominar o facho e a enxada para lavrar a terra. Para nós, o conhecimento sistematizado é patrimônio da humanidade e não deve ser mantido dentro dos muros e prédios das Universidades. Nossa luta é para que as cercas do latifúndio sejam rompidas, e há também a necessidade de se romper com as cercas que aprisionam o conhecimento.

Ficamos quase três anos aguardando o resultado do processo judicial para retorno do curso, quando no ano de 2007 saiu o edital de abertura para a II Turma de História dos Movimentos Sociais do Campo – MSC pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB em João Pessoa, fui indicada pelo MST-BA para fazer a seleção, fiquei muito entusiasmada, por me identificar mais com a proposta do curso de História do que com o curso de Administração. Fiz o vestibular e fui aprovada dando início às aulas no ano de 2008, realmente o curso de história foi uma experiência decisiva na minha vida enquanto mulher e militante, nossa turma era composta por 60 (sessenta) educandos de 18 (dezoito) Estados, representados por diversos MSC.

A política do curso era muito embasada no marxismo e a maioria dos debates e textos eram ancorados numa perspectiva que abordava a questão da *Classe* enquanto categoria determinante para se pensar e entender as contradições históricas da realidade. De alguma forma, essas discussões me provocavam, pois ao estudarmos as várias lutas e rebeliões protagonizadas por índios, negros e trabalhadores camponeses que marcaram a história brasileira, eu sentia que em se tratando de Brasil, apenas o fator de classe não era suficiente para entender o processo brutal da colonização que se estabeleceu através do famoso tripé (latifúndios, escravidão e patriarcado) em nossa sociedade, bem como um racismo estrutural

---

trabalhadores e trabalhadoras do mundo, uma escola internacionalista; é uma escola de formação de militantes, dirigentes e quadros das organizações populares. Por essa razão, deve primar tanto pelo estudo científico quanto pela reflexão da prática política e organizativa, de forma a contribuir para elaboração de táticas e estratégias que acumulem para a transformação da sociedade (ENFF, 2020).

que marcou os quase quatro séculos de escravidão e que ainda atravessa nossa história no tempo presente. Neste sentido, decidi fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC engajada nas *questões de raça e classe como uma unidade no diverso*, me embasando no pensamento de Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Hoje reflito e lamento não ter sido apresentada às feministas negras desde o curso de História.

Conclui a graduação em 2011 e voltei pra o ATV, dando ênfase a minha militância enquanto professora de história e desta forma pude contribuir dando aulas e na gestão do Centro Integrado Florestan Fernandes – CIFF (escola de educação infantil e Ensino Fundamental), e também no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos – CEEPFCMS, ambas no Assentamento. Ministrei aulas também em algumas escolas da cidade de Arataca, no Instituto Municipal de Educação de Arataca, assim como no Colégio Estadual Bráulio Xavier.

Fui aprovada como professora de História em um concurso público no município de Jussari-Ba no ano de 2015, cheguei a assumir o cargo e ministrar aulas durante seis meses, mas o mesmo foi embargado e o processo segue tramitando na justiça.

No ano de 2012 fui aprovada para o curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, através do PRONERA e Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, também na modalidade de alternância – no período de 2012 a 2015, no Rio de Janeiro. Mais uma experiência imprescindível para minha formação humana, militante e profissional. Neste curso minha vontade era avançar nos estudos raciais, mas fui tomada por uma situação emergente de grilagem de terras na área em que sou assentada, o que gerou grandes conflitos entre as famílias e uma quadrilha de grileiros, pois não admitiríamos perder uma luta de mais de 20 anos em defesa de nossa terra, e assim decidi fazer meu TCC abordando a *História e Memória do Assentamento Diolinda Alves (Arataca-BA)*, tão permeado de conflitos e resistência.

Minha atuação militante me levou a navegar em várias frentes de atuação, desde setor de cultura, comunicação, juventude, educação até a Direção Estadual, o que me permitiu conhecer diversos municípios e regiões da Bahia e de outros Estados. Nesta trajetória pude participar de diversos congressos, encontros, cursos, fóruns, simpósios, seminários, entre outros, que abordaram temáticas referentes às lutas e resistência dos povos tradicionais, questão agrária, luta das mulheres, Educação do Campo e etc.

#### **2.1.4 O Mestrado no PPGER: tornando possível o impossível.**

No segundo semestre de 2018 iniciei minhas aulas no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações étnico-raciais PPGER-UFSB - CJA, ao adentrar os portões da Universidade era como se eu estivesse vivendo em um sonho, porque cursar um mestrado era algo que eu muito desejava, mas sentia que estava muito distante do meu alcance, tinha muita insegurança e medo de tentar, como se fosse um lugar que não me coubesse por não me pertencer. Mas, acreditando nas possibilidades dos caminhos, este sonho, que se encontrava tão distante, agora tornou-se perto e real, o grande desafio imposto era o de fazer jus e ocupar este lugar onde sempre quis estar. Historicamente a Universidade nunca esteve aberta para o povo, então cabe a nós criar os mecanismos de luta e disciplina nos estudos para ocuparmos as Universidades rompendo os muros que cercam o conhecimento, fazer transformações que reivindicuem tudo que impediu nossos ancestrais de terem acesso ao conhecimento sistematizado e garantir que os que virão já encontrem um caminho mais acolhedor e justo.

Com o pouco de acúmulo sobre a questão de raça, fui seduzida pelos estudos decoloniais, quando encontrei de forma apaixonante o Feminismo Negro. As teorias das feministas negras me possibilitaram olhar, reconhecer e me autoafirmar como “sujeito-mulher-negra”, cada texto das autoras que lia, sentia uma sensação de êxtase por me reconhecer naquelas palavras e reflexões que me definiam e me davam subsídios para nomear as dores que a psicanálise branca não consegue explicar, como bem canta Mateus Aleluia, “meus traumas Freud não explica”, mas o Feminismo Negro tem me possibilitado explicações profundas e sensíveis.

Estas percepções se tornaram mais contundentes com os estudos e longos debates no Componente Curricular **“Gênero, sexualidades, negritudes e pobreza: um debate interseccional”**<sup>6</sup>, ministrado pela professora Dr.<sup>a</sup> Célia Regina da Silva. Foi aqui que tive o primeiro contato com a proposta do Feminismo Decolonial, Feminismo Negro e interseccionalidade, cada texto de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Venna Das, Carolina Maria de Jesus, Maria Lugones e tantas outras ia me levando aos poucos a desenvolver uma melhor compreensão, isto é, “o que a compreensão começa a fazer é tornar o conhecimento disponível para o uso, e essa é a urgência, esse é o impulso, esse é o estímulo” (LORDE, 2019, p. 134).

---

<sup>6</sup> **Ementa:** Descolonização do gênero como perspectiva política na/para a América Latina. Os debates do feminismo negro e seus desdobramentos. As lutas LGBT e a negritude. Transfeminismo negro. O espaço de produção artística e a ocupação discursiva da mídia e dos espaços acadêmicos pelos ativismos.

Outro momento marcante neste percurso formativo aconteceu durante as aulas do Componente Curricular “**Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnico-raciais**”, ministrada pelo Professor Rafael Siqueira de Guimarães, onde conheci novos autores e autoras como Gloria Anzaldúa, Avtar Brah, Davi Kopenawa, Gayatri Spivak, Luciana Balestrin, Ramón Grosfoguel, Viviane Vergueiros, entre outros, nesta diversidade de pensadores decoloniais fui encontrando os pressupostos que fundamentam teoricamente os caminhos da narrativa deste estudo.

No desafio de ir decolonizando a construção do conhecimento a partir das experiências, saberes, memórias, tradições, vivências, identidades, culturas, religiosidades, reminiscências, oralidades, territorialidades, etnicidades, religiosidades e várias outras dimensões que compõem os povos afro-indígenas no Sul da Bahia, o componente curricular “**Historiografia da População Afro-Indígena no Sul da Bahia**” serviu também de esteio epistemológico para que pudéssemos ter convicção da importância de assumirmos o protagonismo de escrever nossa história, como afirma o prof. Dr. Carlos José F. dos Santos - Casé Angatu Xukuru Tupinambá, ao construir a ementa do atual CC,

A ideia é fortalecer a percepção de nossas próprias histórias, culturas, memórias e protagonismos em relação às presenças indígenas, quilombolas, negras, gêneros, dos movimentos sociais e das camadas populares no sul da Bahia. Partimos do princípio que somos sujeitos e podemos ser autores de nossas próprias histórias. Ponderando sobre o inquietante questionamento feito por Gayatri Chakravorty Spivak acreditamos que: os subalternos não só podem como devem falar (SANTOS, 2018, p. 01).

Já tínhamos conhecimento que este território era banhado e adubado com o sangue, lágrimas e suor dos povos que resistiram aos conflitos agrários desde quando os colonizadores desembarcaram em nossa terra, mas os textos, debates e reflexões levantadas por Casé e a turma, serviram para reafirmar que os povos indígenas que originariamente já habitavam este território antes da chegada dos europeus são exemplos de resistências na luta contra a catequização, assimilação da cultura do colonizador e todo seu projeto “civilizatório” que significa uma longa duração de criminalização, genocídio e tentativas de extermínio dos povos indígenas. Como um dos exemplos mais emblemáticos temos a brutal repressão contra as revoltas indígenas que ficou conhecida como a Confederação dos Tamoios (1554-1567), como forma de frear as rebeliões Mem de Sá, Governador Geral do Brasil na época, coordenou o Massacre do Rio Cururupe (1559), região de Olivença que compreende o território dos Tupinambás, este massacre quase significou o extermínio dos Povos Tupinambás – que tiveram seus corpos entulhados numa extensão de aproximadamente 6 km. Hoje sabemos o porquê das águas do Cururupe serem avermelhadas...

Desde a graduação tenho interesse nas temáticas étnico-raciais, mas necessitava ampliar os entendimentos de como abordar essas questões levando em consideração toda a diversidade que está imbricada nela, encontrei na interseccionalidade, no pensamento feminista negro e nas teorias decoloniais um terreno fértil para semear minhas indagações e poder, ao regar as memórias ancestrais, trazer à luz do presente frutos promissores das experiências e vivências das mulheres afro-indígenas Sem Terra, tema central da nossa pesquisa-ação, onde nosso principal interesse consiste em problematizar e evidenciar as revelações dos enfrentamentos interseccionais vivenciados pelas protagonistas Sem Terra no ATV numa perspectiva interseccional como já demarcado na Introdução desse trabalho.

### **2.1.5 Sobre como me tornei uma feminista negra.**

Eu sou uma feminista negra.  
Eu reconheço que meu poder e minhas opressões,  
resultam da minha negritude, (da minha classe) e de meu gênero.  
Portanto, minha batalha nessas duas (três) linhas de frente são inseparáveis

bell hooks,

Toda minha trajetória de luta, de estudos formais e não formais, tudo que experienciei, desde as dores até as vitórias e conquistas que me compõem, serviram para desenvolver minha consciência enquanto mulher, feminista e negra. Tal construção não é um processo que apenas nos coloca numa posição de orgulho de ser mulher e se perceber negra, pois sabemos que os traumas interseccionais, por mais que tenhamos uma consciência do lugar que ocupamos nas avenidas das opressões, costumam fazer visitas longas, logo, afirmamos que perceber-se negra é um caminho dubiamente dialético, é um lugar de afirmação do que se almeja enquanto *devir* e negação daquilo que historicamente está posto, onde nós mulheres negras somos consideradas o “outro” do outro por não sermos nem brancas e nem homens, como afirma KILOMBA:

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não

brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2012, p.124).

Todo este processo de dupla “outridade” tem servido como obstáculo para o reconhecimento das lutas das mulheres negras para se tonarem e serem reconhecidas como sujeitos políticos. Neste sentido, o desafio de se descobrir negra numa sociabilidade marcada pela dominação racista, classista e de hegemonia sexista vai além de somente perceber nosso lugar de subordinação diante de tais relações, significa criticar esse sistema e buscar construir outra hegemonia, como bem sugere RIBEIRO:

Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos (RIBEIRO, 2016, p. 100).

Em ordem decrescente, sou a 5ª de 9 irmãos – cinco mulheres e quatro homens. Desses, apenas eu e minha 4ª irmã concluímos o ensino médio e superior, dado que não me envaidece, apenas me entristece porque infelizmente os meus outros irmãos não conseguiram enfrentar o desafio de conciliar estudo e trabalho na roça, optando assim pelo último, por diversas questões que impedem o povo camponês de ter acesso à escola. Na minha família também me sinto como esse “ponto fora da curva”, pois nunca me senti confortável ao cumprir as regras do que era estabelecido para nós mulheres negras e pobres.

Somos mulheres negras nascidas em uma sociedade de arraigada repugnância e desprezo por tudo que é negro e que vem das mulheres. Somos fortes e persistentes. Também temos cicatrizes profundas (LORDE, 2019, p. 191).

Apesar das cicatrizes profundas e da hostilização das mulheres negras nesta sociedade, “somos fortes e persistentes” e por mais que seja muitas vezes difícil nomeá-las, construímos e reconstruímos ao nosso modo novas maneiras de experimentar o mundo, “podemos senti-las e procurar articulá-las. Como fazer conexões e curar divisões desnecessárias é tarefa do feminismo” (BEREANO, 2019, p. 11). Estar neste constante movimento e me descobrir mulher negra e feminista é motivo de esperança, esperança esta que se forja num longo percurso militante no MST, nas vivências pessoais e na trajetória de formação acadêmica que foram fundantes para meu processo de formação humana enquanto mulher negra.

Apesar de na graduação a grade curricular não ter nos possibilitado contato com a literatura das feministas negras e nem sobre a questão de raça, estudamos gênero muito na perspectiva do Feminismo Socialista e Revolucionário, pautado também por feministas brancas, que aborda as mulheres muito através da universalização de um modo de ser mulher,

muito num viés da “branquitude”, mas nos bastidores eu fazia parte de um grupo de 5 mulheres chamado “las brujas”, onde sempre debatíamos sobre feminismo, identidades negras, artes, músicas, poesias, sexualidade etc e assim minimamente fui desenvolvendo um processo de consciência enquanto mulher negra, de tomar atitudes, de não mais alisar o cabelo e ir em busca de minhas origens, do chamado da ancestralidade e assim neste conturbado processo de descobertas tornei-me uma feminista negra e candomblecista<sup>7</sup>.

Não me lembro de como, mas hoje já sei o porquê, eu sempre me identificava com as músicas e questões das religiões de matriz africana sem mesmo ter noção do que elas representavam. As músicas e acessórios despertavam-me curiosidades, e era como se fosse um chamado, e era, um chamado para o encontro com minhas raízes e Oxóssi, sendo um bom caçador, atirou a primeira flecha desse chamado e acertou em cheio meu coração e meu espírito me levando para o colo e as águas de mainha Oxum.

Atendendo a este chamado, em 2012, comecei a frequentar o Terreiro Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, pertencente à Nação Ijexá e coordenado pelo Babalorixá Omisilê o Luciano Costa, que se localiza entre os limites do ATV e da cidade de Arataca. Em março de 2014 realizei o ritual de iniciação na religião do Candomblé, muito conhecido como a “Feitura do Santo”. Tomei essa iniciativa porque os mais velhos costumam dizer que “quem é do Santo atende o chamado de entrar na religião pelo amor ou pela dor”, fui salva pelo primeiro, foi o amor que ainda desconhecia que me levou até o Ilê e por isto escolhi firmar meu Orì na religião.

Fui iniciada para exercer o cargo de Ìyá Kekerê, um posto de mãe dentro do Ilê de grande confiança para o Bábàlòrìxà e Ìyálòrìxà, considerada a Mãe Pequena do Asè que contribui na administração e logística da casa e dos filhos de Santo.

O terreiro foi este lugar de fortalecimento das percepções das influências afro-indígenas que envolvem a espiritualidade e o afloramento das sensibilidades para entender que tudo no Universo está interligado. A dimensão vívida e sagrada das águas, da terra, da floresta, das ervas, do vento, do fogo, ajudou a reforçar aquilo que defendemos como mística, sustentabilidade, como agroecologia e a importância histórica que as mulheres cumprem neste

---

<sup>7</sup> Desde criança que acompanhava minha mãe nos cultos de igrejas evangélicas, morar nas brenhas das matas, ir a um culto era sem dúvidas uma forma de lazer para uma criança que nunca teve acesso a espaços de socialização e lazer. Penso que até os 12 anos de idade eu era evangélica, chegando até ser batizada na igreja Assembleia de Deus.

processo, ou seja, “os saberes que me constituem também advêm de orixás” (RIBEIRO, 2018, p. 18).

Afirmo que esta trajetória permeada por dores, conquistas, vitórias, alegrias e amores permitiu elevar o meu nível de consciência através de um viés interseccional, uma “consciência que compromete a minha escrita como um lugar de autoafirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra” (EVARISTO 2007, p. 20).

## **2.2 Os Impactos coloniais no ato de escrever, falar e Amar.**

É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso?  
Comprometer a escrita com a vida?  
Conceição Evaristo

### **2.2.1 Escrevendo sobre o não dito**

Os impactos da colonização ainda nos atravessam ostensivamente em muitas esferas de nossas vidas enquanto mulheres negras e pobres, escrever, sem dúvidas, se caracteriza como um dos maiores desafios que diariamente precisamos buscar dentro desses caminhos para a superação. Neste sentido, convido Anzaldua para esse “movimento de dança-canto”, onde a mesma, enquanto mulher fronteira, traduz o que essa mulher negra que vos fala, pensa sobre o ato perigoso e entorpecedor de escrever.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato – esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor (ANZALDÚA 2000, p. 230).

Diante de tamanhas indagações, pode-se afirmar que quando nos desafiamos a escrever estamos contribuindo para o rompimento das imagens estereotipadas que os brancos confortavelmente criam sobre nós: a negra doméstica, a ama de leite, a mulata boa de cama etc. A autora nos convida a repensar o passado ao escrever nossas histórias no presente.

A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA,

quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios (ANZALDÚA 2000, p. 230-231, grifos originais).

A vida exige que sejamos intransigentes para não aquiescer às definições misóginas, machistas, sexistas e racistas que nos invisibilizam e nos desumanizam, temos que valorizar e nos apropriar da escrita das mulheres negras, não podemos mais desperdiçar energias ensinando os brancos a como não serem racistas e machistas, precisamos reconhecer o nosso valor e nos colocar nesse lugar de fala e atuação.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA 2000, p. 232).

De acordo com a autora, escrever é um ato de criar alma, é alquimia, acrescento ainda que escrever significa também uma forma de religação com o nosso “elo perdido”, expropriado, sequestrado. É uma forma de recuperar, reconciliar e decantar a nossa humanidade roubada. Escrevendo posso ninar e fulminar no papel as revolta e derrotas que golpeiam minhas memórias. Escrevo para evidenciar as cores que o colonialismo apagou quando nos definiu como sendo suas sombras.

Escrever é um movimento dialético, como espirais que se alargam, onde fincamos nossos pés nos resquícios de nosso passado e ousamos seguir os passos em direção à dignidade, ao amor e a liberdade, este é um caminho que nos direciona para o centro de uma encruzilhada. Tal encruzilhada simboliza nossa existência, que para sobreviver tivemos que fazer escolhas e seguir as diversas possibilidades existentes trilhando caminhos e experienciando lutas, dores e amores que não mais permitirão que sejamos os mesmos, não mais aceitaremos ficar presos nessa caverna colonial que historicamente tem projetado realidades distorcidas e nos refletem como meras sombras daquilo que o branco rejeita. Escrever é uma forma de nos reposicionar e nos afirmarmos no sistema mundo.

Na encruzilhada com que hoje se depara a Humanidade, vivenciamos sinais cada vez mais graves de barbárie, sinais esses bem peculiares no capitalismo em sua face atual, onde se exacerba a falta de compromisso com a vida humana e do planeta, o que contribuiu para o surgimento da atual situação de pandemia e para o agravamento da crise humanitária que atravessamos. Tal contexto faz da população negra sua principal vítima por ser esta uma comunidade historicamente negligenciada e sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação. Toda essa conjuntura nos põe diante de uma situação de escolha decisiva: render-nos à tendência dominante e desumana dos que se encontram no poder ou ousar construir uma saída alternativa. A segunda opção é o que nos leva a apostar no processo de humanização, no qual a luta em combate ao capital, patriarcado e racismo, protagonizados por diversos movimentos sociais que apontam projetos alternativos de sociedade, pode ser colocada num terreno fértil e privilegiado.

Nas palavras de Lorde (2019), temos um grande chamado a ser ouvido, sentido e aceito que nos levará cada vez mais em direção ao crescimento coletivo das mulheres negras e de todos, diz ela:

Para aquelas entre nós que escrevem, é necessário esmiuçar não apenas a verdade do que dizemos, mas a verdade da própria linguagem que usamos. Para as demais, é necessário compartilhar e espalhar também as palavras que nos são significativas. Mas o mais importante para todas nós é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento (LORDE, 2019, p. 55).

Passei meses lamuriando por me sentir letárgica com relação à escrita, me sabotando, criando subterfúgios, procrastinações, desculpas e pretextos para justificar minha incapacidade de sentar, concentrar, ancorar o corpo e rabiscar, até que resolvi aprofundar a compreensão desse dever histórico e compromisso ancestral, desse crescimento pessoal, dessa contribuição com o processo de humanização dos meus e das minhas. Foi inspirada também na história de vida da escritora Carolina Maria de Jesus que encontrei nas palavras de Conceição Evaristo a motivação que necessitava, dizia ela “Carolina catava papel e catava palavras no lixo e se tornou a escritora mais importante do século XX”. As palavras de Anzaldúa também me reviraram por dentro “enquanto tateio as palavras e uma voz para falar do escrever, olho para minha mão escura, segurando a caneta, e penso em você a milhas de distância segurando sua caneta. Você não está sozinha (ANZALDÚA 2000, p. 232).

Que chamado contundente e confortante! Ouço-o e atendo-o. Você não está sozinha, com certeza não estou, pois Carolina Maria de Jesus me abriu caminhos quando descobriu que

a essência de sua existência não era catar papel e em meio ao lixo selecionava as palavras mais cultas e mais condizentes criticamente com sua realidade para que hoje eu me sentisse mais segura ao portar a caneta como uma arma e me atrever a sair de minha própria pele e revelar a carne humana escondida “para sangrar vermelho como os brancos” deixando de ser invisível. Fico pensando na determinação dessa mulher que se sentindo faminta e por não ter nada no estômago sentia náuseas e vomitava a bile amarela – o que a levou a colorir a fome: a amarela – mas ainda assim, não desistiu de escrever e dar amor aos seus filhos, o que nos leva mais uma vez a recorrer a uma máxima, “mesmo se tivermos famintas, não somos pobres de experiências” (ANZALDÚA 2000, p. 235). É a experiência de vida desta e de outras mulheres que me obriga a desafiar-me no atrevimento de escrever e porque “não tenho outra escolha” e porquê não mais me sinto só, as trajetórias de vida das minhas ancestrais do passado e das minhas iguais no presente que assumem o lugar de sujeitos dessa pesquisa tornam-se o sangue vital que alimenta a tinta desta caneta, como quer Anzaldúa,

Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. O tigre que carregamos nas costas (a escrita) nunca nos deixa só. Por que você não está montando em mim, escrevendo, escrevendo? Ele pergunta constantemente, até sentirmos que somos vampiros sugando o sangue de uma nova experiência; que estamos sugando o sangue vital para alimentar a caneta. Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso. Nêlie Wong chama a escrita de “demônio de três olhos gritando a verdade” (ANZALDÚA 2000, p. 234).

É nessa capacidade de confrontar “nossos demônios” para que ecoem verdades que foram amordaçadas, que organizamos no papel aquilo que antes gesta e brota dentro de nosso ventre, de nosso íntimo, de nossas “vísceras e de nossos tecidos vivos” a qual a autora nomeia como escrita orgânica. A escrita orgânica é aquela capaz de fundir nossa experiência pessoal com a realidade em que vivemos e direcioná-la para a visão de mundo.

Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés com dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês (ANZALDÚA 2000, p. 235).

Como forma de alargar o entendimento em torno das fronteiras da escrita, convidamos para este conversatório a autora Grada Kilomba que também navega em águas que vão na mesma direção das de Anzaldúa, apesar de trazer perspectivas diferentes, aborda toda uma realidade marcada com “sangue, pus, suor”, lágrimas, resistência e rebeldia

revolucionária dos nossos ancestrais. A caneta também é uma arma válida no campo de batalha e nosso anseio por liberdade é a munição mais explosiva. Seguimos juntas em barricadas.

### **2.2.2 Amordaçadas pelas máscaras do silenciamento: a necessidade de “transformação do silêncio em linguagem e ação”.**

Passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. A fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências (...), fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperamos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará

Audre Lorde, 2019.

É este desejo de vingança ancestral que nos dá essa permissão de querer transformar o silenciamento histórico em revolta e ação revolucionária. Escrevemos e falamos para revidar as máscaras desse silenciamento, o controle sobre nossa fala, a repressão de sentimentos e emoções e a não autorização para escrita. Fomos impedidos de falar, sentir e escrever, Kilomba (2019), alarga o leito deste rio ao versar sobre o significado da máscara no colonialismo.

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que Anastácia era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles que eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contada. Hoje quero reconta-las. Quero falar sobre *a máscara do silenciamento*. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro. Instalado entre a língua e o maxilar e fixado por trás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores *brancos* para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudeis e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza a política sádica de conquista e dominação e seus regimes brutais do silenciamento das/os chamadas/os os “Outras/os”: quem pode falar? o que acontece quando falamos? e sobre o que podemos falar? (KILOMBRA, p 33, 2019).

Só tem poder de fala aquela/e que pode ser ouvida/o. Para ampliação do debate convidamos para o círculo Spivak (2010), onde a autora cunha resposta negativa para a pergunta que atravessa todo o seu livro *Pode o subalterno falar?* Existe concordância entre Kilomba e Spivak de que a/o subalterna/o é sim capaz de exercer a fala e articular um

discurso, mas historicamente as/os mesmas/os não ocupam este lugar de fala, uma vez que não podem ser ouvidas/os devido aos atravessamentos da “colonialidade do ser e do poder”. A mulher negra enfrenta esse processo de dominação, exclusão, repressão e negação na esfera do gênero, raça, classe, geração e outros, como se não bastasse essa relação, o colonizador branco adere à ferramenta da máscara como forma de tortura e animalização ao nos reduzir a condição de um “bicho que fala”, a máscara é uma tentativa de nos igualar ao animal ao nos emudecer, este ato nos nega também humanidade.

Lorde (2019) nos indaga, “quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?”, tais reflexões nos chamam mais e mais para a responsabilidade de assumir a tarefa de romper com esse silenciamento.

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou ladrão violenta/o, a/o bandida/o, o indolente e maliciosa/o. tais aspectos desonrosos, cuja intensidades causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como forma de escapar dos mesmos (KILOMBRA 2019, p 37).

Kilomba afirma que em termos psicanalíticos, os sentimentos e manifestações positivas de si mesmo enquanto sujeito branco, permaneça intacto, a branquitude é sinônimo de bondade, enquanto transfere para as/os negras/os na condição de “outra/o” tudo que socialmente apareça como negativo e ruim, o objeto negro/outro representa maldade. É uma relação contraditória, em que o sujeito branco só existe na relação de exploração e negação do objeto negro, “em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer” (KILOMBRA, p 38, 2019).

Sendo essa a antítese da mulher branca e do homem negro, as mulheres negras em nome do silêncio evocam a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio e da aniquilação, mas devemos ter a capacidade de enxergar os pontos fortes mesmo diante do gigante que nos causa vulnerabilidades (LORDE, 2019).

Para sobrevivermos na boca desse dragão chamado américa (grafia conforme indicação da autora), tivemos de aprender esta primeira lição, a mais vital: que nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos. Incluindo a sobrevivência da maioria de vocês aqui hoje, negras ou não. E essa visibilidade que nos torna mais vulneráveis é também a fonte de nossa maior força (LORDE, 2019, p. 53-54).

Vivemos num violento processo de alienação onde não temos o direito de acessar nossa verdadeira essência de sujeitos, pois a forma como somos vistos e nos comportamos, não pertence a uma ação consciente da pessoa negra enquanto sujeito, e sim, meras projeções

fantasiosas dos imaginários e narrativas do branco colonizador, que nos condiciona do outro/aberração/violento/traficante/sujo/incapaz.

**Que alienação**, ser-se forçada/o a identificar-se com os heróis que aparecem como brancos, e rejeitar os inimigos, que aparecem como negros. **Que decepção**, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/ES. **Que dor**, estar presa/o nessa ordem colonial. Essa deveria ser nossa preocupação. Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito negro ser sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesma/o através da presença alienante do “outro” branco (KILOMBRA, 2019, p. 39).

De acordo com a autora, o colonizador tem medo do que a/o colonizada/o pode falar, pois pode revelar verdades de si que são projetadas para a/o “outro”. Ouvir o outro colonial significa confrontar verdades desconfortáveis que historicamente têm sido negadas, reprimidas e mantidas como segredos, uma vez revelados os segredos proibidos mantidos em silêncios, da escravidão, do colonialismo e do racismo, seria como escancarar as evidências do que os senhores brancos mais temem, assumir as sombras que estes transferem para os negros.

Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta “não saber...”, “não entender...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não está convencido...”. Essas são expressões desse processo de repressão, no qual o sujeito resiste tornando consciente a informação inconsciente, ou seja, alguém quer fazer (e manter) o conhecido desconhecido. A repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é investigado como uma verdade “desagradável” (KILOMBRA, 2019, p. 42).

O grande desafio de transformar o silêncio em linguagem e ação não é uma tarefa fácil, mas torna-se imprescindivelmente necessária, mesmo que:

...nunca é sem medo – da visibilidade, da cura luz do escrutínio e talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas já passamos por tudo isso, em silêncio, exceto pela morte. E o tempo todo eu me lembro disso: se eu tivesse nascido muda, ou feito voto de silêncio durante a vida toda em nome da minha segurança, eu ainda sofreria, ainda morreria. Isso é muito bom para colocar as coisas em perspectiva (LORDE, 2019, p. 55).

É com este vigor de colocar as perspectivas em movimento, que desafio-me a refletir sobre minha história na medida em que reflito e escrevo a história de protagonismos de mulheres que são minhas companheiras de lutas e de sonhos, são mulheres com vozes clamando para serem ouvidas, estou fazendo o trabalho de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar o quanto delas também revelam aquilo que sou, assumo a responsabilidade de não me esconder atrás das farsas de separação que historicamente têm nos privado umas das outras e de nós mesmas (LORDE, 2019).

De acordo com Conceição Evaristo (2009), é importante observar que silêncio e silenciamentos pontuam vários momentos da trajetória das mulheres negras e que é

importante perceber e estudar a qualidade dessa não-voz, dessa não-fala, desse não-grito escolhido ou imposto. O corpo negro, mesmo estando em silêncio, é capaz de falar, é o que ela chama de “silêncio pleno de sentido”, que é a forma que os corpos negros encontram para quebrar o silêncio imposto historicamente.

Sabe-se que ainda gritamos as nossas palavras desde lá de dentro de nossos silêncios. É por isso mesmo que a voz de Anastácia se fez ouvir, pelos orifícios, para além da sufocante máscara. É, aliás, pela existência da máscara, com sua função de interdição da fala que o silenciamento imposto a Anastácia pode ser capturado metaforicamente como um silêncio que surge orientando uma fala elaborada em um outro tempo e lugar (EVARISTO, 2009, p. 09-10).

### **2.2.3 Assim como o amor, a escrita cura.**

O colonialismo (KILOMBA, 2019) é um sistema de dominação que sequestrou e aprisionou nossos corpos, nos tirando o direito de acessar a liberdade, colonizou nossos corações e mentes, reprimindo nossos sentimentos, nossos amores e afetos, amordaçaram nossas bocas para que o furor de nossas vozes não escancarassem as verdades que atravessadas em nossas gargantas, amputaram nossas mãos para que não pudéssemos escrever sobre as dores e os sofrimentos, e nem materializar no papel os amores e desejos reprimidos e as verdades que não puderam ser ditas em detrimento da máscara do silenciamento.

Convoco para esse toré a escritora bell hooks, a qual nos instiga a escrever como forma de nomear nossas carências, perdas, dores e amores reprimidos. A mesma se dedicou a pesquisar e escrever sobre como os impactos da escravidão trouxeram interferências traumáticas em todas as dimensões de vida do povo preto, sobretudo na nossa capacidade de demonstrar emoções, dar e receber amor.

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar (hooks, 1994, p. 01).

Isto ocorre por causa da supremacia branca que ao transferir para o povo preto as projeções negativas de si, o classificando como o outro, contribui para florescer um sentimento de inferioridade causado pela condição de autoridade e pela interiorização do racismo.

Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa

escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor (hooks, 1994, p. 01).

A negação da nossa capacidade de sentir é uma forma de nos tirar a humanidade que perpassa pelo apagamento e invisibilização da história de quem somos. Quando vamos à escola, a história nos livros não retrata nossa existência enquanto pessoa humana e é também por isto que escrever a história a “contrapelo” é tão ostensivamente doloroso, pois requer de nós concretizar no papel tudo aquilo que nos foi negado e reprimido: a nossa capacidade de falar, sentir e escrever.

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (hooks, 1994, p. 01).

Escrever é também um manifesto de ressignificar nossa sensibilidade de amar e receber amor, se o amor cura como quer hooks, a escrita também, e depois de muitas dores e sangrias nos direciona para esse território da cura ao conseguir se confrontar, se percorrer e fazer as inscrições de si.

Sobrevivemos a quase 400 anos de escravidão por tecer a arte da resistência, realmente diante das condições difíceis, mas não impossíveis como enfatiza hooks, nosso povo foi forçado a desenvolver a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos, isto demonstrava uma postura forte e muitas vezes lhes garantia a sobrevivência.

Passado o tempo do cativeiro, transpomos durante muito tempo – ou porque não dizer até hoje – as relações que foram vivenciadas na senzala onde “o senhor de engenho que espancava seu escravo sem permitir que ele experimentasse qualquer forma de consolo, ou mesmo que tivesse um espaço para expressar sua dor?” (hooks, 1994, p. 02). A autora costura a ideia de que é daí que vem a prática dos pais baterem nas crianças e não permitirem que elas chorem, “não quero ver nenhuma lagrima” e fica uma pergunta fundamento: “E se tantas crianças negras aprenderam desde cedo que expressar as emoções é sinal de fraqueza, como poderiam estar abertas para amar?” (hooks, 1994, p. 02). Acrescentaria ainda a pergunta: como se tornariam adultos bem resolvidos e abertos para amar e expressar seus sentimentos também através da escrita?

Mas diante de “tanta amargura” sabemos também que foi possível encontrar espaços para manifestação de “amar e brincar, para se expressar criatividade, para se receber carinho e

atenção. Aquele tipo de carinho que alimenta corações, mentes e estômagos” (idem). Assim como o amor, escrever “é um processo de resistência coletiva para nós”.

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente. (hooks, 1994, p. 04 – ênfases adicionadas).

Afirmar o amor e a escrita enquanto um processo de libertação coletiva, significa reivindicar a construção de um mundo onde a centralidade da nossa existência enquanto mulheres negras esteja para além da “sobrevivência”, sobrevivemos até aqui, agora torna-se imprescindível que coletivamente trilhemos caminhos de transformar essa sociedade e construir outra sociabilidade onde possamos viver plenamente numa sociedade ancorada no amor.

A mulher negra descolonizada precisa definir suas experiências de forma que outros entendam a importância de sua vida interior. **Se passarmos a explorar nossa vida interior, encontraremos um mundo de emoções e sentimentos.** E se nos permitirmos sentir, afirmaremos nosso direito de amar interiormente. **A partir do momento em que conheço meus sentimentos, posso também conhecer e definir aquelas necessidades que só serão preenchidas em comunhão ou contato com outras pessoas** (hooks, 1994, p. 06 – ênfases adicionadas).

Para amar plenamente o outro, antes se precisa trilhar o caminho para dentro, se deparar, se confrontar e se resolver com suas emoções para aprender a aceitar e afirmar o “amor interior” existente em nós. No meu entender, o processo de escrita vai na mesma direção, é possível escrever em comunhão com o outro e com o mundo que se quer construir, e para estar em comunhão com o outro é preciso está em comunhão consigo mesma. O ato de tecer no papel as inscrições de si e historiar sobre a vida de outras mulheres é uma forma de afirmar esse processo de resistência coletiva que perpassa pela nossa capacidade de sentir, amar e escrever nossa história a partir de nossa experiência prática e espiritual.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (hooks, 1994, p. 09 – ênfases adicionadas).

O amor que cura é o mesmo que revoluciona. Não se faz transformação estrutural nesse sistema sem amor. Saímos do cativeiro que aprisionou nossos corpos por muito tempo, mas a colonialidade é uma corrente de ferro quente que durante muitos anos mutilou não só nossa carne, mas todo um território emocional e espiritual que impediu nossos ancestrais de viver plenamente livres e felizes. Estamos guerreando nessa trincheira da decolonialidade dos

corpos, das mentes, dos afetos, das formas de amar e sentir. Precisamos lutar pela desconstrução de uma competição entre mulheres e homens negros criada como forma de desviar as nossas atenções para longe das reais opressões das/os negras/os.

Para as mulheres negras, assim como para os homens negros, é evidente que, se nós não nos definimos, seremos definidos pelos outros – para proveito deles e nosso prejuízo. O avanço de mulheres negras que se definem sob suas próprias condições, prontas para explorar e buscar o nosso poder e os nossos interesses dentro das nossas comunidades, é um componente vital na guerra pela libertação dos negros[...], quando as mulheres negras neste país se unirem para examinar nossas forças e nossas alianças, e para reconhecer os interesses sociais, culturais, emocionais e políticos que temos em comum, ocorrerá um avanço que só tem a contribuir para o poder da comunidade negra como um todo (LORDE, 2019, p. 58).

A autora nos dá esperança de que podemos nos libertar através do reconhecimento das nossas escolhas amorosas e políticas e que se o amor nos permite enxergar o passado com outros olhos é ele também que nos permitirá reescrever nosso presente ainda carregado de dores e traumas que nos foram impostos, mas permitindo tecer lampejos de esperanças, alegrias e liberdade para nós e para as pretas meninas e mulheres que alargarão essa ciranda de “escrevivências”.

Ainda de acordo com Lorde:

É por meio da união de indivíduos autorealizados, mulheres e homens, que quaisquer progressos reais podem ser feitos. As antigas relações sexuais baseadas em poder, no modelo dominante/subordinado entre desiguais, não nos serviu nem como povo nem como indivíduos [...], mulheres negras e homens negros que reconhecem que o desenvolvimento de suas forças e seus interesses particulares não diminui os demais não precisam gastar energia na luta pelo controle um dos outros. Podemos concentrar nossas atenções na luta contra as verdadeiras forças econômicas, políticas e sociais que estão no coração dessa sociedade e que nos destroem, destroem nossas crianças e nossos mundos (LORDE, 2019, p. 58).

A escravidão impactou negativamente nossas vidas enquanto povo e mulheres negras, mas no livro “O espírito da Intimidade” de Sobonfu Somé (2003), uma africana pertencente ao povo Dagara que é encontrado principalmente na costa oeste africana nos países de Gana, Costa do Marfim e Togo, a autora apresenta os ensinamentos ancestrais de como os africanos se relacionam afetivamente. O objetivo de SOMÉ, não é provar a validade de uma teoria, mas socializar como para esse povo os relacionamentos - amorosos, de família ou amigos – são fundamentados no/pelo espírito.

O livro é um convite e ou um chamado do espírito para que nós ocidentais tenhamos consciência de que existe uma dimensão espiritual em todos os relacionamentos, “assim é importante ver o relacionamento como algo movido pelo espírito, e não pelo indivíduo”. Este espírito está compreendido enquanto uma força vital que está em tudo e que podemos nos conectar com o mesmo através de preces, rituais e comunhão com a natureza – terra, fogo,

minerais, montanhas, águas – e quando nos associamos às forças naturais encontramos permissão para ouvir e conectar com o espírito, “sem essa conexão, somos praticamente mortos-vivos”.

Queremos afirmar com isto, que o que moveu a Diáspora Africana não foi só o ódio do opressor, mas principalmente o amor pela liberdade. É nessa dimensão espiritual que as brasas ascendem quando a tempestade afasta as cinzas coloniais que arrefeceram por muito tempo a nossa capacidade de sentir, mas o amor nos salvou através da centelha de esperança pela liberdade e nossa conexão com o espírito. O que manteve este espírito vivo e em movimento foi cada gota de sangue, pus, suor, lágrima derramada na terra, foi cada prece que saía pelas frestas das malditas máscaras e as oferendas arriadas para alimentar a terra e o espírito dos ancestrais. Foi toda essa conexão que nos devolveu a cura através da capacidade de amar a nós e ao outro. Se o espírito da intimidade é uma espécie de “terceiro espírito” que nasce a partir do ritual de união de duas almas, imaginem só a dimensão proporcional que pode reverberar da união das mulheres curadas através do amor e do cuidado uma com as outras e com os seus. Somos muitas, milhares, milhões e podemos formar um mar de amor e revolução.

## **PARTE 2**

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

A intencionalidade de pesquisar de que forma os atravessamentos interseccionais incidem na trajetória de vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra no ATV, a partir de uma perspectiva interseccional com base no pensamento feminista negro, foi motivada pela minha atuação enquanto moradora, historiadora e educadora na comunidade. A militância durante muitos anos, a participação de vários espaços de formações e meu ingresso no PPGER-UFSB me trouxeram algumas indagações, as quais buscamos investigar ao longo deste estudo:

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa se propôs em:

- Analisar de que forma os atravessamentos interseccionais de classe, raça e gênero incidem nas trajetórias de vidas e experiências de lutas das Mulheres Afro-Indígenas Sem Terra no Assentamento Terra Vista e de que modo a centralidade da luta por educação perpassa esses enfrentamentos.

Seguindo, temos os objetivos específicos:

- Diagnosticar o protagonismo das mulheres no processo de produção e reprodução da existência humana na comunidade;
- Investigar quais são as estratégias coletivas pensadas e desenvolvidas pela comunidade para enfrentamento e superação das violências machistas, racistas e sexistas cometidas contra as mulheres;
- Discutir sobre os enfrentamentos interseccionais – raça, classe e gênero – vivenciados pelas mulheres negras e ou afro-indígenas na comunidade;
- Identificar as formas de autocuidado/solidariedade/sororidade entre as mulheres na comunidade;
- Evidenciar a importância da participação das mulheres no processo de luta pela emancipação dos sujeitos no MST;
- Problematizar a participação da coletividade na luta pela emancipação das mulheres no MST;

Partimos da hipótese de que, a ausência de um olhar étnico-racial e a centralidade da categoria de *Classe* nos documentos básicos, referenciais teóricos e ações coletivas pensadas e concretizadas pelos militantes, dirigentes e base social do MST contribui para secundarizar as questões de raça e gênero e invisibilizar as contribuições das mulheres nos processos teóricos e práticos de lutas.

É importante afirmar que o ATV, em seus quase 30 anos de existência, tornou-se referência nas lutas e conquistas em torno da Educação do Campo e de práticas agroecológicas e as mulheres são os sujeitos que assumem protagonismo nesses processos. Inicialmente a questão educacional e agroecológica não faziam parte de nosso objetivo, mas ao longo do desenvolvimento da pesquisa esses elementos foram revelando a importância de se fazer uma análise interseccional problematizando também a forma como essas conquistas educacionais e a prática agroecológica perpassam os atravessamentos interseccionais experienciados pelas mulheres afro-indígenas Sem Terra. Com isto, levantamos mais uma questão: como as mulheres do ATV experienciam e resistem aos atravessamentos marcados pelas explorações, opressões e discriminações de classe, raça e gênero enquanto mulheres pobres, camponesas negras e/ou afro-indígenas, e como tais contradições ressignificam suas vidas?

Para cumprir com os objetivos propostos neste estudo, utilizamos como caminho metodológico a pesquisa-ação. De acordo com Michel Thiollent (1986), a pesquisa-ação é

vista como forma de engajamento sócio-político a serviço das causas das classes populares e que está associada a uma orientação de ação emancipatória. Aderimos tal método por acreditar que nossas vivências, participação e reflexão na/da realidade das mulheres protagonistas deste estudo se constituem numa intervenção que almeja colaborar com o processo de emancipação das mulheres e da humanidade. Aprendemos com Davis (2017) que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, porque se já temos consciência de que o racismo e o patriarcado são partes estruturais do sistema capitalista, logo, é mais que imprescindível que nossas ações teóricas e práticas contribuam para destruição desta estrutura.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1986, p.14).

Além de a pesquisadora estar envolvida com as participantes da pesquisa de modo cooperativo e participativo, existe também um envolvimento afetivo, pois muitas de nós chegaram na militância ao mesmo tempo, dividimos trincheiras de lutas e de sonhos e a outra parte das participantes são jovens filhas de minhas contemporâneas que também foram minhas alunas e são atualmente minhas amigas.

No arcabouço teórico do nosso trabalho, utilizamos revisão bibliográfica dando centralidade aos conceitos do Feminismo Negro, que através de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e outras, que apresentam reflexões para se pensar o racismo dentro do movimento feminista e também refletir sobre as opressões e violências contra as mulheres que são reproduzidas intra-classe pelos companheiros de movimentos e organizações sociais, mas sobretudo, trouxe também a capacidade de análise anticapitalista, antirracista e antissexista da sociedade, ou seja, “numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (RIBEIRO, 2016, p. 103). A Interseccionalidade foi outro conceito chave para nosso estudo, por acreditar que a reflexão sobre as categorias de raça, classe e gênero não pode ser feita de forma isolada, mas sim de modo indissociável. Apesar de várias autoras negras já considerarem em seus escritos, as opressões estruturais como indissociáveis, este conceito só veio a ser cunhado em 1989, por Kimberlé Crenshaw, isto é:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

### **3.1 Espaço da pesquisa:**

O estudo aconteceu no Assentamento Terra Vista, comunidade pertencente ao MST que se localiza no Município de Arataca, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia<sup>8</sup>.

### **3.2 As participantes da pesquisa.**

Participam desta pesquisa, 09 (nove) mulheres representando a comunidade. Os critérios de participação se deram pelo tempo de atuação no MST, respeitando a variável de tempo, considerando tanto as que moram mais tempo quanto as mulheres que se engajaram nos processos organizativos mais recentemente. Também foi considerada a faixa etária, contemplando desde as mais velhas que contribuíram na construção do ATV até as mais jovens nascidas na comunidade, com o intuito de perceber como as diferentes gerações lidam com os atravessamentos interseccionais. A faixa etária das participantes varia de 17 a 50 anos e suas participações no MST variam de 05 a 20 anos.

Todas se declaram negras ou afro-indígenas e exercem funções na comunidade como coordenadoras de núcleos de famílias, setores de gênero, juventude e produção, coordenação geral do assentamento, professoras e estudantes.

### **3.3 Instrumento de Obtenção de dados.**

Realizamos entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas. A escolha desses caminhos se deu no sentido de perceber de que modo a temática estudada em seu tempo histórico dialoga com aspectos da totalidade, isto é, de que formas as questões interseccionais deste lugar se relacionam com o projeto de emancipação humana defendido pelo MST e de

---

<sup>8</sup> Veja o subtítulo Contexto Histórico, em que narro a trajetória de luta e conquista do ATV.

que forma, na prática, essas questões interferem na vida das mulheres e da comunidade pesquisada.

A escolha de também utilizar entrevistas é motivada pelo fato de que as atrizes sociais envolvidas na pesquisa encontram-se em condições de revelar posições e impressões através de suas narrativas, acerca das questões levantadas e problematizadas no decorrer da pesquisa.

### **3.4 Produto Educacional.**

Neste sentido, apresentamos como produto final a confecção de uma Revista digital, onde abordamos a história de vidas dessas mulheres através da problematização das narrativas contidas no decorrer da análise das entrevistas, evidenciando a importância da participação das mesmas nas experiências de lutas, produção e reprodução da existência humana no ATV; Breve Histórico do Assentamento; Convocatória para que as mulheres assentadas conheçam e leiam as feministas negras; e Apresentação da pesquisadora que também faz parte da realidade das mulheres que compõem esta pesquisa.

A produção desta revista tem em vista o objetivo de servir como um recurso histórico-pedagógico que contribua nos diversos espaços de educação formal e informal existentes na comunidade, visando também a divulgação e fortalecimento da história do ATV pelo viés do protagonismo das mulheres em blogs, sites e canais dos movimentos sociais na internet.

## **4 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1 O Feminismo Negro e a luta por restituir humanidades negadas.**

Embarcamos agora num universo dialógico imprescindível sobre as contribuições das intelectuais e lutadoras negras para a História da Humanidade, tendo como instrumentalidade teórico-metodológico o projeto do Feminismo Negro e a interseccionalidade, indispensáveis para entendimento e explicação da inseparabilidade

estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Neste sentido, não é possível compreender a formação da sociedade brasileira apenas pelo prisma analítico da questão de classe, pois, estaríamos desviando nossa capacidade de perceber e reconhecer a importância dos povos – negros, indígenas, mulheres e outros – subalternizados pela dominação colonial para construção histórica do Brasil.

As feministas negras foram precursoras em seus manifestos e escritos ao denunciar o apagamento das suas contribuições históricas e a invisibilidade da mulher negra enquanto categoria política e analítica. Neste sentido, temos o dever histórico e militante de desmistificar a voz da “história única” dos vencedores, evidenciando os protagonismos, capacidade de escuta e lugar de fala das mulheres negras guardiãs da memória da diáspora negra e protagonistas na formação da sociedade brasileira. Ribeiro (2019) descortina essa visão ao citar a professora Geovana Xavier, com as indagações:

Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? Na partilha desigual do nome e de como os direitos autorais ficam com as *Mulheres negras*, as grandes pioneiras na autoria de práticas feministas, desde antes da travessia do Atlântico. Como herdeiras desse patrimônio ancestral, temos em mãos o compromisso de conferir visibilidade às histórias de glória e criatividade que carregamos. Esse turning point *nas nossas narrativas relaciona-se com a principal pauta do feminismo negro: o ato de restituir humanidades negadas*. (XAVIER, p. 01, 2017 *apud* RIBEIRO, 2019, ênfases adicionadas).

Abordar a epistemologia feminista negra é fazer uma *gira* decolonial em direção à justiça discursiva e histórica, reconhecendo e reposicionando-as em seu *lugar* social de direito como protagonistas políticas na luta em busca das humanidades negadas historicamente, parafraseando Geovana Xavier.

De acordo com Djamila Ribeiro, as vozes das feministas negras trazem além de inquietações e necessidade de existir, também evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo e que as mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas desestabilizando verdades impostas como universais (RIBEIRO, 2019).

Neste sentido, afirmamos que os enfrentamentos diretos e as produções intelectuais das mulheres negras provocaram fissuras importantes no modelo epistêmico dominante, a partir da visão interseccional da realidade reivindicam a negrura nas páginas brancas da história universal, rompendo com o complexo de inferioridade e despertando consciência e solidariedade entre as mulheres negras hostilizadas historicamente.

Partindo da premissa de que “a principal pauta do feminismo negro é restituir humanidades negadas”, nos apropriamos deste fundamento para a demarcação do lugar social das mulheres afro-indígenas Sem Terra do Sul da Bahia, que estão nesta mesma corrente reivindicando o direito de existir com dignidade humana, e que também lutam para romper o silenciamento de algumas concepções socialistas que buscam se opor às teorias hegemônicas que reproduzem epistemicídio quando focam apenas nas experiências do homem heterogêneo dentro de uma perspectiva da classe trabalhadora, reproduzindo assim, uma verdade colonizadora ao afirmar que discutir gênero, raça e sexualidade são tarefas *pós-modernas*.

Ouçamos também a voz de Sueli Carneiro, que reforça a importância das teses defendidas pelo feminismo negro, pois são conceitos que se prestam como contribuição ao entendimento das perversidades do racismo. Em sua tese de doutoramento intitulada “A Construção do Outro como não ser” (2005), ela demonstra a existência de um contrato social no Brasil que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

Podemos dizer que, os movimentos sociais visam a emancipação humana e não podem seguir ignorando as contribuições dos negros e das mulheres para a consolidação da nação brasileira, tendo em vista todo o legado dos povos indígenas e da diáspora africana reconhecendo o protagonismo das mulheres negras neste mosaico histórico.

Urge que nós militantes, que assumimos o compromisso de lutar em junto e em defesa da classe trabalhadora, nos desafieemos no sentido de tornar a construção de conhecimentos uma prática cotidiana, e que possamos desconstruir a história oficial enquanto uma verdade única e assim imprimir uma nova convicção epistêmica e história, através da perspectiva dos “de baixo” – índios, negros, camponeses, mulheres negras e afro-indígenas, população LGBTQI+, etc. – como bem salientou Lélia González, importante intelectual, lutadora e percussora do Feminismo Negro no Brasil:

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região, assim como para as ameríndias a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração

de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME (Movimento de Mulheres) é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. **Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento.** (GONZALEZ, 2011, p.18). Ênfases adicionadas.

Em concordância com a autora, é justamente por essa razão que este estudo se faz necessário, pois nós mulheres sofremos de forma mais contundente as relações de opressões e dominação de raça, gênero e classe impostas pelo patriarcado e ainda temos que travar batalhas intraclasses com nossos companheiros, que muitas vezes reproduzem alienadamente as relações de dominação patriarcal.

Neste ensejo, podemos afirmar dialogando com as questões colocadas inicialmente, que a questão agrária a partir da luta pelo acesso a terra não se encerra com o rompimento da cerca do latifúndio e a conquista do território, o camponês está em constantes disputas que garantam além da conquista, a permanência digna na terra e as mulheres são as precursoras desta conquista que também é coletiva.

Assumindo o compromisso de dar continuidades às formas de resistências que nos dão subsídios para seguir na luta por libertação e construção de uma sociedade socialmente justa, libertária e equânime, é que continuaremos fazendo as provocações intraclasse tendo como aporte teórico-metodológico o Feminismo Negro e a interseccionalidade, instrumentos que chamam a atenção para o despertar de que nossa linha de combate não deve ter a primazia de dar centralidade interpretativa a um eixo opressor sobre outro, considerando que diariamente esses marcadores das opressões nos atravessam indissociavelmente enquanto raça, classe, gênero e outros, como elucidado por Crenshaw:

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. **As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas,**

**devem negociar o “tráfego” que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas** (CRENSHAW, 2002, p.178). ênfases adicionadas.

É por concordar com esta afirmação e reflexão das complexas e múltiplas intersecções em que as mulheres não brancas estão posicionadas, que nos apropriamos deste aporte teórico-prático, pois este nos garante subsídios para analisarmos a realidade das mulheres afro-indígenas Sem Terra no ATV, por um viés mais coerente e próximo da verdade.

#### **4.2 Feminismo Camponês e Popular.**

A luta das mulheres por liberdade, participação política e por direitos no Brasil possui suas raízes históricas, que remontam ao início da colonização portuguesa nesse território, no século XVI. Existem muitas falsas verdades na nossa historiografia oficial, pode-se dizer que uma das mais descabidas é aquela alusão de que o encontro dos índios com os portugueses se deu de forma bestializada e pacífica através do escambo de objetos sem valor nenhum para os povos originários que aqui viviam e coabitavam numa relação simbiótica com a natureza. Esse encontro foi tenso e conflituoso desde o início, com inúmeras guerras pela defesa do território, da vida e da liberdade as quais nossa remota memória não nos permite esquecer. Aqui existiam em média 5 (cinco) milhões de nativos antes da chegada dos europeus, e como prova do quão violento foi esse processo, de acordo com o senso do IBGE (2010), atualmente, existem no Brasil apenas 900 mil indígenas, com pouco mais de 300 etnias e 274 línguas diferentes.

Toda a passividade defendida pela história única (CHIMAMANDA NGOZI, 2019) dos vencedores mistifica em suas entrelinhas os rios de sangue que escorrem das canetas que insistem em invisibilizar todo um processo truculento de estupro de mulheres, genocídio e tentativas de extermínio, que levou à extinção de diversos povos indígenas que se pintavam para guerra e partiam com toda garra em defesa de seus territórios sagrados.

É importante evidenciar também, que ao contrário do que afirma Gilberto Freire (2010) em seu livro “Casa Grande & Senzala”, de que havia certa harmonia nas relações entre os senhores e os escravos, sabemos que nossos ancestrais, que foram desumanamente apartados de suas origens e trazidos para serem escravizados, nunca aceitaram a servidão

voluntária, isto é, sempre se organizaram internamente e provocaram incendiárias rebeliões contra seus senhores e todo o sistema colonial.

Neste rico processo histórico de lutas, revoltas e rebeliões negras, muitas foram às mulheres que lideraram com grande maestria militar e política, diversos movimentos de fugas rebeldes, movidas, sobretudo pelo amor à liberdade e restituição da humanidade de seu povo.

A história de luta pela terra no Brasil nasce dentro desse contexto de invasão europeia e as mulheres têm participação importante nas trajetórias de lutas e resistências em todos os períodos históricos.

Este texto objetiva apresentar em que contexto o Feminismo Camponês e Popular foi sendo gestado dentro dos movimentos e organizações sociais mistas e autônomas das mulheres aqui no Brasil, destacando como isto se deu de forma mais específica no MST, considerando que este feminismo é uma proposta construída que aponta direções no mesmo sentido do Feminismo Negro, pois se contrapõem às concepções do feminismo hegemônico ao tratar a mulher enquanto uma categoria universal e homogênea a partir da mulher branca, desconsiderando as trabalhadoras negras, indígenas e camponesas.

No final da década de 1970 inicia-se no Brasil um processo de efervescência das lutas de massa contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Esta ampla mobilização social é aglutinada em diversas ferramentas de luta, que se constituem em movimentos populares, sindicatos combativos e partidos políticos de bases populares. Contudo, ainda que as mulheres participassem amplamente desse processo de luta contra a ditadura e pela democracia, devido as relações capitalistas, racista e patriarcais, a participação das mulheres foi invisibilizada. Segundo afirmação das mulheres camponesas no I Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais em 1986, **na política elas estavam presentes só na campanha, nos sindicatos e movimentos populares, apenas nas concentrações das mobilizações, não tinham espaço nas decisões**, apenas na produção, o espaço das mulheres era secundário - no sindicato, na igreja e na produção (ANMC, 2018, p. 04 – ênfases adicionadas).

De acordo com esse ponto de vista, as organizações e movimentos sociais camponeses de esquerda que se afirmavam socialistas antes dos anos 1980 – muito influenciados por um marxismo estático – entendiam as lutas das mulheres como secundárias ou divisórias, pois a centralidade dos enfrentamentos ao capitalismo deveriam se dar só e tão somente na dimensão da luta de classes. Acredita-se que as questões de gênero, raça, sexualidade e outros que são centrais no debate e proposição interseccional, se resolveriam automaticamente com a transformação da sociedade capitalista.

As mulheres não encontravam espaço de participação em pé de igualdade nas ferramentas de luta populares existentes, entenderam que a luta pela igualdade de participação política e por direitos das mulheres deve ser protagonizada pelas próprias mulheres e deve ser realizado junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Por isso, elas percebem que precisam se organizar em movimentos autônomos de mulheres camponesas, essa compreensão

política brota por todo o país na década de 1980, e assim se organizam vários grupos, associações, organizações, grupos e/ou círculos bíblicos de mulheres camponesas (ANMC, 2018, p. 04-05 – ênfases adicionadas).

Diante dessa mobilização de diversos atores sociais e dessa compreensão política, inúmeras conquistas históricas se tornaram realidade na vida das mulheres trabalhadoras rurais, desde os direitos previdenciários, garantindo que constasse na Carta Magna de 1988 o reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural e dando seguimento com garantia do salário maternidade em 1994 e campanha de obtenção documentos pessoais e profissionais como forma de acesso aos benefícios, e mais recente em 2007, foi garantido o direito de inclusão do nome da mulher na Relação de Beneficiários - RB da Reforma Agrária, antes só permitido para os homens. Nota-se que, grande parte das bandeiras de lutas das mulheres trabalhadoras rurais até então, se dava em torno de conquistas de direitos, onde as mesmas pudessem exercer sua cidadania.

Todavia, as questões de gênero nas organizações camponesas ainda não traziam o Feminismo Camponês e Popular<sup>9</sup> como horizonte de emancipação das mulheres, isto veio bem posteriormente em meados da década de 1990, e ainda se configura como uma proposta em construção.

Nesta perspectiva, este debate no MST também foi se dando de forma paulatina, quando no ano de 2007 em Brasília/DF, aconteceu o V Congresso Nacional do MST, com um total de 17.500 delegados vindos de todas as regiões do Brasil, e por isto, este evento foi reconhecido como o maior congresso camponês da América Latina, tanto pela quantidade de delegados quanto pela representatividade feminina que atingiu um percentual de 42% de significativa participação de mulheres, sem dúvida um marco histórico para a luta camponesa.

Esse advento tão significativo serviu de embrião e exercício pedagógico em torno da importância de se firmar uma construção da proposta de um Feminismo Camponês e Popular que conseguisse aglutinar pautas de lutas e experiências práticas, com linhas de ações conjuntas das mulheres com os companheiros de luta dentro do MST. Víamos o surgimento de um movimento camponês misto e diverso, que experiencia todas as contradições sociais, econômicas e políticas típicas de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, onde todas as

---

9 Vale ressaltar que as teorias dos Feminismos Socialistas e marxistas europeus de certa forma, sempre estiveram no bojo das análises e discursões sobre a questão das mulheres no MST, mas com inúmeras ressalvas, pois mesmo algumas correntes feministas marxistas se contrapõem as concepções do feminismo hegemônico de classe média, branca e urbana, ainda assim, não conseguiam apresentar propostas que estivessem alinhadas com a realidade específica das mulheres trabalhadoras negras, afro-indígenas e camponesas.

esferas das relações humanas estão atravessadas pelos resquícios da brutal, sangrenta e desumana colonização que tanto assolou a humanidade.

Contudo, só houve uma consolidação efetiva da proposta do Feminismo Camponês e Popular no ano de 2010, durante a IV Assembleia Latino Americana das Mulheres do Campo em Quito, Equador, surgindo então a necessidade de se construir uma articulação internacional e continental das mulheres camponesas, indígenas e negras, assim como em todas as organizações camponesas que compõem a La Via Campesina – VIA<sup>10</sup>. O principal objetivo destas organizações era propor coletivamente novas formas de relações sociais e de gênero, construindo uma outra sociabilidade possível, urgente e necessária. Como afirma WITCEL,

A construção do Feminismo Camponês e Popular é resultado de um acúmulo político em construir uma articulação das mulheres dentro do movimento continental e internacional fortalecendo, assim, a luta, e as organizações, numa perspectiva da construção de alianças para outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista patriarcal. Por isso, esse é um debate que vai além das mulheres Sem Terra do Brasil, é um Feminismo construído com a Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas - CLOC – Via Campesina, que busca respeitar os povos latino-americanos e suas culturas (WITCEL, 2020, p. 52).

Nos fundamentos do Feminismo Camponês e Popular, não está explícito o conceito de interseccionalidade, mas podemos dizer que existe um viés interseccional ao questionar a centralidade apenas da questão de classe como forma de homogeneização dos diversos seguimentos que compõem as organizações sociais camponesas, como mulheres, indígenas, negros, população LGBTQI+ e outros que são atravessados diuturnamente com os marcadores das desigualdades e violências históricas que se tornam a base de sustentação dessa sociedade capitalista, Cisheteropatriarcal, sexista, homofóbica e racista.

Para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular. É preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e sobrecarrega-

---

<sup>10</sup> A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Esses objetivos se opõem à padronização das culturas, ao produtivismo, à monocultura e à produção unicamente para exportação, características do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Tais movimentos organizam-se a partir de pequenos e médios agricultores e, nesse campo, inserem-se em um movimento internacional, autônomo, pluralista, sem vinculação com partidos, igrejas e governos. Os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina atuam em escala regional e nacional, em várias partes do mundo: Europa do leste, Europa do oeste, nordeste e sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África. (FERNANDES, 2010, p.01).

las com o trabalho reprodutivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra (ANMC, 2018, p. 06-07 – ênfases adicionadas).

As protagonistas deste feminismo são as trabalhadoras que defendem a vida em sua plenitude com suas diversidades, comunhão com a Terra, natureza e sua biodiversidade, afirmando a agroecologia como um modo de vida e disputa de um lugar no mundo, onde a humanidade possa se socializar através dos princípios do “bem viver”.

#### 4.2.1 A construção das novas relações por dentro das velhas.

“Com Feminismo, Construiremos o Socialismo”, esse grito de ordem reivindica que uma nova sociabilidade só será possível através da necessidade e reconhecimento histórico das lutas autônomas das mulheres e participação igualitária dos homens. Só construiremos o socialismo se todas as pautas, ações de lutas e enfrentamentos diretos das organizações estiverem como esteio das linhas políticas, não apenas as bandeiras anticapitalistas, mas, sobretudo, antipatriarcal e antirracista.

Não obstante, é mais que imprescindível afirmar, que sem feminismo não haverá emancipação humana. A luta antipatriarcal deve ser entendida, defendida e praticada por todas as pessoas que lutam pela construção de uma sociabilidade onde não haja opressores e nem oprimidos.

O Feminismo Camponês e Popular é uma construção das mulheres do campo que participam dos movimentos populares da Via Campesina, especialmente na América Latina. **Ele surge da necessidade em relacionar a luta por terra, território, reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar com o legado histórico das mulheres que forjaram no seio do movimento operário da Europa, o feminismo revolucionário. Para nós a questão de classe e da luta pela emancipação humana está organicamente vinculada à gênero, diversidade sexual e raça / etnia.** Por isso a palavra de ordem "Sem Feminismo, não há socialismo" é um posicionamento político de como nós mulheres entendemos as transformações, e os pilares estruturais de dominação a serem destruídos. Não existe projeto socialista sem a igualdade substantiva das mulheres na sociedade e essa luta se faz na velha sociedade, para que o novo realmente possa florescer. (KELLY, 2019 APUD WITCEL, 2020, p. 47).

Contudo, o Feminismo Camponês e Popular foi incorporado por diversas organizações camponesas que de diferentes formas de ações de lutas, foram construindo estratégias de combate às diversas formas de violências contra as mulheres camponesas, vinculando a combinação das lutas de gênero, raça, classe e diversidade sexual, se afirmando como uma construção política da igualdade na diversidade, que permitirá um processo de

descolonização das relações entre os sujeitos camponeses, considerando que o novo homem e a nova mulher - tão idealizado nas concepções do Feminismo Camponês e Popular – devem estar despertos e preparados para fazer um exercício contínuo de desconstrução das relações atravessadas pela colonialidade. O novo deve ser forjado ainda nessa velha sociedade para que possam ir incorporando os princípios e valores de uma sociedade justa, equânime, diversa e humanamente possível.

Em todas as dimensões das lutas no MST, não são apenas os corpos, foices e facões que compõem os cenários de batalhas, existe também essa vontade de conquistar um pedaço de chão para ter onde viver, trabalhar e produzir para alimentar os seus, e alimento aqui não representa apenas a ideia de nutrição do corpo físico, é preciso, sobretudo, alimentar a alma e o espírito através do cultivo das músicas, místicas, poesias, gritos de ordens, danças, sementes, mudas de árvores, instrumentos musicais, o cuidado com a saúde, afetos, contemplar a beleza de uma noite de luar, resenhas, brincadeiras e gargalhadas e óbvio, a dose de cachaça. São elementos assim que permitem experiências transcendentais, com pés ficados no tempo presente e a mente projetando a utopia de um grande sol que aponta um novo amanhecer, onde a vida e a terra sejam sagradas, muito no sentido do que diz o poeta Paulo Leminski, com sua poesia engajada que nos inspira para a luta, “na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noites e poemas”.

Neste sentido, nos apropriamos de várias simbologias místicas e de resistência para embelezar, suavizar e sensibilizar a vida dura e os músculos enrijecidos do povo camponês em geral, que vive sempre em estado de alerta, despertos para o enfrentamento do inimigo, e das mulheres em particular, que são as mais atingidas pelos atravessamentos dos marcadores das opressões, desigualdades e violências. Trazemos como referência simbólica uma música que anima e embala nossas marchas, eventos e lutas diretas das mulheres trabalhadoras rurais.

Pra mudar a sociedade  
Do jeito que a gente quer  
Participando sem medo  
De ser mulher. (2X)  
Por que a luta não é só dos companheiros.  
Participando sem medo ser mulher.  
Pisando firme sem medir nenhum segredo  
Participando sem medo ser mulher.  
Pois sem mulher a luta vai pala metade.  
Participando sem medo ser mulher.  
Fortalecendo os movimentos populares  
Participando sem medo ser mulher.  
Na aliança operaria e camponesa Participando sem medo ser mulher.  
Pois a vitória vai ser nossa com certeza  
Participando sem medo ser mulher.

Esta música, mesmo sendo composta por um companheiro artista e lutador, traz a sensibilidade crítica de afirmação da incompletude da vida, luta e existência sem a efetiva e reconhecida contribuição das mulheres em todas as dimensões da vida. Ela resume os enfrentamentos interseccionais que as mulheres vêm travando dentro e fora dos movimentos sociais camponeses, que buscam afirmar que as mulheres são sujeitos políticos de direitos e autonomia, como se não bastasse serem solicitadas apenas para cumprir o lugar historicamente destinados a elas pela cultura patriarcal.

As mulheres estão nessas frentes de ações reivindicando, sobretudo, ocupar e transgredir a parte que lhes cabem, desde os enfrentamentos diretos contra o latifúndio e agronegócio<sup>11</sup>, denunciar e combater violências, silenciamentos e invisibilização da contribuição das mulheres nos processos de lutas e conquistas das organizações, propiciando assim que as mesmas participem juntamente com seus companheiros das mesas de decisões políticas e dos espaços de poder onde são negociados, planejados e decididos os rumos da comunidade, do movimento e principalmente das decisões com relação às questões que envolvem os interesses e a vida das mulheres. Contudo, nesta discussão, estão inclusos vários seguimentos sociais de mulheres camponesas, como indígenas, quilombolas e outras.

A proposta do feminismo camponês e popular, que nasce da luta das mulheres camponesas, traz o debate de um modo de vida em que o outro e a outra sejam valorizados, em que o patriarcado seja destruído, em que o homem não seja a medida de todas as coisas. Elas trazem o debate de um modo de vida local, resgatando a possibilidade de inserirem-se na economia local e regional. Produzindo uma alimentação saudável e com autonomia tecnológica, onde a soberania alimentar está associada ao modo de vida da sociedade, de modo a eliminar a atuação sangrenta e sanguessuga das corporações (WITCEL, 2020, p. 52).

O MST em sua gênese, na constituição de suas normas e princípios organizativos que norteiam o horizonte metodológico, filosófico e político do Movimento, não consta que é uma organização feminista, o que nos dá uma certa liberdade e ousadia para afirmar que o Movimento foi anexando/incorporando às suas normas e lutas as questões feministas, negras e de diversidade sexual, questões estas que iam surgindo de acordo com as inquietações dos sujeitos militantes que ao fazer parte do Movimento não se sentiam contemplados e reconhecidos pelas narrativas que abordam apenas as identidades de classe.

---

<sup>11</sup> Existe uma estratégia de luta no MST, que historicamente vem sendo utilizada nas ocupações de terra, órgãos públicos, rodovias e nas ações de enfrentamentos diretos como um todo, na tentativa de sensibilizar o inimigo. Na organização da arquitetura do campo de batalha, as mulheres e crianças formam a primeira fileira, geralmente com “a rosa e o punhal” nas mãos. Acredita-se, que este ato, possibilita uma “sensibilização dos inimigos”, na tentativa de minimização dos conflitos violentos que já se tornaram clássicos nas lutas camponesas no Brasil

Neste sentido, Kelly Mafort da Coordenação Nacional do MST, pesquisadora e militante nas questões do Feminismo Camponês e Popular, exemplifica como se deu esse processo de anexação de outras bandeiras diversas à luta pela Terra e Reforma Agrária no MST,

Nós viemos de uma tradição machista do campo. Quando o setor de gênero foi criado, em 2000, a definição política era da participação de homens e mulheres. Pouco a pouco, começou a acontecer um duplo movimento: por um lado os homens foram saindo do setor de gênero, porque há também nos movimentos populares uma reprodução ainda da divisão sexual do trabalho. Por outro lado, as mulheres foram também tencionando por um espaço auto-organizado. Nós somos um movimento misto, mas entendemos que o feminismo precisa de um protagonismo das mulheres. E que nós precisamos de espaços próprios de mulheres no movimento. Esse movimento acabou fazendo com que a gente tivesse um setor de gênero que era quase um sinônimo de setor de mulheres. Não começou assim, mas na prática ele foi setor de mulheres, e agora nós estamos vivendo uma reformulação disso (MAFORT, 2020 apud, TYGEL 2020, p. 03).

Percebe-se que desde o ano de 2000, as questões de gênero fazem parte das linhas políticas do MST, mas traziam uma concepção cristalizada, muito pautada no binarismo do ser homem e ser mulher na sociedade, numa perspectiva mais da cisgeneridade. Discutir a transgeneridade dentro da organização está sendo um fenômeno bem recente, mas que já provocou revoluções internas no bojo do Movimento. O Coletivo LGBT Sem Terra nasce em um Seminário intitulado “O MST e a Diversidade Sexual”, realizado em agosto de 2015 na ENFF – em Guararema, São Paulo. Este evento foi um marco histórico, pois inseriu o debate de gênero no MST, antes e depois desse seminário, considerando que foi a primeira vez que foi oportunizado e planejado um espaço de formação política e ideológica para um público que reuniu *lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais* integrantes do MST de todas as regiões do Brasil. Estes sujeitos, denominados como LGBT Sem Terra, estão contribuindo para que hajam reformulações nas concepções de se pensar, praticar e viver o gênero no campo. Como acrescenta Mafort,

Essa reformulação começou a acontecer por iniciativa de dois sujeitos políticos que demandaram o debate de gênero no movimento. Primeiro, **os sujeitos LGBTs, quando começaram a se organizar e trouxeram pra nós uma provocação muito importante sobre o que a gente concebia sobre gênero.** E a nossa visão de gênero estava muito ligada a uma defesa do feminismo e da luta das mulheres. **Então a gente não conseguia fazer todas as mediações sobre o impacto do patriarcado na vida dos sujeitos LGBTs, homens e mulheres. O coletivo LGBT nos ajudou a fazer uma mediação entre sexo biológico, gênero e orientação sexual. Isso nos deu muitos elementos para conceber a participação nos espaços de mulheres do MST de mulheres trans, por exemplo, e isso então foi alargando a nossa concepção das mulheres sobre gênero.** O outro movimento é a própria provocação dos homens em dizer: “qual é o nosso lugar nessa trajetória?” Com base nisso, fomos desenvolvendo algumas metodologias de trabalho com os homens. Ainda são metodologias em processo de construção (MAFORT, 2020 apud, TYGEL 2020, p. 03).

A política de formação de militantes, dirigentes e quadros orquestrada pela ENFF, baseia-se nos ensinamentos de vários pensadores das teorias revolucionárias para que assim se compreenda que tipo de ser humano é preciso formar, quais os valores fundamentais que estas pessoas – militantes, dirigentes e quadros – devem cultivar para que possam contribuir no processo de transformação social. Os valores ocupam uma lista extensa, mas traremos para a mesa de debate um dos que mais nos interessa neste patamar da construção dialógica. Onde afirma que um militante deve ser capaz de

Indignar-se em face de qualquer tipo de injustiça cometida contra qualquer ser humano. **Sentir-se incomodado com a ordem vigente e buscar se movimentar, lutar para resolver os problemas.** A sensibilidade, além de uma postura firme, é fundamental para a atuação dos quadros. Um quadro busca a verdade e mantém serenidade frente às disputas internas para garantir o direito de defesa e a busca das soluções das questões. **indignar-se diante das injustiças, do capitalismo, do patriarcado, da homofobia, do racismo e de toda forma de preconceito e discriminação** (ENFF, 2020, p.27).

O feminismo se apresenta como possibilidade e alternativa política para construção de uma sociedade com valores socialistas e humanistas e por isto, é importante seguir problematizando e refletindo sobre a compreensão de que,

Somos profundamente marcados pelos valores da sociedade capitalista, patriarcal e racista, que nos oprimem e exploram. É fundamental a superação de valores burgueses como o individualismo, egoísmo, machismo, racismo, LGBTfobia, xenofobia, entre outros; eles são a expressão dos tipos de compreensão resultando em práticas que interessam somente a classe dominante e opressora, devemos cultivar, mesmo na contradição, os valores socialistas e humanistas que se referem à sociedade que queremos construir. Temos plenas condições de, neste momento, vivermos entre nós – valores de novo tipo. É nesta constante relação dialética entre construir o novo dentro do velho que os saltos de qualidade positivos se fazem necessários. As novas relações de gênero, por exemplo, não se dão isoladas e separadas daquilo que historicamente foi se constituindo como preconceitos e relações estabelecidas entre homens e mulheres, bem como as relações de afetividade e sexualidade (ENFF, 2020, p.39).

O Feminismo Camponês e Popular se alimenta de intencionalidades políticas e ideológicas afirmando novos valores imprescindíveis para forjar a construção de uma nova sociabilidade, mas para isto, é necessário ir construindo e implementando – no aqui e agora – a nova ética e a nova moral que devem ser incorporadas pelos novos sujeitos, que ao se desafiarem nesse dialético movimento de desconstrução-construção-reconstrução tornarão possível aquilo que se apresenta como utópico. Sejamos estes sujeitos capazes de construir no presente o que se almeja como futuro.

Percebe-se que, esta consolidação feminista foi sendo “forjada” através das reflexões e sistematização das ações de lutas diretas organizadas e protagonizadas pelas mulheres ao longo das Jornadas Nacionais de Lutas das Mulheres Camponesas, um marco histórico que

acontece todo mês de março, como forma de marcar o Dia Internacional das Mulheres com lutas em contraposição à construção mercadológica e romântica criada em torno da ideia do dia “Oito de Março”, dia este que nos faz lembrar as mulheres que são brutalmente violentadas diariamente pelo sistema patriarcal e pelos meios de comunicação de massa. Os mesmos órgãos estatais e privados com seus aparatos de violência direta e simbólica que atingem as mulheres diuturnamente são os mesmos que financiam propagandas milionárias que lhes prestam homenagens com flores, produtos de beleza e eletrodomésticos em um ostensivo incentivo ao consumo desenfreado e alienado.

Não estamos aqui afirmando que as mulheres não mereçam estas e outras formas de homenagens, chamamos atenção apenas para a forma, e de onde partem as iniciativas de tais atos, pois estes tipos de condutas sem o fator da luta e da reflexão sobre a realidade de violência diária que as mulheres vivenciam no campo, nas favelas e também nos grandes centros, contribuem para a perpetuação deste *status quo*.

Temos como exemplo, as diversas formas de violências contra a mulher, onde os agressores como forma de se redimir, presenteiam as vítimas com flores e presentes atrativos, pedem perdão, planejam viagens e lua de mel, até reincidir em outro ato de violência que vai se cristalizando num perigoso ciclo vicioso e essas mulheres dificilmente encontram forças e motivações para saírem sozinhas dessa situação.

Esta jornada de lutas das mulheres se coloca contra todas essas formas de violência e controle, e traz como principal alvo de repúdio, combate e denúncia, a luta contra o avanço do agronegócio no campo, este adversário está associado à grilagem e à concentração de terras, onde temos grandes monocultivos de soja, algodão, cana de açúcar, eucalipto, entre outros, que proliferam a contaminação do meio ambiente pelos agrotóxicos, degradam a fauna e a flora e expulsam os trabalhadores do campo, tencionando assim violências e conflitos agrários em todo território brasileiro, onde as vítimas principais são os povos indígenas, sem terra, quilombola, ribeirinhos e camponeses como um todo.

Como já foi elucidado ao longo deste capítulo, o Feminismo Camponês e Popular não é tarefa apenas das mulheres camponesas – homem e população LGBT também integram esta batalha – todos necessitam estar dispostos a ousar cotidianamente e a contribuir com o processo de descolonização que sustenta um lugar de privilégios, que perpetuam a dominação patriarcal, é preciso também, combater o lugar da subalternidade que naturaliza a brutal violência contra as mulheres e que muitas vezes é legitimada pelos aparatos estatais que deveriam protegê-las.

Ainda de acordo com Mafort,

O desafio não é pouco. Quando o homem se envolve no tema do feminismo, ele não pode se colocar num lugar de apoio à libertação das mulheres. Ele tem que se colocar num duplo lugar: primeiro, como uma pessoa impactada pelo modelo patriarcal e por uma masculinidade que foi criada para ser funcional a essa sociedade patriarcal. A ideia de que “homem não chora”, que deve ser o provedor, desenvolveu historicamente uma carga que acabou apartando os homens da dimensão do afeto, da delicadeza, e do cuidado (MAFORT, 2020, apud, TYGEL 2020, p. 01).

O MST é uma organização social com 41 anos de existência, se constitui como o maior movimento social de luta camponesa da América Latina devido às suas expressivas e combativas táticas e estratégias de luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social. Neste sentido, esta organização tem um grande desafio nessa construção de uma sociedade transformada e feminista, pois mesmo compreendendo o lugar do protagonismo e autonomia das mulheres sobre as pautas de lutas e espaços de formação política e ideológica, a proposta do Feminismo Camponês e Popular se desafia na construção de metodologias para que os homens debatam e reflitam sobre suas atitudes machistas e privilegiadas, e percebam a importância do constante processo de crítica e autocrítica como forma de não apenas aderirem às lutas feministas, mas, sobretudo, que se tornem feministas.

## **5 O CHÃO DA PESQUISA: o Contexto Histórico.**

### **5.1.1 Impactos da luta pela terra e surgimento do MST no sul da Bahia**

O MST surge em 1984, em um período que completava uma interrupção de 20 anos na luta pela terra, desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pela Ditadura Militar em 1964. Desde sua gestação, o Movimento carrega todo o significado do legado histórico herdado das lutas passadas que as elites agrárias tentaram enterrar, mas, tais lutas, ressurgem como sementes, que rasgando o ventre da terra, despontam para novas formas de resistência e esperança, nas mentes e corações de um povo que não aceita a barbárie como saída, portanto, insiste em seguir fazendo e sendo sujeitos de sua própria história.

Sabemos que foram muitas lutas, mas dentre as que consideramos mais contundentes no processo que influenciou a gestação do MST, temos, as guerras, lutas e resistências indígenas, a luta de Quilombo dos Palmares, a Revolta dos Malês, a Revolta de Canudos, Contestado e as Ligas Camponesas.

Enquanto isto, no Sul da Bahia, a luta pela terra nos remete à própria história do início da colonização desse território, quando os brancos europeus atracaram suas navegações em nossa costa praieira em 1500. Trazer para o presente a luta pela terra e a territorialização do MST na região Sul da Bahia, significa ter a capacidade de analisar o particular sem perder de vista o contexto geral do Brasil. Neste sentido, é importante reafirmar que este território foi geograficamente contemplado com o projeto das chamadas Capitânicas Hereditárias, que se estendiam do litoral ao interior do país, uma dessas faixas compunha a Capitania de Ilhéus.

Esta capitania teve grande destaque nacional, pois pertencia ao sesmeiro Men de Sá, que se tornou o primeiro Governador Geral do Brasil no ano de 1548. Foi a seu comando que se implantou o primeiro Engenho de cana-de-açúcar do Brasil, conhecido como o Engenho de Sant'Ana.

A lógica capitalista de produção determinou a expropriação fundiária e exploração da força de trabalho dos indígenas e também dos negros africanos (trazidos principalmente de Guiné), evidenciando-se assim tensões e conflitos territoriais no insipiente núcleo de povoamento que se configurava (FREITAS, 2009, p.105).

É importante trazer à luz do presente, que anterior a este processo de colonização, este território já era habitado pelos povos originários – Índios – de várias etnias e tribos como os tupiniquins, tupinambás, aimorés Gueréns, Pataxó, e Camacãs. Os senhores de engenhos tentaram de todas as formas escravizarem a mão-de-obra indígena para o trabalho nos engenhos, com isto, surgiram os mais sangrentos conflitos diretos, pois os colonizadores investiram em inúmeras expedições, objetivando a expropriação das terras indígenas e sua escravização para o trabalho nos canaviais (FREITAS, 2009).

De acordo com a autora, os Índios resistiram fortemente ao processo de catequização dos Jesuítas, que armados com a cruz e a espada, adentraram as matas para capturá-los e transformá-los em escravos. Mas isto não foi uma tarefa fácil, além de resistirem bravamente, os povos indígenas tinham um bom conhecimento do seu território, facilitando assim para os nativos o planejamento de suas estratégias de guerras nas matas e fugas para o interior dessas terras desconhecidas pelos invasores, mas ainda assim, muitas tribos foram escravizadas e dizimadas. Mesmo diante de um cenário aterrorizador e munidas de forte resistência, muitas tribos sobreviveram ao processo de colonização, mas que ainda na atualidade se deparam com

os resquícios coloniais, enfrentando a pistolagem financiada por fazendeiros e grileiros de suas terras.

Percebemos que, devidos às relações escravocratas que antecederam a introdução da cacauicultura, houveram também conflitos sangrentos entre os senhores de engenho e os escravos, que foram duplamente expropriados, primeiro por terem sido apartados de sua terra, seu lugar e sua história, e segundo que, tendo atravessado o Atlântico forçosamente sendo trazidos para um lugar totalmente alheio, foram “enjaulados” nas senzalas como animais selvagens que precisavam ser adestrados, essa prática visava também o afloramento da força bruta para exercerem o trabalho braçal nas lavouras.

Em 1789, cerca de trezentos escravos se rebelaram contra as condições de vida e trabalho, mataram o mestre de açúcar e se apossaram de parte das ferramentas, refugiando-se nas matas próximas. Embora tenham sido derrotados, compõe a memória viva da luta social contra a dominação e exploração capitalista (FREITAS, 2009, p.106).

Esta rebelião foi um exemplo histórico de resistência e de negação dos escravizados ao sistema colonial. Liderados pelos escravos do Engenho de Santana, o conflito ganhou grande repercussão e se tornou uma das mais emblemáticas reivindicações, pois os escravos escreveram uma carta para o senhor do engenho, exigindo condições mais humanas de trabalho e dignidade de vida.

Com o advento da expansão da cacauicultura, os conflitos com os povos indígenas pela disputa da terra se intensificaram. Os colonizadores deram início ao processo de desmatamento das florestas, com o objetivo de extração de madeira para plantação dos cacauais, construção e instalações de infraestrutura, como secadores e barcaças para o processo de secagem das amêndoas de cacau. Ou seja, as expedições dos desbravamentos eram realizadas com o objetivo de “expropriação das terras indígenas em um caso singular de acumulação primitiva” (BAIARDI, 1984).

Assim, pode-se afirmar que a cacauicultura nasceu sob a égide do capitalismo comercial, sendo sua implantação na Bahia, em meados do século XVIII, resultado da lógica do lucro capitalista, já que o desbravador nada mais era que um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário, dirigente do processo produtivo (BAIARDI, 1984, p. 53). Desta forma, se constituiu na região “uma elite latifundiária agrária-exportadora” - os Coronéis<sup>12</sup> do cacau detentores dos meios de produção.

---

<sup>12</sup> À classe dominante do cacau - Os cacauicultores – foi legado o cargo da patente de maior prestígio na hierarquia da Guarda Nacional – constituída em 18 de agosto de 1831, em que os membros da sociedade que possuíam dinheiro, prestígio e influência nas decisões locais foram imbuídos de manter a ordem que o Estado

A patente de coronel, dada aos latifundiários do cacau no Sul da Bahia, concedeu-lhes um abuso de poder exorbitante, os condecorados com a patente influenciavam em todas as esferas de poder, desde a igreja, comércio até os bancos, acentuando assim uma diferenciação social cindida entre ricos e pobres, intensificando o processo de subalternização da classe trabalhadora nesta região. A combinação entre capital comercial e capital agrário gerou essa classe dominante agrária-exportadora, que ainda na atualidade nos atinge com resquícios deste coronelismo falido, mas que se perpetua insistentemente nas relações sociais de poder neste território.

Contudo, percebemos que a burguesia capitalista do cacau, na Bahia, vai se constituindo com interesses na produção (cacau), no financiamento (bancos) e no comércio como um todo. Era uma classe dominante pequena que controlava todos os aspectos de sua produção e, por isso, limitava completamente a vida local. Tal burguesia, assim como a burguesia brasileira já surge subordinada e dependente do mercado externo.

Desta forma, Ilhéus ficou conhecida como o epicentro do cacau no Brasil e o sul baiano se caracterizou como a Região Cacaueira da Bahia. A partir da metade do século XIX a região viveu o apogeu da produção de cacau, evoluindo de 15 toneladas por ano para uma média de 50 mil toneladas/ano em 1929, liderando o fluxo de exportação no mercado internacional, (CHIAPETTI, 2009).

No ano de 1989 intensificou-se a crise da lavoura cacaueira, provocada por um fungo vulgarmente conhecido como “vassoura de bruxa” – *Moniliophthera perniciososa*. Este acontecimento provocou grandes impactos nos aspectos econômicos, políticos e sociais na região.

Com o advento da crise da lavoura cacaueira, que se instaurou a partir de 1987 e se generalizou em 1989, estima-se que 250 mil trabalhadores foram desempregados e migraram para as cidades da micro-região Itabuna/Ilhéus, consolidando um cenário de desigualdades sociais nas periferias, assim como constata FREITAS:

Os trabalhadores rurais são libertos do cativeiro do campo, porém sem expectativas concretas de se tornarem livres da condição de explorados, uma vez que a precarização do trabalho se reproduzia também na cidade, considerando que os trabalhadores que ficaram desempregados no campo mantiveram-se subempregados nas periferias das cidades (FREITAS, 2009, p.151-152).

---

não tinha condições de impor – no caso o de coronel, seguido pelo de major e capitão (RANGEL e TONELLA, 2013)

Com a intensificação da crise, a baixa do preço e da produção do cacau no Sul da Bahia, houve um processo de desvalorização da terra e muitas fazendas foram abandonadas pelas oligarquias rurais. Esta conjuntura apresentou as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram a retomada da luta pela terra, mas desta vez, de forma mais organizada e consolidada política e territorialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que herdou o espírito e concretude das experiências históricas de lutas pela terra que o antecederam.

Foi neste contexto, mesmo abordado ainda de forma resumida, que a oligarquia da terra deixou suas marcas nos movimentos emergentes de luta pela terra, como a luta do MST no sul da Bahia, que foi se territorializando a partir das ocupações massivas nas maiores fazendas de cacau improdutivas e abandonadas. Desse modo, a expansão do MST nesta região se deu com sua primeira ocupação de terra na Fazenda Bela Vista, tendo como marco histórico o Assentamento Terra Vista que é o chão onde pisam as mulheres participantes desta pesquisa.

## **5.2 De Bela Vista à Terra Vista: um sonho em construção.**

Dando centralidade ao contexto histórico em que as mulheres estão inseridas, vamos discorrer um pouco sobre como se deu o processo de luta e conquista do Assentamento Terra Vista, e a importância da participação das mulheres neste sonho que há quase 30 anos vem sendo construído por várias mãos, de cores diversas e de inúmeras partes do Brasil e do mundo. O ATV foi projetado pelo Movimento para ser um Projeto de Assentamento-PA modelo, isto é, um PA que pudesse ter além dos lotes e agrovilas, ter também um planejamento sustentável, administrado coletivamente por cooperativas, agroindústrias, fábricas, com escolas embasadas numa educação do campo engajada com a realidade dos sujeitos Sem Terra, visando uma agricultura familiar camponesa baseada nos fundamentos agroecológicos. Um PA modelo foi pensado para comprovar para a sociedade e também para a comunidade de que a Reforma Agrária é um projeto viável de desenvolvimento sustentável.

Tendo a luta internacional das mulheres no mês de março, como referência histórica, o ATV foi sendo planejado e se tornou realidade com a ocupação<sup>13</sup> da Fazenda Bela Vista –

---

13 É recorrente por parte da imprensa o uso do termo invasão, quando se referem as ocupações do MST nos grandes latifúndios. Mas, é importante ressaltar que, as ocupações realizadas pelo Movimento são sempre por princípio em terras griladas, latifúndios por exploração, fazendas improdutivas ou áreas devolutas. Neste sentido,

localizada às margens da BR 101, sentido Itabuna-Eunapolis – em 08 de março de 1992 com a participação de em média 360 famílias, é em homenagem a este grande dia, que desde o ano de 1922, o dia Internacional da Mulher é celebrado oficialmente no dia 08 de março. Ressaltamos que a área toda soma um total de 903 hectares<sup>14</sup>, e na ocasião a fazenda estava abandonada, devido à expansão da “vassoura de bruxa” influenciando uma forte queda na produtividade e no preço do cacau, só existiam dois rapazes que estavam trabalhando e gerenciando a fazenda, pois os fazendeiros moravam no Rio de Janeiro.

A chegada do MST ressignificou este lugar, mas as famílias passaram por um longo processo marcado por 05 mandados de reintegração de posse. Foi com base na resistência dessas famílias, regada pelo sonho de ter um “pedaço de terra” para viver e trabalhar de forma digna e autônoma, que esse povo batalhador conseguiu romper com a relação semi-escrava em que eram tratados nas grandes fazendas geridas sob a égide dos coronéis. Neste interim, em julho de 1994 foi decretada a emissão de posse da área, oficializando o direito de posse e uso da terra por parte da família, de acordo com o indicador de produtividade da terra no sul da Bahia. Estimava-se que uma média de 04 a 06 hectares para cada família seria suficiente para cada família, mas no PA Terra Vista só poderiam ser assentadas 55 famílias, e que para ser um PA precisaria necessariamente reservar uma área destinada para reserva ambiental, áreas coletivas e outros, assim sendo, 313 hectares foram destinados para reserva de Mata Atlântica. O ATV possui também 300 hectares de cacau e uma extensão de terra destinada para criação de animais de grande porte.

As famílias optaram por uma estrutura de convivência baseada na organização de agrovilas, que foram construídas margeadas pelo Rio Aliança, este rio é muito significativo para o desenvolvimento das cidades e comunidades camponesas que se tornaram a partir de suas margens, que vão deste o município de Arataca até desaguar no mar no município de Una-Ba. Para a comunidade do ATV, este rio assim como a terra e a floresta são carregados de grande simbologia e beleza, devido à relação que esse povo estabeleceu com a preservação da água, recuperação da mata ciliar e sem contar que através deste cenário natural o rio embeleza mais ainda esta comunidade.

---

“existem profundas diferenças entre **invadir** e **ocupar**. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua **função social** – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação”. (MORISSAWA. 2001. p.132, grifos do autor.)

<sup>14</sup> 1 hectare corresponde uma medida de 10.000 metros quadrados.

Todavia, buscando o fio de nossa memória ancestral, a luta e a resistência das mulheres afro-indígenas Sem Terra em questão, se confundem com as lutas das negras que vieram da África, somos descendentes e seguidoras de Inês Maria, ou Mejiã, trazida para o tempo presente pelo fio da memória de Ruy Póvoas:

Trata-se do registro de parte da trajetória de uma mulher negra trazida da África a força, ainda na primeira metade do século XIX e escravizada no Engenho de Santana, em Ilhéus. De acordo com os relatos da família, em consequência de uma guerra tribal, ela foi aprisionada e trazida de Ilexá, situada na atual Nigéria, onde era sacerdotisa de Oxum. No Brasil, essa escrava recebeu o nome cristão de Inês, embora seu nome tribal fosse Mejiã. Na senzala, ela gerou uma única filha, com um negro de origem angolana. Ela foi libertada tempos depois, por causa da velhice, e morreu aos 115 anos (PÓVOAS, 2007, p. 20).

Essas mulheres afro-indígenas Sem Terra trazem em suas memórias e narrativas essa força de se enraizar na terra, ancoradas pela natureza tornam-se guardiãs da vida, das sementes, do futuro e da esperança no novo que se constrói cada vez que uma estende as mãos para outra, num intuito de se fortalecer para enfrentar e superar coletivamente a exploração, a dominação capitalista e as opressões patriarcais.

O ATV segue um percurso de transição agroecológica que já dura 20 anos e que ainda encontra-se em constante construção coletiva, pois para que esse e outros PA sejam agroecológicos de fato, necessitam ter coerência em todos os pressupostos que fundamentam a agroecologia, e é aqui que entra uma das questões mais importantes de nossa pesquisa, a relação entre a luta das mulheres e os atravessamentos interseccionais vivenciados dentro de uma comunidade que se afirma defensora e construtora da agroecologia.

Neste contexto o ATV é conhecido e reconhecido como referência na produção agroecológica e preservação ambiental contendo um viveiro que produz em média 150 mil mudas por ano, dando preferência às mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. A grande inovação histórica para comunidade é o cultivo de cacau orgânico associado à produção de um chocolate 100% orgânico fino e artesanal. O Chocolate Terra Vista já foi premiado no salão do chocolate em Paris e o mais importante é que todo seu processo de fabricação é coordenado por um grupo de jovens bem influentes e especializados em técnicas artesanais e sustentáveis dando verdadeiro destaque a essa iguaria, que não precisou ser produzida na Suíça, conhecida mundialmente por seu chocolate, para conquistar o paladar de quem entende e consome um chocolate de excelência.

Ailton Krenak (2019) coloca em questão a ideia hegemônica de humanidade ao indagar: como podemos ser uma humanidade homogênea e coesa, se na corrida pelo

“desenvolvimento sustentável” capitalista mais de 70% das pessoas vivem alienadas de si mesmas e apartadas de suas origens e da natureza?

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. **Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, comas referências que dão sustentação a uma identidade,** vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 03, ênfases adicionadas).

Nesta perspectiva, a agroecologia é sem dúvidas, uma possibilidade de vínculo e um reencontro profundo dos povos afro-indígenas com sua memória ancestral e o protagonismo das mulheres neste processo de relação sustentável com a natureza é sobretudo um zelo pela vida e pela humanidade.

Discutir a agroecologia enquanto uma ciência e prática embasada nos saberes tradicionais dos povos ancestrais, nos remetem a uma imprescindível coerência de tecer algumas críticas à reprodução de diversas práticas patriarcais que são reproduzidas no bojo das tradições culturais e repetidas nas comunidades camponesas, que em muitas situações excluem ou invisibilizam a participação das mulheres nos processos produtivos e reprodutivos. As explicações para esses fenômenos se sustentam no caráter patriarcal-capitalista-sexista-racista da sociedade em que as mulheres estão inseridas, como bem problematiza a autora:

No contexto da agricultura familiar (agroecológica ou não), o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência é outorgado aos homens, cabendo às mulheres um lugar subordinado. As atividades consideradas “produtivas” (que geram renda) valem mais que as “reprodutivas” (de manutenção das pessoas), sendo as primeiras identificadas com os homens e as segundas, com as mulheres. Homens e mulheres, na verdade, transitam entre essas atividades sem se restringirem obrigatoriamente a apenas um dos campos; e nem se “comportam” necessariamente de acordo com esses modelos. Entretanto, mesmo que a atividade venha a ser realizada por pessoas do outro sexo, a forma de valorização do que é masculino ou feminino permanece; assim como, mesmo que o comportamento das pessoas não corresponda ao modelo esperado, é esse conjunto de representações que serve como referência (SILIPRANDI, 2015, p. 107).

Esta discussão nos convida à reflexão e reconhecimento de que foram as mulheres que adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos, e com isto, desempenham importante papel no desenvolvimento e conservação da biodiversidade, e asseguram por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança e soberania alimentar dos povos, preocupadas, sobretudo, com um futuro socialmente justo e sustentável.

O desafio do MST e das comunidades pertencentes a este Movimento, como é o caso do ATV, é defender a agroecologia não como um jeito, mas como um modo de vida, criando

estratégias e táticas para que haja mudanças em suas práticas sociais, principalmente no que diz respeito à questão de gênero, raça e diversidade sexual, buscando romper no presente com as relações capitalistas e patriarcais que se estabeleceram também na forma de fazer a agricultura familiar.

O mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Somos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, **fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade.** Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. Os cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2019, p. 04).

Quando as mulheres, com sua capacidade de gerar e cuidar da vida, desenvolvem também a cultura de cuidar e cultivar a natureza é uma forma de assumir o pleno exercício do ser e estar no mundo, pois seguem os instintos e aperfeiçoam práticas ancestrais onde as pessoas não se distanciam ou se separam da natureza, onde tudo está interligado em constante conexão.

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. (KRENAK, 2019, p. 06-07).

Entretanto, se tal ideia cristalizada de humanidade foi fundamentada em jeitos e verdades de uma história única, estamos na realidade a serviço de uma lógica perversa e capitalista da “humanidade que pensamos ser e que nos fizeram acreditar que existe”. Deste modo, todo este percurso discursivo é para afirmar que Krenak reforça uma narrativa e reivindica uma nova forma de sociabilidade humana, que no meu ponto de vista é defendida também pelo MST. O Movimento, ao se contrapor ao modo de produção capitalista – onde a classe dominante detentora dos meios de produção explora a mão-de-obra da classe trabalhadora produtora de riquezas através do trabalho – decide aderir a um processo de transição tecnológica e prática do modo de produzir alimentos e da relação com a natureza. No ano de 2000, o MST tomou como definição a agroecologia como matriz produtiva e como um modo de vida que se configura, não como uma simples alternativa ao agronegócio e seu modelo de produção agroexportador, mas como a única possibilidade de uma continuidade histórica, justa e soberana da humanidade.

Neste sentido, é importante afirmar que existe uma grande responsabilidade de uma Organização ao propor tal transição, isto é, optar pela agroecologia como uma nova matriz produtiva não significa dizer que o que deve ser mudado não é apenas a relação do homem com a natureza, mas, sobretudo, é preciso haver uma transformação radical nas relações humanas, pois defender a agroecologia e ser agroecológico, não basta apenas produzir de forma orgânica e buscar formas de comunhão saudável com a terra e o meio ambiente, é mais que imprescindível que não haja nenhuma forma de exploração entre pessoas e que não exista nenhuma forma de violência contra mulheres, crianças e etc. Todavia, torna-se necessária a reafirmação da linha de raciocínio que estamos buscando construir até aqui: que existe uma relação ancestral entre a luta das mulheres por emancipação humana e a agroecologia como uma nova possibilidade de dever histórico.

O ATV, diante das contradições, impasses, lutas, desafios e conquistas na vida cotidiana e nos processos históricos de luta e resistência das mulheres que participam desta construção coletiva, ao mesmo tempo em que resgata os valores ancestrais do fazer agroecológico, também os reinventa ao manifestar que diante da conjuntura em que vivemos, a agroecologia deve ser praticada alicerçada numa sociabilidade libertária. A agroecologia é o legado da matriz produtiva que se fundamenta na ancestralidade e que atualmente significa resistência frente ao modelo dominante e hegemônico de produção agrícola instaurado na contemporaneidade, e são as mulheres as protagonistas que estão nas frentes de batalhas massivas e diretas, rompendo as cercas da propriedade privada hoje personificada na roupagem e na barbárie do agronegócio. São estas mulheres que buscam germinar, cultivar e reinventar ousadamente no presente a humanidade que se almeja para o futuro.

### **5.2.1 O protagonismo das mulheres afro-indígenas Sem Terra na luta por educação e escola do campo no ATV.**

“A encruzilhada com que hoje se depara a Humanidade – entre os sinais cada vez mais graves de barbárie, característicos do Capitalismo em sua face/fase atual, e, por outro lado, alguns sinais convincentes, ainda que moleculares, de compromisso com a vida dos Humanos e do Planeta – nos põe, a todos, a todas, diante de uma situação de escolha decisiva: render-nos à tendência dominante ou ousar construir uma saída alternativa? Esta segunda opção é a que nos leva a apostar no processo de humanização, do qual a Educação Popular, protagonizada pelos Movimentos Sociais Populares com projeto alternativo de sociedade, pode ser um espaço privilegiado.”

Alder Júlio Ferreira Calado

A centralidade da luta por educação e por uma escola do campo no ATV, já se configura como um sinal convincente, ainda que molecular, de contribuição ao processo de humanização dos sujeitos individuais e coletivos que compõem os movimentos sociais defensores e praticantes da Educação Popular – EP, que visam construir uma saída alternativa à sociabilidade dominante.

Segundo CALDART (2012), a Educação do Campo é um conceito em construção pelos sujeitos camponeses e também um conceito em disputa de concepções de mundo, isto é:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

O Assentamento não seria tão bem conhecido e referenciado, se além da terra, não tivesse estabelecido a educação como centralidade de suas lutas, neste sentido, as assentadas e assentados lutaram pela construção de duas escolas, que foram resultado de grandes marchas de Feira de Santana a Salvador, mobilizações e ocupações de prédios públicos. Como resultado dessas reivindicações tivemos a conquista da primeira escola, o Centro Integrado Florestan Fernandes – CIFF, que dispõe de modalidades educacionais desde o Ensino Fundamental até cursos de graduação e pós-graduação em parcerias com Universidades. Através do CIFF, o ATV constituiu em 2010 a I turma de Técnicos em Agropecuária, formando 35 técnicos atuantes em todas as regiões do Estado, este curso aconteceu em Parceria com o MST, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

A luta pela educação tornou-se prioridade para o MST, pela compreensão de que a centralidade da luta pela terra e reforma agrária era muito importante para a produção e reprodução da vida dos sujeitos Sem Terra, mas não era o bastante para uma Organização socialista que tem como utopia a transformação da sociedade capitalista.

Na linha de pensamento organizado por (CALDART, 2012), o MST é um sujeito educativo, que através da sua organicidade de lutas, mobilizações e ações diretas é capaz de educar os atores sociais, através de uma Pedagogia do Movimento.

A expressão *Pedagogia do Movimento* é usada atualmente em um duplo e articulado sentido. Como nome abreviado de *Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), identifica uma síntese de compreensão do trabalho de educação desenvolvido por este movimento social de trabalhadores, produzida por

ele próprio ou desde sua dinâmica histórica. Como conceito específico, a Pedagogia do Movimento toma o processo formativo do sujeito Sem Terra para além de si mesmo e como objeto da pedagogia, entendida aqui como teoria e prática da formação humana, reencontrando-se com sua questão originária: **entender como se dá a constituição do ser humano, para nós, como ser social e histórico processo que tem exatamente no movimento (historicidade) um dos seus componentes essenciais** (CALDART, 2012, p.548).

É ancorado nessa perspectiva, de conceber o MST como um sujeito coletivo educador e humanizador, que através de seus processos de lutas e organicidade educa e humaniza as pessoas que dele fazem parte, que o Assentamento tirou como linha de ação estratégica avançar na luta não apenas para construção de estruturas físicas de escola, mas **construir um projeto de educação**, para tanto, avançou nas parcerias onde junto com a UNEB, sediou um curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica com ênfase em agroecologia, formando uma turma de 60 agrônomos dos movimentos sociais do campo no ano de 2013. Diante dessas experiências exitosas, foi possível evoluir nas parcerias e como resultado também via UESC, em 2014 formou a I turma de Especialização em Agroecologia.

O MST em 1980 parte da necessidade de pensar na educação da infância reivindicando o acesso à educação de nível fundamental – anos iniciais e finais. Mais tarde surge a demanda de educação de jovens e adultos. Depois, veio a preocupação e o trabalho com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 503)

Em meio às famílias assentadas, em qualquer espaço de socialização das relações, encontram-se assentados e filhos de trabalhadores que também são técnicos em várias áreas, agrônomos, médicos, advogados, pedagogos, historiadores, dentre outros. Esta apresentação não nos conforma, mas nos faz lembrar sempre que a esta luta tem sua viabilidade histórica de transformação da vida das pessoas. Assim como salienta a autora, a educação do campo,

Já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (CALDART, 2012, p. 257).

Temos como exemplo concreto de construção de conquistas políticas na educação, o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos – CEEPFCCMS, que oferta os cursos de Segurança do Trabalho, Alimentos, Informática, Meio Ambiente, Agroindústria, Zootecnia e Agroecologia. Este Centro funciona por meio de uma parceria consorciada com oito municípios do sul da Bahia e atende em média 800 educandos oriundos de comunidades, indígenas, quilombolas, assentados e também urbanos. Uma parceria entre o CEEPFCCMS e ATV estruturou a Fábrica Escola de

Chocolate fino – onde é produzido o Chocolate Terra Vista, já apresentado anteriormente – que serve como espaço de aulas práticas voltadas para área de alimentos, agroindústrias e produção de chocolate e também recebe estudantes e visitantes de diversos lugares da região e do Estado.

O MST é uma organização socialista que luta por terra, por reforma agrária e por transformação da sociedade capitalista dividida em classes. Em suas ações diretas, documentos oficiais e narrativas dos discursos, o MST se posiciona contrário às relações de dominação, opressão e discriminação ocasionadas e sustentadas pelo capital.

Contudo, de acordo e parafraseando DAVIS (1983), em uma sociedade racista e patriarcal não basta só ser contra o racismo e o patriarcado, é imprescindível que sejamos antirracistas e antipatriarcal, neste sentido, problematizamos sem pretensão de responder, porque esse não é o foco da pesquisa, se o projeto socialista de formação humana do MST é antirracista e antipatriarcal. Neste sentido, defendemos como forma de alargamento desse aporte teórico dos pressupostos que fundamentam a Pedagogia da Terra, que o pensamento feminista negro se configura como uma práxis educativa libertadora que pode direcionar o povo subalternizado a melhor entender e incidir sobre a realidade opressora no sentido de transformá-la.

As mulheres fazem parte de todos os processos organizativos no Assentamento, mas queremos dar destaque para o protagonismo das mesmas na luta por escola e educação. Para tanto, é importante que tracemos um olhar mais holístico em torno dos processos históricos que contribuíram para a humanização das pessoas na trajetória da humanidade, isto é, não podemos cometer a primazia de trazer a centralidade apenas do trabalho para esse fator sócio-histórico de humanização, mas, é preciso entendê-lo numa perspectiva dialética, que é um processo que envolve diversos pressupostos. Afirmamos, que a luta das mulheres do ATV por educação e escola e os cuidados com a saúde da comunidade em que vivem é também um processo educativo que humaniza as pessoas e contribui na construção da transformação social.

De acordo com ARROYO (2012), “o nosso pensamento social e educacional se constituiu neste tenso relacionamento com as diversidades de coletivos sociais”, é nesta diversidade étnica-racial, dos campos, das florestas, das águas e das periferias urbanas, que o mesmo autor acrescenta ainda que,

De maneira particular, esse pensamento é chamado a se repensar e reinventar com as presenças afirmativas dos diversos grupos organizados em ações coletivas,

movimentos sociais, lutas por terra, espaço, teto, territórios, identidades étnico raciais, de gênero, de orientação sexual (e tantas outras) (ARROYO, 2012, p. 30).

A luta por educação do campo é protagonizada por diversidades de sujeitos que dos seus lugares de pertencas têm garantido conquistas educacionais históricas para a classe trabalhadora do campo. Todo esse movimento de luta gera um processo educativo, isto é, os movimentos sociais se constituem como educadores históricos. Nas palavras do autor, “educadores de si mesmos, da sociedade e até de nós, educadores”. Educadores da própria educação. “Os movimentos sociais, do campo, das florestas, indígenas, quilombola, feministas afirmam que há uma pedagogia dos próprios movimentos que são sujeitos pedagógicos de si e da sociedade” (ARROYO, 2012, p. 38).

Aprendemos com a Pedagogia do Oprimido de FREIRE (1987), que a própria vivência da opressão é formadora, é com esta premissa que enfatizamos o papel educativo da luta das mulheres do ATV por educação do campo e escolas para sua comunidade. As mulheres aqui são entendidas como educadoras, considerando que em muitas vezes as mesmas nunca foram oportunizadas a “alisar os bancos das escolas”, são autodidatas nos processos educativos das lutas por educação do campo, na medida em que lutam elas educam a si mesmas, os seus e o movimento social ao qual fazem parte. É a partir do chão de sua realidade, onde produzem e reproduzem sua existência, que as pessoas se educam e se humanizam num processo dialético marcado pelas contradições que movem suas vidas.

Compreendemos com as feministas negras que “a principal pauta do feminismo negro é restituir humanidades negadas”, existe aqui a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre o *Feminismo Negro e o Feminismo Camponês e Popular com a Pedagogia do Oprimido* ao trazer à luz do presente a assertiva da educação como uma prática da liberdade. Neste sentido, se educar significa humanizar as lutas das mulheres por educação e escolas do campo é sem dúvidas, uma tentativa de romper com a dominação capitalista e as opressões do patriarcado que historicamente determinam o lugar de subalternidade ou o “não lugar” para as mulheres que são preteridas de suas humanidades. Esta luta significa trabalhar para que os seus possam estudar essa hereditariedade da subalternidade legada pelo capital à classe trabalhadora em geral e às mulheres afro-indígenas camponesas Sem Terra em particular.

As mulheres, em luta pela educação, reivindicam também a restituição de humanidades negadas. Ouçamos a voz libertária de FREIRE:

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na

violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 1987, p.15).

É na compreensão da história como possibilidade e não como determinação, e também por acreditar que o mundo está em constante processo de transformação, que as mulheres se educam e se humanizam na medida em que lutam por educação e escolas do campo, elas incidem na sociedade a partir de um lugar onde os marcadores de diferenças e opressões as atravessam de forma mais intensa dentro da própria classe oprimida e incidem para romper com as desigualdades, violências e discriminações rumo à construção coletiva de novas alternativas de sociabilidade educativamente libertárias.

Aprendemos com bell hooks, escritora, educadora feminista e ativista negra estadunidense, que a luta pela erradicação da exploração da classe tem que ser combinada com a luta por erradicação do racismo e sexismo,

hoje assistimos a ascensão da supremacia branca e ao crescente apartheid social e econômico que separa brancos de negros, ricos e pobre, homens e mulheres, juntei à luta pelo fim do racismo um compromisso com o fim do sexismo e da opressão e com a erradicação do sistema de exploração da classe (HOOKS, 2013, p.41).

Os movimentos sociais precisam despertar para a necessidade da intersecção das lutas no âmbito de raça, gênero e classe, sem a primazia de sobrepor a classe em detrimento das outras categorias. Lélia Gonzalez, grande feminista precursora do Feminismo Negro no Brasil, nos adverte ao afirmar que as mulheres negras por sua condição biológica de raça e sexo, assumem um caráter triplo de opressão e exploração, pois também são pertencentes à classe subordinada às relações de dominação do patriarcado (GONZALEZ 2011, p.18).

É importante elucidar que não se trata aqui de uma tentativa de hierarquizar as opressões, ao contrário, estamos chamando a atenção para a urgência de que os movimentos sociais direcionem suas lutas de forma interseccional, percebendo que a luta anticapitalista tem que ser também antipatriarcal. As mulheres sofrem as violências do capital por pertencerem à classe oprimida e ainda enfrentam dentro de seus movimentos e comunidades uma luta intraclasse, pois como bem explicita a autora, as mesmas sofrem as reproduções das violências sexistas pelos próprios companheiros dentro da mesma classe oprimida. As lutas dos movimentos sociais por educação e para erradicar a contradição opressor-oprimido, precisam ampliar a compreensão da sociedade brasileira pelo viés da interseccionalidade tão bem fundamentada e defendida pelas feministas negra.

Contudo, estabelecemos um diálogo também com Paulo Freire, quando no primeiro capítulo da Pedagogia do Oprimido ele a define:

Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade.

Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE 1987, P.17).

Em seguida ele traz um grande questionamento: “Se, porém, a prática desta educação implica no poder político e se os oprimidos não o têm como então realizar a pedagogia do oprimido antes da revolução?” (FREIRE 1987, P.23), está aqui, uma das questões centrais do nosso estudo, pois concordo com o autor quando ele explicita que o processo revolucionário será capaz de romper com a “educação sistêmica” que implicará na sua superação pela tomada do poder, mas que até não chegar ao “assalto ao quartel” é necessária a realização dos “trabalhos educativos” no processo de organização das pessoas oprimidas.

Neste sentido, afirmamos que a luta e o protagonismo das mulheres do ATV nos processos de conquista por escolas e educação do campo, é uma práxis educativa libertadora, herdada das/dos nossos ancestrais africanos e indígenas que no processo diaspórico violento ao qual foram submetidos, sempre carregaram em suas rebeliões e resistência o valor da apropriação do conhecimento como uma forma de se contrapor ao sistema escravocrata e conquista da liberdade.

De acordo com Ângela Davis, o anseio das pessoas negras pelo conhecimento sempre existiu, mesmo em condições objetivas inferiores quando comparadas aos brancos,

**O povo negro percebeu que os “quarenta acres e uma mula” da emancipação era um boato mal-intencionado. Teriam de lutar pela terra; teriam de lutar pelo poder político. E, depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo de aprender.** Por isso, assim como suas irmãs e irmãos em todo o Sul, **a população negra recentemente liberta de Memphis se reuniu e decidiu que a educação era sua maior prioridade.** [...] De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. **Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação** (DAVIS, 1982 p.110), ênfases adicionadas.

É uma luta que vem de muito longe, a autora em seu livro *Mulheres, Raça e Classes*, de 1982, só traduzido e publicado recentemente no Brasil, resgata o significado da Educação e emancipação para as pessoas negras que foram escravizadas e destaca a participação efetiva das mulheres ex-escravas nesta trajetória, como é possível constatar,

Já em 1787, a população negra do estado de Massachusetts apresentou uma petição pelo direito de frequentar as escolas livres de Boston. Depois que o requerimento foi negado, **Prince Hall, que liderou essa iniciativa, abriu uma escola em sua própria casa.** Talvez a demonstração mais impressionante dessa demanda antiga por educação tenha sido o trabalho de uma ex escrava nascida na África. **Em 1793, Lucy Terry Prince corajosamente requisitou uma reunião com o conselho do**

**recém-criado Colégio Williams para Homens, que se recusou a admitir seu filho.** Lamentavelmente, os preconceitos racistas eram tão fortes que a lógica e a eloquência de Lucy Prince não foram suficientes para persuadir o conselho dessa escola de Williamstown. **Ainda assim, ela defendeu com agressividade o desejo – e o direito – de seu povo por educação.** Dois anos mais tarde, Lucy Terry Prince advogou, com sucesso, diante da mais alta instância do país, uma reivindicação pela posse de terras e, de acordo com os registros disponíveis, continua sendo a primeira mulher a se dirigir à Suprema Corte dos Estados Unidos. **Foi também no ano de 1793 que uma ex-escrava que havia comprado a própria liberdade abriu uma escola na cidade de Nova York, conhecida como Escola Katy Ferguson para Pobres.** Seus alunos, que ela buscava em abrigos, vinham tanto da população negra quanto da branca e possivelmente eram tanto meninos como meninas. **Quarenta anos depois, a jovem professora branca Prudence Crandall defendeu com firmeza o direito das meninas negras de frequentar sua escola em Canterbury, Connecticut. Crandall persistiu no ensino de alunas negras até ser levada para a prisão por se recusar a fechar sua escola.** Margaret Douglass foi outra mulher branca encarcerada por manter em operação uma instituição de ensino para crianças negras em Norfolk, Virgínia. **Os exemplos mais marcantes de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras estão associados à histórica luta do povo negro por educação.** Como Prudence Crandall e Margaret Douglass, Myrtila Miner literalmente arriscou a própria vida ao tentar transmitir conhecimentos a jovens negras. **Em 1851, quando iniciou seu projeto de instituir na capital federal, Washington, uma escola de formação de professoras negras, ela já havia dado aulas a crianças negras no Mississippi, estado onde educar pessoas negras era crime** (DAVIS, 1982 p.111-112.). ênfases adicionadas

A libertação da humanidade é uma tarefa de todas as pessoas comprometidas com a emancipação humana, mas, é possível constatar que historicamente as mulheres vêm protagonizando as lutas por educação e escolas. As mulheres camponesas, sujeitos centrais deste estudo, caminham através de “passos que vem de muito longe”. Lutamos na certeza de que herdamos um legado das nossas ancestrais mulheres que sobreviveram à violência da colonização, do escravismo e seguem em numa batalha incessante contra o sistema heteropatriarcal.

Mulheres indígenas que resistiram às matanças dos seus parentes nas ações violentas de retiradas de suas terras e dominação dos seus territórios pelos colonizadores e latifundiários. Caminhamos através dos passos das mulheres camponesas e de tantas outras que derramaram seu sangue, lágrimas e suor na árdua luta por terra, educação e soberania alimentar de seu povo. São resistências herdadas das mulheres negras sobreviventes da falsa abolição, onde dormiram escravas e acordaram livres, livres de sua dignidade de acesso aos direitos a terra, educação, moradia, livres de sua humanidade. As mulheres camponesas afro-indígenas Sem Terra do ATV ao lutarem por educação reivindicam essa humanidade perdida.

Aprendemos que os povos oprimidos carregam a missão de despertar para sua condição de opressão e com estratégias de uma práxis educativa, libertar a si e os opressores. As mulheres afro-indígenas camponesas se encontram na condição de mais oprimidas dentro

do sistema capitalista, patriarcal, sexista e machista, pelo fato de não serem nem brancas e nem homens, carregam em si esse vigor revolucionário de libertação da humanidade.

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação ficará claro, infelizmente, que as parciaisidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, **o imperialismo, o sexismo e o racismo distorcem a educação tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade** (HOOKS, 2013, p.45).

O protagonismo das mulheres na luta por educação do campo é uma forma de reivindicar a educação como prática da liberdade concordando com a Pedagogia do oprimido e o pensamento feminista negro, bem como o Feminismo Camponês e Popular. Todas/os nós militantes e educadoras/es dos movimentos sociais em suas diversas lutas, somos chamadas/os a renovar nossos valores e atitudes para transformar as instituições educacionais e a sociedade, “de tal modo que nossa maneira, de ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade” (HOOKS, 2013, p. 50).

As contribuições das mulheres camponesas afro-indígenas Sem Terra nesse processo é uma forma de convocar todas, todes e todos, para a responsabilidade de contribuir no processo de superação das contradições opressores-oprimidos e que tal superação só será possível com a crítica contundente às relações capitalistas patriarcais e, sobretudo com a autocrítica dos movimentos sociais para que as ações “dos trabalhos educativos” possam ir educando a sua base social para a necessidade de irmos combatendo as relações de opressões também no processo das relações intraclasse.

A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz o mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se (FREIRE 1987, P.19).

A luta das mulheres por educação assume a missão do parto doloroso da libertação de si mesmas e da humanidade. Aprendemos com Jose Martí, grande revolucionário e educador Cubano, que “só o conhecimento liberta”. Ângela Davis vai além ao nos contemplar com a afirmativa de que “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”. É pela luta de tornar os sujeitos inadequados para as relações opressoras que as mulheres estão gestando em suas comunidades uma práxis educativa que aponta alternativas para construção de uma nova sociabilidade.

Para não nos perdemos nesse processo de afirmação e construção do novo, precisamos aprender a diferença entre a educação que é pensada para reprodução da dominação e a educação como prática da liberdade, fiquemos atentos para o pedido de hooks,

Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade (hooks, 2013, p. 23-24).

Construir um projeto de transformação social só será possível através de uma pedagogia que ensine a transgredir e uma educação como prática da liberdade.

Assim como a educação, a saúde também é uma vertente importante defendida pelas famílias assentadas e protagonizada pelas mulheres. Existe na comunidade um Posto de Saúde que funciona com uma equipe mínima, mas com atendimento médico pelo menos uma vez na semana. Para além da medicina tradicional, muitas são as mulheres que manipulam as ervas medicinais e produzem remédios fitoterápicos, fitocosméticos, óleos essenciais (OE) e outros, através de um grupo organizado de mulheres que compõem o setor de gênero do assentamento.

*Figura I – Grupo de Mulheres do ATV*



*Fonte: acervo interno do Assentamento*

Depois de vários encontros para planejamento, o Setor de Gênero do ATV em 2016, decidiu criar um Grupo de Mulheres que pudesse além de pensar formação política ideológica, pensasse também na produção de renda para as mulheres. Com isto, elas decidiram que seria possível o aproveitamento de frutas e frutos que nascem de forma consorciada nas roças de cacau, desta forma deu-se início às atividades do grupo aproveitando as frutas para produção de doces e licores finos. O objetivo era lançar o grupo, com seus respectivos produtos, na 5ª Jornada de Agroecologia da Bahia que aconteceu em Porto Seguro em 2017.

De acordo com Aniely da Silva Silveira, Agroecóloga, moradora do assentamento, mãe de três filhos e integrante do grupo das mulheres e coordenadora do setor de gênero, em 2018, o grupo resolveu firmar algumas parcerias, foi quando junto com a Mestra Juliana, foi possível fazer alguns testes com essências florestais, para produção de óleos essenciais e cosméticos artesanais. Foram feitos três meses de experimentos e testes na fabricação dos OE, mas haviam empecilhos quanto a falta de tecnologia. Através de um curso de Viabilidade Econômica, foi possível perceber que o grupo estava levando mais prejuízo do que lucro com os doces e os licores, então através desse curso, elas decidiram investir mais na produção dos OE, mas a tecnologia continuava como um empecilho para isto, mas, com outras parcerias, conseguiram adaptar um destilador caseiro.

Para esta produção, as mulheres fazem o agroextrativismo nas roças das mulheres pertencentes aos grupos e coletam as essências florestais nativas da Mata Atlântica. Mas considerando que só a matéria prima do agroextrativismo não dá conta de atender a demanda, as mulheres estão pensando em organizar um plantio dessas essências agroflorestais para que o grupo tenha seu próprio estoque de matéria prima para aprimoramento do trabalho e auto-sustentação do grupo.

Segundo Aniely, o grupo começou com 11 mulheres, mas atualmente só 07 participam mais diretamente e foi contemplado com um projeto de produção de óleos essenciais e isto permitirá que o grupo passe por novas reformulações para receber outras mulheres e avançar na produção, pois existe a previsão de investimentos em tecnologias profissionais que permitirão o aumento da produção de OE, bem como de extratos vegetais. O grupo trabalha de forma autogestionária, mas Aniele cumpre uma função muito importante junto ao grupo devido à sua vasta experiência na produção de fitoterápicos e fitocosméticos.

Figura II – Assentada Aniely Silveira e sua produção de fitoterápico e fitocosmético.



*Fonte: acervo pessoal de Aniely Silveira.*

### **5.3 Análise dos dados obtidos**

Considerando que o foco da pesquisa é estabelecer uma análise de que forma os atravessamentos interseccionais de raça, classe gênero incidem nas trajetórias de vida das mulheres afro-indígenas sem terra no ATV, para melhor compreensão da realidade histórica e como estas questões perpassam as relações sociais e políticas na comunidade, foi utilizado como instrumento metodológico possível para obtenção dos dados analisados no decorrer da pesquisa, três encontros presenciais em forma de Rodas de Conversas e aplicação de dois questionários com 08 questões cada.

Uma pesquisa-ação pode abranger uma comunidade geograficamente concentrada (favela) ou espalhada (camponeses). (...), Quando o tamanho do campo delimitado é muito grande, coloca-se a questão da amostragem e da representatividade (...), para exercer um efeito conscientizador e de mobilização em torno de uma ação coletiva, a pesquisa deve abranger o conjunto da população que será consultada sob forma de questionários ou de discussões em grupos (THIOLLENT, 1986, p. 61).

Considerando que eu já conhecia todas as mulheres participantes da pesquisa, as convidei para uma reunião onde apresentei a proposta da pesquisa e tiramos encaminhamentos referentes à definição e organização das rodas de conversas, desde a escolha de datas, eixos temáticos e divisão de tarefas para organizar cada encontro. Ao todo

foram planejadas quatro rodas de conversas, mas infelizmente não foi possível realizar a última, devido às condições objetivas e subjetivas não permitirem<sup>15</sup>.

O primeiro questionário foi aplicado no primeiro encontro para avaliação do perfil das participantes, como elas se autodeclaravam e sua inserção na comunidade. O segundo e último questionário foi aplicado depois da realização da terceira e última roda de conversa, a escolha das questões se deu com o objetivo de obter respostas que dialogassem com a problemática da pesquisa, sobre como as mulheres experienciam os atravessamentos interseccionais de raça, classe e gênero e como a comunidade pensa estratégias coletivas de enfrentamento e combate aos mesmos.

As Rodas de Conversas foram planejadas com escolha de eixos temáticos de caráter explicativo referente à problemática da pesquisa e foi escolhido um texto base para orientar cada eixo, como forma de alimentar o debate coletivo e levantar reflexões importantes sobre as contradições que perpassam o cotidiano das mulheres participantes da pesquisa na comunidade, bem como tentar conduzir o debate para as respostas às questões norteadoras da pesquisa, neste sentido é importante elucidar que:

Na concepção de roteiros de entrevistas, questionários ou de outros instrumentos de coleta de dados, (...), sempre se coloca a questão do papel atribuído aos elementos explicativos associados à obtenção de informação esclarecida por parte dos respondentes. Consideramos que tais elementos não visam orientar as respostas em função das expectativas dos pesquisadores e sim descondicionar as pessoas para que não respondam apenas com "facilidade", isto é, como se a sua resposta fosse um simples reflexo de senso comum ou dos efeitos do condicionamento pelos meios de comunicação de massa. As "explicações" são sugeridas aos respondentes para que tenham um papel ativo na investigação. As "explicações" consistem em sugerir comparações ou outros tipos de raciocínios não-conclusivos que permitam aos respondentes uma reflexão individual ou coletiva a respeito dos fatos observados e

---

<sup>15</sup> A Realização dessas rodas de conversas aconteceu em um período muito conturbado para mim enquanto militante, mãe e pesquisadora, pois devido à minha atuação como dirigente estadual do MST na região estava travando enfrentamentos contra uma quadrilha de grilagem de terra e havia feito uma denúncia de estupro de vulnerável que aconteceu na minha família, envolvendo dois sobrinhos meus (um rapaz de 19 e uma menina de 11 anos), fato é que a partir de julho de 2018 comecei a receber ameaças de morte. Estava iniciando os estudos no mestrado do PPGER, com uma filha de 2 anos e recém-separada do pai dela. Tive grande apoio dos amigos, colegas do mestrado e muitos professores se mostraram sensíveis à situação, mas devido a tudo isto, em dezembro do mesmo ano tive que sair urgente da Bahia e me mudar para outro Estado, porque a situação ficou insustentável e minha filha também se tornou alvo das ameaças. Todos estes acontecimentos me colocaram em situação de vulnerabilidade emocional e financeira, influenciando no andamento da pesquisa de forma mais sistemática, pois eu não tive mais como voltar com frequência ao ATV – local da pesquisa - (por motivos de segurança e também por questões financeiras). Diante de tal situação, muitos foram os momentos em que pensei em desistir dos estudos, mas quando eu penso em todas as dificuldades que enfrentei para iniciar o processo de escolarização e o quanto concluir um mestrado é um sonho grandioso para mim, minha família e ao movimento social ao qual faço parte, eu encontrei força para seguir.

cuja interpretação é objeto de questionamento. Esses aspectos explicativos podem estar relacionados com o objetivo de conscientização e serem ampliados numa fase posterior, pela divulgação dos resultados. Consideramos que o efeito de "explicação" contido na fase propriamente investigatória constitui uma importante característica metodológica nos dispositivos de observação-questionamento (THIOLLENT, 1986, p. 64-65).

Todas as rodas de conversas aconteceram no período de novembro de 2018 a junho de 2019 e foram realizadas no Centro Integrado Florestan Fernandes – CIFF, nos turnos vespertinos com duração de 04 horas cada. Cada encontro foi organizado da seguinte forma, 1º momento: mística<sup>16</sup> de abertura; 2º momento: introdução dos eixos temáticos; 3º momento: debate coletivo; 4º momento: avaliação e lanche.

As mulheres participantes – sujeitos – da pesquisa estão aqui com nomes fictícios, nos quais buscamos homenagear as mulheres negras e indígenas lutadoras que dedicaram suas vidas à luta pela terra e defesa do território, democracia e liberdade dos povos oprimidos, visando preservar a individualidade de cada uma. Ao longo da sistematização dos diálogos não será possível transcrever todos os depoimentos dos sujeitos, priorizando assim aqueles que entendemos como mais emblemáticos e significativos para que possamos nos aproximar ao máximo dos objetivos propostos.

### **5.3.1 1ª Roda de Conversa – eixo temático: “Capitalismo, Racismo e Patriarcado”.**

O objetivo desse primeiro encontro foi apresentar/introduzir uma discussão sobre de que forma o tripé, capitalismo-racismo-patriarcado incide na vida das mulheres em geral e das mulheres afro-indígenas Sem Terra em particular.

O texto base que orientou as conversas dessa roda foi *“Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero”* de CARNEIRO, Sueli (2003).

A Roda de Conversa teve início com a apresentação da mística pela equipe responsável composta por 05 mulheres participantes da pesquisa, entraram cada uma de uma canto diferente da sala recitando a Poesia “Mulata Exportação” de Elisa Lucinda. Em seguida,

---

<sup>16</sup> Mística é uma apresentação que precede eventos e atividades realizadas pelos movimentos sociais, objetivando levantar questões sobre a temática que será trabalhada, sobre os problemas sociais que impactam cada conjuntura e vislumbrar como seria uma sociedade livre das opressões e dominações existentes na sociedade. Geralmente nesses momentos são usados símbolos que alimentam a luta, a consciência e o espírito, tais como, ferramentas de trabalhos, livros, instrumentos musicais, poesias e canções, elementos da natureza, corpos, falas, gestos e tudo mais que for necessário para passar a mensagem pretendida.

peguei a deixa da mensagem de denúncia de racismo e estupro que perpassa o poema e seguimos com os diálogos permeados pela contribuição de Sueli Carneiro para melhor entender este processo de violência sexual romantizada no qual deu-se início à formação da sociedade brasileira.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance (CARNEIRO, 2003, p. 49).

Referente a isto, na fomentação do debate com as mulheres, saíram falas significativas de como esta violência ainda acontece de forma latente dentro da comunidade, mesmo o ATV sendo palco de inúmeros eventos e discussões em parceria com várias Organizações e Universidades, que tratam sobre questões de gêneros, direitos das mulheres, feminismos etc:

a questão das violências machistas, racistas e sexistas, elas ainda são um tabu, e muitas mulheres passam por essas violências sem sequer notar...sem sequer se dar conta disso. E isso acontece aqui no assentamento...e trabalhar essa questão, a gente tem que ter muito cuidado, ir na sutileza...porque nem todas as mulheres estão dispostas a abrir os olhos, né...a enxergar e aceitar que essa é uma situação que acontece com algumas delas (...) (Aqaltune dos Palmares, 2018 ).

É um processo muito difícil na comunidade, porque até hoje sofremos ainda violência, né...então assim, a violência psicológica, a violência verbal, a violência sexista, né...mas o nosso desafio e estratégica, é trabalhar formação, fazer formação com nossas companheiras, e também trabalhar formação política com os homens...**porque não adianta a gente, nós mulheres, trabalhar a conscientização, trabalhar a emancipação das mulheres na comunidade, mas se os homens permanece com o pensamento machista.** Então, isso ainda é um desafio muito grande pra nossa comunidade...uma comunidade que já vem desenvolvendo vários papéis...essa questão das formações, essa questão da agroecologia, da produção...mas quando trata desses aspectos da violência contra a mulher, ainda somos ainda...ainda temos muito o que avançar pelos nossos companheiros. Ainda temos muito o que avançar mesmo. Então assim, a gente ainda sofre essas violências na nossa comunidade, e temos que tá buscando sempre ajuda de outros companheiros e outras companheiras pra nos ajudar a enfrentar a violência aqui na nossa comunidade (Maria Bonita, 2018).

E isso mostra que a gente tá numa linha tênue aí, que tá a vista de todo o processo do machismo, do sexismo, racista, e que isso precisa ser não diluído, mas precisa ser trabalhado, né, com a comunidade, com os homens, com as mulheres, com as crianças. Então o setor de gênero tem um grande desafio, né, que é não forçar as mulheres, né, a virem pros espaços, a participar das formações e das rodas de conversa, mas tentar trazer um novo diálogo pra que através do conversar, do dialogar, a gente possa tá interagindo com a comunidade e desmistificando, né, o processo organizativo onde a mulher, ela é submissa do homem e o homem é o patrão, o dono da casa. **Então, isso ainda é muito predominante, mas aos poucos, as mulheres através da sua autonomia financeira, através da sua autonomia educacional, através dos processos de formação, né, que acontece aí tanto no**

**movimento como em outros espaços que a comunidade é convidada, tem avançado, né.** Mas ainda tem os desafios que precisam ser trabalhados profundamente no setor de gênero (Katarina Paraguaçu, 2028).

Diante dos depoimentos expostos, percebemos que as relações de violências são vivenciadas pelas mulheres no âmbito da dominação/exploração capitalista, patriarcal e racista que atravessam o cotidiano das mulheres expressadas em suas diversas formas (física, moral, psicológica, sexual, patrimonial), além do mais, as mulheres ainda são submetidas à violência intraclasse cometida pelos seus companheiros de vida e de militância no sentido do que afirma (GONZALEZ, 2011, p. 18), onde nossos companheiros reproduzem as práticas sexistas do patriarcado.

É notório no depoimento de Aqualtune que o processo de naturalização e romantização da violência é tão forte que algumas mulheres ainda são alheias à própria condição de violência e discriminação que sofrem pelos próprios companheiros.

Em contrapartida, percebemos também nas palavras de Katarina Paraguaçu e Maria Bonita os desafios que se impõem para que essas situações sejam combatidas, enfatizando a importância de promover formação e ação prática não apenas para as mulheres, mas também para os companheiros, para que os mesmos percebam que eles também são sujeitos vitimados desse tripé capitalismo-racismo-patriarcado, apesar da posição de privilégio que significa ser homem neste sistema. Criar espaço para se trabalhar as temáticas de gênero, feminismo e masculinidade com os companheiros é um grande desafio que paulatinamente está sendo posto pelo conjunto do MST, mas é imprescindível que haja avanços, pois os mesmos estão dispostos a participarem das lutas por transformações, mas não estão dispostos a descer da posição de privilégios que é imposta pelo próprio sistema, e mesmo tendo consciência de que isto reproduz desigualdades com relação às mulheres, eles seguem ocupando confortável e convenientemente tal posição de privilégio.

Usamos o texto de Sueli Carneiro não aleatoriamente, quando a mesma afirma que é preciso enegrecer o movimento feminista negro no Brasil, fazemos também essa analogia ao MST para que o mesmo, por ser um movimento de trabalhadoras e trabalhadores rurais, possa também ser enegrecido e que possa assim fortalecer as lutas feministas negras através da compreensão de que o racismo é estruturante em nossa sociedade e que, portanto, deve ser combatido indissociado das lutas anticapitalistas e antipatriarcais.

### **5.3.2 2ª Roda de Conversa – eixo temático: “Feminismo negro e**

## **interseccionalidade”.**

O objetivo desse segundo encontro foi introduzir a temática sobre feminismo negro e interseccionalidade, no intuito de saber das participantes qual sua relação com as temáticas ético-raciais e aplicação do primeiro questionário.

Para realização desta roda eu organizei a discussão sobre questões do eixo temático com base no texto “*Feminismo Negro Para um Novo Marco Civilizatório*” de RIBEIRO (2016) e também retomamos questões pertinentes levantadas durante os debates do primeiro encontro.

Desta maneira, destacamos neste momento de diálogos a contribuição teórico-analítica das feministas negras, para a autora: “que coloca em evidência a combinação das opressões – de raça, classe e outras formas de discriminação – e seu funcionamento concreto na vida das mulheres negras” (RIBEIRO, 2016, p. 99).

O debate foi conduzido no sentido de que as participantes pudessem perceber que um olhar crítico e interseccional por parte do MST “poderá apontar para novas formas de compreensão e existência política que rompa com a invisibilidade da realidade das mulheres negras” (idem).

No momento de avaliação da roda de conversa as participantes contribuíram com falas muito significativas e que dialoga com o que estamos discutindo até aqui, vejamos:

...a importância de participar desse espaço de conversa é...foi perceber que além da identidade de trabalhadora camponesa, Sem Terra, é...lembrei daquele grito de ordem do Movimento “sou Sem Terra, sou Sem Terra eu sei, essa é a identidade mais bonita que eu ganhei”, pude também me perceber mulher negra (**Dandara dos Palmares**, 2019).

e a minha cor, no papel, no cadastro, né, eu sou parda...mas como parda não é uma cor, né...e quando a gente fala que é pardo, não carrega nossa história, né...Isso eu aprendi ao longo dos anos, nessa procura, nessa busca pela identidade. Então, eu me considero uma mulher afro-indígena, com as raízes mais indígenas...meus parentes mais próximos têm uma relação indígena de fato, né...minhas bisavós, avós, tem essa carga genética mais forte, mas eu me identifico com a cultura afro...como negra também...eu me identifico como negra, então afro-indígena é uma bela definição (...) pra mim (**Aqaltune dos Palmares**, 2019).

Diante dos depoimentos das participantes, podemos dizer que é preciso descolonizar perspectivas hegemônicas sobre classe e gênero, rompendo com a ideia de universalidade dos sujeitos fixada a partir de um viés europeu, branco, cristão e heterossexual. Parafraseando Sueli Carneiro (2003), ao falar de mulheres é importante nos questionar de que mulheres

estamos falando, mulheres não são um todo homogêneo, elas têm realidades e histórias que são determinantes em suas diferenças.

Pretendemos com esses diálogos possibilitar a construção de caminhos para que as mulheres ao serem nomeadas e reconhecidas se tornem sujeitos políticos, tendo consciência de si, ao se perceberem enquanto trabalhadoras Sem Terra, pobres e afro-indígenas e como esses marcadores são experienciados por elas dentro da comunidade e dentro da classe, como acrescenta Margarida Alves:

Trazer presente a história das feministas negras e conhecer as intersecções das opressões é abrir os olhos para duas coisas, uma que me deixou profundamente triste, né, que foi saber que dentro da luta de classe nós mulheres camponesas e pretas somos as mais oprimidas pelo fato de ser mulher pobre e preta, né, e a outra que me deixa mais esperançosa na possibilidade de mudanças...entender que as lutas devem ser planejadas conjuntamente (Margarida Alves, 2019).

Percebemos nesta narrativa a importância de fomentar esse debate dentro do MST, que mesmo sendo um movimento socialista que visa a emancipação humana, falha por seu caráter machista, pois muitas vezes centra suas análises metodológicas a partir das experiências apenas dos homens. De acordo com Carla Akotirene (2019),

o desafio político é rejeitar quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa na terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora. Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo merecedoras de atenção política. Combinadas, requererão dos grupos vitimados: 1. instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero; 2. sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários; 3. atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão (AKOTIRENE, 2019, p. 19-20).

Pretendemos com esse debate afirmar que o feminismo negro e a interseccionalidade podem ser um instrumento teórico-metodológico-prático para que nós militantes-acadêmicos do MST evitemos um “desvio analítico para apenas um eixo de opressão”, esse giro conceitual pode orientar nossa prática e alimentar a esperança de Margarida Alves e de todas as mulheres trabalhadoras que participam das lutas coletivas para erradicar o sistema capitalista, patriarcal e racista, que atua de forma articulada na totalidade da realidade social, desta forma, é imprescindível que nossas lutas, enfrentamentos e resistências sejam forjadas também de fora, articulados e “imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas” na perspectiva de transformação radical da sociedade e das relações de poder.

Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela

modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para fome histórica de justiça (AKOTIRENE, 2019, p. 22-23).

Concluimos o diálogo desta segunda roda de conversa, afirmando que nossa fome histórica por justiça social é pelo alargamento da compreensão do conceito de humanidade, pois enquanto as mulheres pobres, negras e indígenas continuarem sendo acidentadas múltiplas vezes em avenidas identitárias a humanidade toda corre perigo, isto é, a emancipação humana ou será coletiva ou não será, (Ribeiro, 2003) e (AKOTIRENE, 2019).

### **5.3.3 3ª Roda de Conversa – eixo temático: “A Importância das Mulheres na Luta pela Terra e emancipação humana”.**

A data da reunião se aproximava e, mais uma vez, parecia só haver recurso para uma passagem, tempos difíceis...A militância se reúne na secretaria para encaminhar o tema, quem vai? Maria ou João? As ponderações se iniciam, a reunião é importante, às vésperas da Coordenação Nacional. João acumulou nos temas que serão debatidos, tá preparado para aprofundar o debate, tem agenda e Maria... Maria, tá com a mãe do marido doente em casa, tem dificuldade de sair, é boa militante, todos sabem, mas já não foi nas duas últimas reuniões, por conta destas questões familiares e, dessa vez, temos que ter retorno imediato, não dá pra enviar alguém que não tá qualificado pro debate. Então, não há dúvida! “João, passa teus dados pra gente comprar a passagem.”

(Frente de Literatura do MST - Palavras Rebeldes, 2017).

A terceira e última roda foi pensada objetivando fomentar a discussão para evidenciar a importância da participação das mulheres nos processos de lutas coletivas no MST, buscando problematizar como a coletividade assume a luta em defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no ATV. Para tanto, utilizamos como texto base as “Linhas Políticas do Setor de Gênero do MST” (MST, 2017). Que se subdivide em quatro dimensões: 1. Dimensão Política Organizativa; 2. Dimensão Cultural; 3. Dimensão Econômica; 4. Dimensão subjetiva. Ao longo da sistematização, os depoimentos não estarão dispostos por dimensão, pois compreendemos que todas estas dimensões perpassam de forma indissociável os atravessamentos interseccionais vivenciados pelas mulheres participantes da pesquisa.

A abertura dos trabalhos começou com a apresentação da mística pela equipe responsável composta por 4 participantes. A mística levantou questionamentos importantes para nossa reflexão sobre a participação das mulheres na nossa Organização, principalmente nas tarefas menos praticadas pelos homens: cuidar das crianças, idosos, cozinhar, zelar da saúde e organização dos espaços e além de tudo ainda “ajudar” os companheiros nos trabalhos

da roça. Fomos convidadas para de mãos dadas formarmos uma ciranda e dançar no compasso da música: “Maria, Maria” de Milton Nascimento, compartilhamos aqui um trecho dessa canção que mesmo sendo dançante nos remete à grande reflexão do nosso lugar enquanto mulher-maria “que merece viver e amar como outra qualquer do planeta”, trazemos em nossos corpos de Marias “o som, a cor e o suor...de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta”.

A música nos conduz a refletir de que modo a mesma sociedade que nos oprime e nos violenta nos obriga a ser fortaleza sempre, ao nos impor que “é preciso ter força, ter raça, ter gana sempre...”, pois somos quem carrega na pele a marca do fardo ancestral de “Maria, Maria, mistura a dor e a alegria”. Somos estas mulheres destemidas como águas em direção ao mar, que mesmo diante de todos os obstáculos seguimos firmes protegidas por nossas “manhas, graças e os sonhos de sempre”, pois “quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida”. A mística foi finalizada com muitos abraços e afetos entre as mulheres-marias.

Em seguida, dei início à apresentação do eixo temático, e como nada acontece por acaso, iniciei chamando a atenção para a questão apresentada na epígrafe desse texto – o caso de mais uma Maria – para que pudéssemos rememorar os acontecimentos desde os mais distantes até os mais recentes e identificar quantas vezes já nos deparamos com estas situações em nossos espaços de militância. Quando tais situações aparecem, como costumamos resolvê-las? E o que é preciso ser feito para superar tais situações? Muitas foram as contribuições que foram surgindo no debate, como é possível constatar nos depoimentos a seguir;

Então, as mulheres tiveram e têm participação fundamental nos processos de luta no MST, e principalmente falo por onde eu moro, no Assentamento Terra Vista. Porém, a visibilidade, ou seja, o reconhecimento está sempre em torno dos homens, né, sempre tem um companheiro pra representar, e as mulheres acabam como ficando de suporte... Ou seja, com o trabalho duro, mas não fica com os créditos (**Maria Quitéria**, 2019).

As mulheres têm se esforçado bastante pela sua emancipação, muitas vezes sem êxito, pois vivemos em uma sociedade machista e sexista...onde as mulheres não são valorizadas, mesmo trabalhando muito e sendo participativa nas áreas coletiva...ainda assim, os homens que aqui estão, sempre levam vantagem, diminuindo a importância e luta dos trabalhos das mulheres ( **Maria Felipa**, 2019).

Eu percebo que a emancipação e a libertação das mulheres no MST, ela veio através do nosso oito de março...através da luta, através das formações e através das participações no nosso acampamento do oito de março. A partir do momento que nossas mulheres começou a ter formação política, começou a participar das atividades, e quando o movimento percebeu que as mulheres tinham que tá no espaço junto com seus companheiros, nesse momento foi onde nós começamos a ter emancipação dentro do MST, e fazer parte desse coletivo, tanto nas tarefas externa como interna dentro do nosso assentamento...nos setores, na divisão de tarefas...em

todos os espaços. Então, através dos nossos acampamentos de mulheres, através das nossas formações política que fez com que as mulheres viessem a se emancipar e passar a ter conhecimento, até mesmo através dessa luta, começar a ter o direito a se emancipar e principalmente ter o título do cadastro, que antes só era o companheiro, né, o homem...e hoje, através dessa luta que nós conseguimos ter essa emancipação, que é garantir ser assentada junto com o companheiro (Maria Bonita, 2019).

Percebemos que no diálogo posto por Maria Quitéria e Maria Felipa reafirmam que, realmente, casos como o de Maria e João, abordados na epígrafe que abre tal discussão, são uma constante no MST em geral e no ATV em particular, mesmo as mulheres sendo influentes nos processos organizativos coletivos, quem aparece como protagonista dos processos são sempre os homens, centralizando as tarefas, as informações e conseqüentemente o poder. Mesmo as mulheres cumprindo tripla jornada de trabalho, ainda assim, essa contribuição muitas vezes não é reconhecida como trabalho (é “ajuda”), e por não ser considerado como trabalho o resultado da produção, desde a venda até a questão financeira, na maioria das vezes é administrada apenas pelos homens, “as mulheres são suporte...participam do trabalho duro, mas não ficam com os créditos”, “os homens que aqui estão, sempre levam vantagem, diminuindo a importância e luta dos trabalhos das mulheres”.

É possível estabelecer um diálogo sobre essa questão com o depoimento de Maria Bonita, bem como, com a 6ª Linha Política do Setor de Gênero do MST que versa: “garantir a participação ativa das mulheres e das LGBT no processo de luta pela terra e na organização e condução dos acampamentos, dos assentamentos e da nossa base social;” (MST, 2017, p. 21). Entre o que está posto teoricamente e as relações que se estabelecem na prática que perpassam a realidade das mulheres, como foi possível diagnosticar nos depoimentos acima, é possível afirmar que existe uma compreensão geral da importância da auto-organização e participação das mulheres em todas as instâncias diretivas e esferas de atuação, mas isto não é o suficiente para romper com as relações patriarcais e machistas que ainda se configuram como característica marcante no cerne do MST que mantém condições de privilégios dos homens em detrimento da valorização e visibilidade da contribuição das mulheres.

Encontramos na 7ª Linha Política do Setor de Gênero do MST, um apontamento de mudança dessa perversa situação, objetivando:

Estimular a auto-organização das mulheres e LGBT, de acordo com os organizativos do MST, como espaços de fortalecimento, apropriação, construção coletiva e projeção da participação e da tomada de decisões na organicidade geral do MST. Organizar assembleias de mulheres e de diversidade sexual, desafiando que os homens também se organizem para estudar sobre o patriarcado e o feminismo, refletindo e enfrentando o machismo e as condições privilegiadas construídas historicamente (MST, 2017, p. 21).

Neste sentido, percebemos que a auto-organização das mulheres é muito fundante para se avançar no processo de libertação, mas só existirá emancipação efetiva das mulheres se além da luta socialista, a luta feminista também for compreendida como ação coletiva e que deve acontecer de forma articulada em todas as ações do MST. Em suma, ouçamos a voz de Katarina Paraguaçu:

... então, é um processo ainda... apesar de tantas práticas, de tanta formação, ainda é um processo lento, né. Porque quando se trata da coletividade, não se envolve só as mulheres, né... é uma questão de gênero que envolve também o processo de emancipação do homem, né... porque não é só a mulher que precise se emancipar, a mulher tá dentro de uma estrutura patriarcal, ela também necessita, né, que os homens também passem por um processo de emancipação da consciência, né... que vai descolonizar, que vai desconstruir velhos conceitos, pra poder então construir outro formato de coletividade, né, pautado no gênero, no respeito...( **Katarina Paraguaçu**, 2018 ).

Conclui-se que a auto organização das mulheres é muito importante para construção das mesmas enquanto sujeitos políticos que pensam e protagonizam lutas pela libertação da coletividade ao passo que pautam para as organizações sociais a necessidade de que a luta antipatriarcal, antissexista e antirracista seja assumida por todo conjunto como princípio norteador de transformação e construção de uma nova sociabilidade.

## 5.4 Síntese da Pesquisa

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Sueli Carneiro

Problematizar de que forma os atravessamentos interseccionais de raça, classe e gênero incidem nas trajetórias de vida das mulheres no ATV, significa levantar questões que são muito significativas para uma comunidade pertencente a uma organização social – MST – que luta pelo socialismo e emancipação humana. As questões colocadas aqui, não objetivam expor as vulnerabilidades da comunidade de modo negativo, a pretensão é revelar algumas contradições interseccionais existentes e investigar se existem possibilidades que estão sendo pensadas coletivamente como forma de enfrentamento e erradicação das dominações e opressões racistas, patriarcais e capitalistas.

É importante ressaltar que a hostilidade misógina e sexual contra as mulheres em geral e as mulheres afro-indígenas de forma particular, não é praticada apenas pela sociedade branca racista e elitista, mas está instaurada também dentro das nossas comunidades e o silêncio não a fará desaparecer. Nossas falas aqui são uma tentativa imprescindível de transformar este silêncio milenar em ação concreta para mudança (LORDE, 2019).

Parafraseando Paulo Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, o real objetivo da revolução não pode ser apenas a busca para nos libertamos das situações opressivas, mas sim aquele fragmento do opressor que está arraigado dentro de cada um de nós e que reproduz as táticas e relações do opressor.

Considerando que o ATV não existe numa bolha ou vácuo à parte da sociedade, todas as contradições existentes na sociedade capitalista, racista e patriarcal são também experienciadas e reproduzidas pelos sujeitos Sem Terra que compõem a coletividade da comunidade, neste sentido:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p. 49).

A análise dos dados apresentados aqui é muito importante para revelar os efeitos da opressão sofrida na vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra em questão e como as mulheres vêm se apoiando enquanto grupo e também as formas coletivas que a comunidade tem pensado para combater e superar essas violências.

Quando interrogadas sobre “Como você percebe a participação das mulheres no processo de luta pela emancipação/libertação coletiva dos sujeitos no MST?”, foi possível constatar que:

A participação das mulheres é importante, desde a chegada na terra como linha de frente para defender seus filhos e companheiros, do plantio de culturas de ciclo curto, da construção das escolas, da organicidade como um todo. Elas são as protagonistas de todo o processo, porém a visibilidade das mesmas em sua maioria fica velada, no anonimato e os machos é quem são condecorados, esse lado da história é cruel, injusto e perverso (Tereza de Benguela, 2019).

eu entendo que o papel da mulher nessa emancipação, né...é a mulher que abre os caminhos, é a mulher que está a frente dos processos...que é o escudo, né...que é o escudo...enquanto o homem é a espada. Então, a mulher o papel da mulher é esse, né...de estar a frente e de assumir, né, esse escudo de fato (Aqaltune dos Palmares, 2019)

As mulheres do MST sempre teve uma participação...teve e têm uma participação muito importante, pois desde sempre elas contribuíram com a luta de forma muito

direta...é tanto que nos despejos...violentos despejos sofridos pelo MST, as mulheres e as crianças, seus filhos, eram colocados na linha de frente, né, desses despejos...Então, isso nos mostra o papel fundamental, né, do papel das mulheres nessa construção do MST, nessa jornada aí com o MST (**Dandara dos Palmares**, 2019).

De acordo com as falas acima, é possível afirmar que as mulheres assumem protagonismos importantes e decisivos nos processos de luta gerais pelos direitos e libertação da classe trabalhadora como um todo, incidem na organização das comunidades assentadas, organização da produção de subsistência, luta por escola e educação, assumem a linha de frente de enfrentamentos diretos nas lutas de ocupações de terra, bem como quando o seu território está ameaçado pelos conflitos com policiais e pistoleiros.

Constatamos que a participação efetiva das mulheres nas ações diretas é parte fundamental ao lado dos homens, nas palavras de Aqualtune, quando se trata de lutar pela libertação de todos, as mulheres vão na frente abrindo caminhos, são escudos de proteção e resistência e seguem destemidas, na esperança de construir sonhos de poder viver de forma plena e como dignidade humana. Mas infelizmente, quando vem as conquistas, são os homens que assumem a direção dos processos e a mulher passa a ser um mero suporte, sem tanta incidência nos espaços de tomada de decisão, desta forma, as mulheres além de enfrentarem os conflitos agrários, violências do latifúndio e do agronegócio, quando se conquista a tão sonhada terra, as mesmas precisam continuar lutando para serem reconhecidas e valorizadas em situação de igualdade com os demais companheiros. Vejamos, nas palavras de Aqualtune:

Porque a mulher, apesar dela ter seu espaço, né, de ter conquistado seu espaço na luta...principalmente no MST...ainda é tabu, né...a mulher ainda tem que lutar muito, brigar muito, pra ter reconhecimento, né, do seu papel. Vou dar um exemplo, né...quando um homem fala alguma coisa e a mulher já citou isso, né...por exemplo, em uma reunião...uma mulher dá uma ideia, né...uma proposta, né, pra encaminhar algum ponto...aí isso fica ali na nuvem, né...aí o homem fala a mesma coisa que a mulher falou, mas nas palavras dele, né...e aí quando vai ser citada a proposta, a proposta sempre é citada como ideia do homem (**Aqualtune**, 2019).

Os relatos até aqui apresentados, reforçam o quanto as relações humanas estão permeadas pela sociabilidade patriarcal e racista e o quanto de responsabilidade são legadas às mulheres para manutenção e superação do *status quo*, melhor dizendo:

as mulheres de hoje ainda estão sendo convocadas para se desdobrarem sobre o abismo da ignorância masculina e educarem os homens a respeito da nossa existência e das nossas necessidades. Essa é uma das mais antigas e primárias ferramentas usadas pelos opressores para manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor (LORDE, 2019, p. 139).

Em concordância com a autora, realmente a impressão que temos é que a responsabilidade de lidar e resolver todo o fardo histórico do racismo, patriarcado, homofobia e heteronormatividade está sob culpa e responsabilidade das mulheres, se os homens são

machistas é porque não os educamos, se as brancas são racistas é porque não as educamos “a respeito da nossa existência, nossas diferenças, nossos papéis no que diz respeito à nossa sobrevivência conjunta. Isto é uma dispersão de energias e uma trágica repetição do pensamento patriarcal racista” (LORDE, 2019, p. 139).

Em outras palavras, isso significa que é do oprimido a responsabilidade de ensinar aos opressores seus erros. **Eu sou responsável por educar os professores que depreciam a cultura dos meus filhos no colégio. Das pessoas negras e das que habitam países em desenvolvimento, espera-se que sejam responsáveis por educar a população branca afim de que reconheçam a nossa humanidade. Das mulheres, espera-se que eduquem os homens. Das lesbianas e dos gays que eduquem o mundo heterossexual.** *Os opressores conservam sua posição e ignoram a responsabilidade de seus próprios atos.* Isso é uma drenagem de energia constante que, provavelmente, seria melhor usada na redefinição de nosso próprio ser e na construção realista dos meios para modificar o presente e construir o futuro (LORDE, 2019, p. 142) ênfase adicionadas.

Enquanto as estratégias do patriarcado racista nos manterem dispersas e ocupadas para apresentar soluções para as responsabilidades que são de todos, continuaremos vivendo de forma alienada de nós mesmas, não teremos conhecimento das condições reais que nos oprimem e nos violentam, não acessaremos nossas forças e as razões para agirmos pela nossa própria libertação, neste sentido, o capitalismo, o racismo, patriarcado e a homofobia “são as condições reais de todas as nossas vidas aqui e agora”. E o chamado de mudança, de transformação é coletivo, pois nós mulheres precisamos recuperar nossas energias dispersas e canalizá-las para “redefinição do nosso próprio ser e na construção realista dos meios para modificar o presente e construir o futuro” como afirmou a autora. E, portanto:

Rogo a cada um de nós aqui que mergulhe naquele lugar profundo do conhecimento que há dentro de si e chegue até o terror e a aversão a qualquer diferença que alí habite. Veja que rosto tem. Só ai o pessoal como o político pode começar a iluminar todas as nossas escolhas (LORDE, 2019, p. 139).

Dando continuidade ao raciocínio, interrogamos também, como se dá a participação da coletividade na luta pela emancipação/libertação das mulheres no MST? Vejamos o que foi constatado a partir dos diálogos com as entrevistadas.

E na hora de lutar contra o machismo, lutar a favor do feminismo, eu acho que é só a gente mesmo...não tem essa...eh...não tem essa coisa toda, né, não tem essa preocupação toda...os companheiros não tem essa preocupação toda com a nossa luta, entendeu? (Jacy Tupinambá, 2019).

Que essa emancipação já é...digamos que seja a linha do horizonte...até chegar lá tem muito a ser travado, né...tem muito a ser caminhado, muito a ser lutado (Aqaltune dos Palmares, 2019).

então, é um processo ainda...apesar de tantas práticas, de tanta formação, ainda é um processo lento (Katarina Paraguaçu, 2019).

Diante do exposto, percebemos que a coletividade, isto é, as lutas e pautas coletivas do MST, não tem como centralidade a luta pelos direitos das mulheres, gênero e feminismo, são questões que ficam sob a responsabilidade das próprias mulheres de se auto-organizarem e irem conquistando seus espaços dentro da Organização e das comunidades. A luta pela libertação das mulheres tem sido um processo solitário e “pessoal” das próprias mulheres.

É importante trazer para o debate uma situação de violência contra a mulher que aconteceu durante o processo de investigação dessa pesquisa na comunidade, uma das mulheres participantes deste estudo sobreviveu a uma tentativa de estupro por parte de seu ex-companheiro – separados há mais de dois anos – fato que quase custou sua vida. Referente a isto, na elaboração do questionário colocamos duas questões fundantes que problematizam essa e outras situações de violências contra a mulher. Quais são as estratégias coletivas pensadas e desenvolvidas pela comunidade para enfrentamento e superação das violências machistas, racistas e sexistas cometidas contra as mulheres? De que forma as mulheres têm acolhido e apoiado as companheiras que são vítimas de violência dentro da comunidade?

Referente às estratégias coletivas pensadas pela comunidade, percebemos que:

O pessoal da coordenação chama logo todos os assentados, né, todo mundo pra decidir em assembleia o que vai fazer com o agressor, se vai continuar aqui no assentamento, como é que é...Então assim, tem evoluído, né...falta muita coisa...mas tá no caminho, né... (**Jacy Tupinambá**, 2019).

Em combate à violência cometida contra as mulheres, são elaborados anualmente encontro de mulheres...esses encontros, às vezes acontecem no ATV ou em outras comunidades, trazendo temas que geram perspectiva da valorização das mulheres, a autonomia, e tentando descentralizar o poder patriarcal, o machismo e o sexismo, fazendo um trabalho de conscientização sobre a violência que as nossas companheiras têm sofrido. Violências essas, que muitas vezes são naturalizadas. (**Maria Felipa**, 2019).

Muitas formas de violências tem sido naturalizadas, tipo: violência moral, verbal, patrimonial, né...existe uma reação imediata quando se trata de violência física quando ocorre nos espaços públicos, pois, é sabido que tem homem que bate em suas companheiras, mas é dentro de casa, né, aí não tem muita gente metendo a colher...outras situações é quando há estupros, aí a comunidade se mobiliza em assembleia para tomar encaminhamentos coletivos...geralmente muitas pessoas se colocam a favor do agressor e culpabiliza a mulher, triste viu...(Tereza de Benguela, 2019).

O ATV é uma comunidade em construção que vem se desafiando a criar espaços de debates sobre as violências cometidas contra as mulheres e determinar algumas punições para com os agressores, punições estas que em sua maioria se dão a partir da expulsão do agressor da comunidade, o mesmo sai sem direito a tudo que foi construído enquanto esteve assentado na comunidade, lote, casa e etc, geralmente os bens ficam para a vítima e para os filhos.

Os espaços de assembleias para discutir estas questões não é nada acolhedor e confortável para quem sofreu a violência, pois muitas são as pessoas que se colocam contra a mulher e se posicionam a favor do agressor. Não estamos aqui querendo culpar a comunidade por estas práticas, reafirmamos apenas a importância de não esquecer que as relações patriarcais e racistas são estruturantes na sociedade. Estamos revelando estes fatos para que possamos pensar em estratégias teóricas e práticas que sejam mais efetivas no combate a violências e acolhimento das sobreviventes, pois como diriam as feministas negras abolicionistas, pensar só no encarceramento e expulsão enquanto punição não resolve o problema da violência.

“Uma situação que eu vivenciei aqui recentemente e que mexeu bastante, assim né, com a comunidade como um todo, foi uma situação de violência, né...violência contra a mulher aqui...e eu tenho em mente essa situação pra responder essa pergunta...Eu vejo, assim, que há uma situação de conveniência, né...existem as mulheres aqui dentro que tem uma certa...eh...que tem uma visão política, né...e se sensibiliza com relação ao que acontece a outra, a uma companheira em situação de violência...tem essas mulheres...E tem as mulheres que normalizam, né, que tem como normal, como comum, e que infelizmente ainda culpa a própria companheira de ter sido...a que foi vítima, por ela ter sido...como se ela tivesse causado a violência, né...ela que deu algum motivo pra que a violência acontecesse, ficando, no caso, ao lado do homem. Então, eu acredito que há muito trabalho que se fazer aqui, há muita formação, há muita conversa, há muito o que ser feito ainda, pra que as mulheres se conscientizem de fato de que há a violência...de que existe a violência ainda dentro da comunidade” (**Aqaltune dos Palmares**, 2019).

“Aqui aconteceu um ato com a nossa companheira aqui...que foi abusada, quase foi estuprada, e se não fosse um grupo de pessoas que tava aqui conhecendo o acampamento, ela com certeza ia ser violentada...e ficou uma parte das mulheres contra a companheira...E eu achei muito triste, né, porque ninguém sabe o dia de amanhã. Mas enfim, a gente teve uma reunião, a gente quebrou o tabu e falou com relação a isso, que a gente tem que apoiar uma a outra em toda circunstância na nossa vida. E principalmente, a época que a gente tá vivendo, né...porque hoje a gente tem mais medo de homem do que de qualquer outra coisa” ( **Margarida Alves**, 2019).

Referente ao questionamento de como as mulheres têm se apoiado quando ocorre uma situação de violência, quase todos os depoimentos trouxeram presente a problemática da tentativa de estupro sofrida por uma companheira na comunidade. Vejamos como as mulheres reagiram a este trágico acontecimento:

“Aqui no assentamento, as mulheres em sua maioria, tem sororidade pelas outras. Temos, né, essa sororidade. Então, quando uma de nós é vítima de uma agressão, logo nos reunimos...pra defender a vítima, né, e lutar pra que a justiça seja feita. Porque a vítima nunca é culpada, né. Já diz, vítima...Mas assim, em sua maioria seria legal, seria justo que fosse todas as mulheres, né, mas infelizmente não é assim

que tá acontecendo aqui ainda. Mas eu também acredito que a gente tá evoluindo bastante, e assim uma puxa a outra, né...” (Jacy Tupinambá, 2019).

“acho que é outro avanço essa forma como as mulheres vêm se apoiando e acolhido, né...principalmente da parte das mulheres mais jovens, as adolescentes (...) e todos os outros processos de diálogo aí que é oportunizado pra essa nova geração de mulheres que conhecem mais os seus direitos, que não se calam, né. Então, a juventude do acampamento, ela tem mostrado muito interesse, né, em levar o diálogo e não se calar, porque tem casos recentes de violência contra a mulher que precisam ser dialogados, né...e tem sim, que meter a colher...acho que esse entendimento ainda falta na comunidade, né. Claro, isso precisa ser amadurecido muito em assembleias, nos espaços dos núcleos de base, porque justamente sobre...uma é sobre a questão da condição, né, de agressão, seja ela física, seja psicológica, seja a verbal contra as mulheres na comunidade...” (Katarina Paraguaçu, 2019).

“Então, eu vejo assim, né...mas a forma de acolhimento que houve pelas mulheres, né, que se sensibilizaram e que são conscientes, foi muito bonita, foi bem aconchegante, foi bem sensível mesmo...de companheirismo, né, foi uma situação de companheirismo...de dizer, de tá sempre perguntando, de tá acompanhando, né, de estar sempre presente e de afirmar ‘companheira, conte comigo pra o que precisar...’ Então, vejo que as mulheres que estão conscientes, dão bastante exemplo...” (Aqaltune dos Palmares, 2019).

“infelizmente o acolhimento e o apoio às companheiras vítimas de violência é precária. São poucas as companheiras que têm consciência de que a mulher que sofre violência necessita de cuidados, amor, compreensão. Quando acontece uma violência dentro do assentamento, a comunidade se divide ao invés de se unir, e unir forças pra combater a violência, um grupo se coloca no lugar da vítima e faz o acolhimento. Outro grupo não se manifesta, pois entende que esse não é um problema seu. Infelizmente, existe aqueles ou aquelas que entram em defesa do agressor.” (Maria Felipa, 2019).

Reafirmando o que já foi exposto logo acima, diante de situações como estas a comunidade fica bem dividida no que se refere ao acolhimento à vítima e culpabilização da mesma pela violência sofrida, diante dos depoimentos é possível identificar um sentimento de tristeza e revolta das entrevistadas com relação às mulheres que se colocam a favor do agressor e atacam a outra mulher em situação de violência. Este tipo de comportamento acontece, segundo Audre Lorde, porque as mulheres foram socializadas desde crianças a se odiarem e que, “na constituição masculina feita à base da força bruta, nos ensinaram que nossa vida depende da boa vontade do poder patriarcal”.

Mas a força das mulheres está em reconhecer as diferenças entre nós como algo produtivo em defender sem culpa as distorções que herdamos, mas que agora são nossas e cabe a nós alterar. A raiva das mulheres pode transformar a diferença, por meio da compreensão em poder. Pois da raiva entre semelhantes nasce a mudança, não a destruição e o desconforto e o sentimento de perda que ela costuma causar não são fatais, mais sintomas de crescimento (LORDE, 2019, p. 164).

A sociabilidade capitalista, patriarcal e racista, desde o processo brutal de colonização até o presente com a colonialidade que ainda determina as relações, criou formas de distração e distorções da realidade, por isto, ainda é comum perceber como as mulheres agem de forma raivosa e competitiva uma com as outras, as vendo como inimigas,

concorrentes, enquanto alienadamente agem dessa forma, só fortalecem mais e mais o machismo e patriarcado. De acordo com a autora, no dia em que as mulheres descolonizarem suas mentes e ações e perceberem a potência que existe entre elas e os povos oprimidos como um todo, “da raiva entre semelhantes pode acontecer a mudança”, pois “não somos responsáveis pelas nossas opressões, mas devemos ser os responsáveis pela nossa libertação” (idem, p. 182).

As mulheres do ATV estão se auto-organizando no sentido de alterar as distorções que a colonização colocou em nossas mentes para nos confundir do nosso potencial pessoal e coletivo, não queremos mais carregar as dores e traumas que arrastamos historicamente para nos reconhecer apenas no lugar comum da dor, é preciso, sobretudo, transformar dor, raiva e silêncio em ação transformadora e é nosso papel construir um “futuro, enquanto criamos vínculos para sobrevivermos a enormes pressões do presente e é isto que significa fazer parte da história” (LORDE, 2019, p. 182).

É importante ressaltar também que existe um grupo de mulheres que estão fazendo parte da história ao criarem formas de sororidade e solidariedade umas com as outras, estas mulheres já entenderam que para sobrevivermos às pressões, opressões e dominações patriarcais e racistas, precisamos compreender que não seremos “livres enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras delas sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês” (idem, p. 166).

As mulheres trabalhadoras camponesas, em sua maioria indígenas e negras, nunca tiveram trégua na história, sempre foram violentadas, mas sempre buscaram formas de resistência coletiva para sobreviverem às adversidades. Nós mulheres afro-indígenas Sem Terra precisamos fortalecer estudos e ações diretas unindo todas as forças que conquistamos, incluindo a raiva como um lugar-comum para nos ajudar a definir e dar forma a um mundo onde todas as irmãs possam crescer, onde todas as crianças possam amar e onde o poder de tocar e conhecer as diferenças e as maravilhas que outras mulheres irá, mais dia, menos dia, transcender à necessidade de destruição, (LORDE, 2019).

Transcender à necessidade de destruição significa revolucionar esse sistema opressor, transcender nos obriga a assumir a imprescindível tarefa para além de analisar como as formas de opressões interseccionais atravessam a vida das mulheres, nos impõe o desafio de criar meios individuais e coletivos para transformação do capitalismo que se fundamenta nas relações estruturantes do racismo e do patriarcado. E de acordo com bell hooks (1994),

não se faz revolução sem amor, quando o povo subalternizado experimenta a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de revolucionar as estruturas sociais existentes.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não é fácil dar nome a nossa dor, teorizar a partir desse lugar. Sou grata as muitas (os) mulheres e homens que ousam criar a partir do lugar, da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teórica” (hooks, 2013, p. 103).

Para mim, foi um grande desafio escrever este memorial, revisitar nossas memórias significa muitas vezes lidar com dores e traumas que buscamos consciente ou inconscientemente esconder, mas como a escrita das nossas “escrevivências” é também um caminho de cura, o exercício da escrita me possibilitou olhar para mim mesma com menos dureza e mais compaixão ao reconhecer que o “curso deste rio” não é feito apenas por águas turvas e revoltas, isto é, nomear as dores é muito importante, mas não devemos ter devoções por elas, escrever é uma forma de prestar contas com o passado fazendo as dores decantarem, pois é mais que imprescindível reconhecer as conquistas, alegrias, amores e as vitórias das lutas que nos compõem.

Lidar com memórias e narrativas de mulheres afro-indígenas Sem Terra que fazem parte do meu cotidiano de luta e de sonhos significa lidar também com suas dores e traumas expostos coletivamente, que são oriundos das violências, silêncios e apagamentos, que ainda hoje se perpetuam em todas as esferas das relações sociais. A ato de refletir e escrever sobre como esses atravessamentos se dão no cotidiano dessas mulheres foi muito significativo para fortalecer a convicção de que estamos no caminho certo e seguiremos fortalecendo e potencializada as lutas libertárias.

Nossa pesquisa buscou analisar os atravessamentos interseccionais de raça, classe e gênero no cotidiano das mulheres afro-indígenas Sem Terra no ATV, o que nos possibilitou perceber que, de acordo com o que já foi exposto ao longo da análise dos dados obtidos, o ATV, assim como outras organizações camponesas que lutam pelo socialismo, não existem em uma bolha separada da realidade social e portanto, vivenciam e reproduzem as relações

capitalistas, patriarcais e racistas. Como bem aprendemos com Lélia Gonzalez (1984), as mulheres negras e indígenas experienciam os enfrentamentos interseccionais ao questionarem e combaterem as violências patriarcais intra-classe, praticadas por seus pares de lutas nas Organizações e em casa por seus companheiros afetivos.

Nosso estudo nos mostrou que os atravessamentos interseccionais (raça, gênero e classe) interferem de forma negativa na vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra na comunidade, pois as mesmas enquanto sujeitos históricos protagonizam as lutas coletivas, tidas como prioridade da classe, porém, no que diz respeito às lutas de caráter antirracistas e antipatriarcais ficam muitas vezes sob responsabilidade apenas das mulheres afro-indígenas Sem Terra, ou seja, a emancipação de todos é também protagonizada pelas mulheres, enquanto que a emancipação das mulheres, é uma luta mais solitária das próprias mulheres.

Concluimos que as relações sociais, os aprendizados obtidos em vários espaços educativos e as lutas por mudanças estruturais são processos permeados por muitas contradições, as quais contribuem tanto para reprodução de violências e invisibilidade das mulheres quanto para a revelação do quanto o ATV em particular e o MST de modo geral precisam avançar no debate teórico e na prática das questões interseccionais.

As revelações dos atravessamentos interseccionais existentes no ATV são um chamado de alerta para a urgência da necessidade de fazer valer o grito de ordem que orientam as lutas das mulheres Sem Terra, “sem feminismo, não há socialismo!”, pois mesmo o MST sendo um movimento socialista, mesmo o ATV sendo palco de vários eventos educativos pensados para discutir as questões do combate à violência contra as mulheres, mesmo tendo a compreensão de que para a produção ser agroecológica não deve haver violência contra mulheres, crianças e etc, identificamos no decorrer da pesquisa que os homens mesmo tendo uma consciência da importância de romper com todas as formas de opressões e dominações em que as mulheres estão submetidas, os mesmos em suas ações cotidianas, continuam desfrutando e se beneficiando dos seus lugares de privilégios.

O grande desafio que se coloca na construção e consolidação de uma comunidade que ousa ancorar suas normas de convivências e princípios filosóficos nos valores socialistas, formação omnilateral<sup>17</sup> da pessoa humana e princípios agroecológicos que determinam não

---

17 De acordo com JUSTINO DE SOUZA JUNIOR (2020), “Embora não haja em Marx uma definição precisa do conceito de omnilateralidade, é verdade que o autor a ela se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista. Essa ruptura deve ser ampla e radical, isto é, deve atingir uma gama muito variada de aspectos da formação do ser social, portanto, com expressões nos campos da moral, da ética, do fazer prático, da criação intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade, da emoção, etc. Essa ruptura não implica, todavia, a compreensão de uma formação de indivíduos geniais, mas, antes, de homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente em sua liberdade e submetem as relações sociais a um controle

apenas a relação saudável de comunhão com a natureza, mas que o principal sujeito a ser honrado e preservado é a pessoa humana e para que exista esta harmonia com o meio ambiente e o universo como um todo, é preciso, sobretudo, traçar ostensivamente caminhos para combater diuturnamente todas as formas de violências cometidas contra as mulheres. Este deve ser um movimento permanente que oriente todas as ações educativas, culturais e de lutas perpassando todos os espaços político-pedagógico no ATV.

Diante do que foi exposto até aqui, vale ressaltar que qualquer mudança que almejamos para o futuro só será possível se formos capazes de considerarmos a necessidade de realizar na prática a modificação dos resquícios dessa perversa ideologia que ainda carregamos como herança e imposição do colonialismo. É preciso haver alterações nos comportamentos individuais e coletivos, diante das relações entre as pessoas humanas e destas com a natureza.

O MST é um movimento social que luta pelo socialismo e pela emancipação humana, mas luta contra todas as formas de opções e violências de Classe dentro do capitalismo, é um movimento que no traz como fundamento as lutas anticapitalistas. As reflexões levantadas ao longo da pesquisa nos possibilitam afirmar que, não é o MST que orienta sua militância, dirigentes e base social para a importância das lutas antirracistas e antipatriarcais, são os sujeitos ao longo do tempo em seus movimentos de descobertas identitárias que se auto-organizam e pautam estas lutas como fundantes para o MST. Logo, as questões de gênero, feminismo, raça e homofobia foram sendo anexadas às lutas do MST de acordo com a auto-organização dos sujeitos, LGBT Sem Terra, mulheres, negras e negros que defendem a intersecção dessas lutas como centrais dentro da Organização.

Trazer presente as trajetórias de vidas e de lutas das mulheres afro-indígenas Sem Terra foi um exercício de afirmação política da importância do protagonismo e da força coletiva que as mesmas assumem como elemento pedagógico de uma educação libertária, pois ao se auto-organizarem em prol de seus direitos, de uma vida sem violências e pela sua libertação, contribuem também com a libertação coletiva de todos. Essas mulheres imprimem no presente os passos firmes para a restituição de humanidades negadas aos povos que historicamente foram subalternizados e que seguem lutando incessantemente contra esse Sistema capitalista, heteropatriarcal, branco e cristão.

---

coletivo, que superam a separação entre trabalho manual e intelectual e, especialmente, superam a mesquinhez, o individualismo e os preconceitos da vida social burguesa”.

A reafirmação do feminismo negro e da interseccionalidade como aporte teórico metodológico, político e prático para se analisar a história das mulheres afro-indígenas Sem Terra é uma forma de contribuir com a descolonização de perspectivas eurocêntricas hegemônicas reprodutoras da história única, é uma forma de buscar caminhos discursivos que possibilitem o alargamento de possibilidades de entender nossa realidade tendo como *locus* analítico a Diáspora e cosmovisões indígenas e africanas. Que a bravura das mulheres afro-indígenas Sem Terra, através de suas experiências, possam nos servir como inspiração para impulsionar a orientação de nossa prática libertária na construção de uma nova sociabilidade humana.

## **7. REFERENCIAS**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação Djamilá Ribeiro).

ANMC: **Feminismo Camponês e Popular**. Cartilha 2018.

ANZALDÚA, Glória Evangelina. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo**. Revista Estudo Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>>. Acesso em: 28 Nov. 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução Julia Romeu. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação: In. Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos. /org, Márcia Soares Alvarenga [et al.] – rio de janeiro: EdUERJ, 2012.

BAHNIUK; CAMINI: Escola Itinerante In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

BEREANO, Nancy K: Introdução. In. LORDE, Audre. Irmã outsider: **ensaios e conferências**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte, 2019.

CALADO, Alder Júlio F. **Movimentos Sociais Populares rumo a uma nova Sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo**. In: Revista eletrônica. In: Gonçalves, Moisés A. e CONCEIÇÃO, Geraldo Magela (Orgs.). **Outros Olhares – Debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Leeditathi, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento**. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

CALDART: **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO** In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

\_\_\_\_\_. **Epistemicídio**. Geledes, Disponível em <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em 25 de maio de 2019 às 12:19.

CERQUEIRA, Laurez: **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na região cacauieira da Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, H.S. *A feminização da luta por escolas do campo. Uma questão de gênero e classe*. Entrelaçando, n. 10, ano V, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução livre: Plataforma Gueto, 2013. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda, 1982.

ENFF: **Projeto Político Pedagógico**. Cadernos de Estudos 06. São Paulo - 2020

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005.

\_\_\_\_\_ **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Publicado no livro *Representações Performativas Brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces*. (org) Marcos Antônio Alexandre, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007, p 16-21.

\_\_\_\_\_ **Olhos d'água**. Pallas Editora, Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_ **Becos da Memória**. Pallas Editora, 3ª ed. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_ **Dos risos, dos silêncios e das falas**. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Org.). *Mulheres no Brasil: resistências, lutas e conquistas*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009.

FERNANDES. B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. Tese de doutorado, UNESP, São Paulo 1999.

\_\_\_\_\_ **Acampamento**. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012

FREIRE, Paulo: **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRETAS, Ingrid Inácio de: **A Questão (da reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia – Dissertação de Mestrado**: UFBA, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATA Maria. **Trabalho como Princípio Educativo**. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

GODINHO, Tatau: **O feminismo e a luta dos trabalhadores**. In: REVISTA Setor Nacional de Gênero – MST, 2005.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afrolatinoamericano**. In, **Caderno de Formação Política**, editado pelo Círculo Palmarino, v, 1, 2011

\_\_\_\_\_ **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GROSFUGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Sociedade e Estado, 2016.

GUHUR, Dominique Michèle Perieto e TONÁ, Nilciney: **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

KOLLING; VARGAS; CALDART: **MST e Educação**. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Trad. Stephanie Borges. **Belo Horizonte**, 2019.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: A ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et alli. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MORISSAWA. Mitsue. **A História da luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis/ Ranulfo Peloso (org.)**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012

PINTO. Zé. **Sem medo de ser mulher**. In. **Canções que lutam**. MST, São Paulo – 2019.

PÓVOAS, R. C. **Da porteira para fora: mundo de preto em terra de branco**. Ilhéus: Editus, 2007.

RANGEL, Maria Cristina e TONELLA, Celine. In: **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 5, n. 1 , p. 77-101, 2013 ISSN 2175-862X (on-line)

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro).

\_\_\_\_\_ **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

\_\_\_\_\_ **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas. e as pessoas**. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odyseus, 2003.

TEIA DOS POVOS: **A Teia**. Disponível em: <http://teiadospovos.redelivre.org.br/a-teia/>  
Acesso em 18 set de 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez 2ª edição, 1986.

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “oito de março” como especialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, 2020.

Sites:

CONSOLE, Luciana. Trajetória do Coletivo LGBT Sem Terra. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/13> . Acesso em: 13 set. 2020.

TYGEL, Alan: O homem precisa abrir mão de seu lugar de privilégio. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/12/> . Acesso em: 13 set. 2020.

FUNAI: Índios no Brasil: quem são? Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil>. Acesso em: 13 set. 2020.

FERNANDES, B. Mançano: Via Campesina. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina>. Acesso em: 13 set. 2020.

Hooks, bell: **vivendo de amor**: tradução de Máisa Mendonça. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> Acesso em: 24/05/202

JUNIOR, Justino de Souza. Omnilateralidade. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#:~:text=O%20conceito%20de%20omnilateralidade%20%C3%A9,pelas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20burguesas%20estranhadas%2C%20enfim>. Acesso em: 17/10/2020.

## **8. ANEXOS.**

### **ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

#### **Questionário I:**

##### **1. Roteiro para identificação do perfil**

- 1- Qual seu nome?
- 2- Qual a sua idade?
- 3- Qual o seu estado civil?
- 4- Tem filhos? Se sim, quantos?
- 5- Há quantos anos mora na comunidade e faz parte do MST?
- 6- Qual sua função hoje?
- 7- Qual sua cor? (Preta/Parda/Branca/Amarela/Indígena/Afro-indígena)
- 8- Qual sua escolaridade?

#### **Questionário II:**

##### **2. Roteiro de Entrevista**

1. Como você percebe a participação das mulheres no processo de luta pela emancipação/libertação coletiva dos sujeitos no MST?
2. Como você percebe a participação da coletividade na luta pela emancipação/libertação das mulheres no MST?
3. Como você percebe a relação entre ancestralidade, agroecologia e libertação das mulheres na comunidade?
4. Enquanto mulher, qual sua contribuição nos processos de lutas, construção e conquistas do ATV?
5. Quais os principais desafios/enfrentamentos que você vivenciou pelo fato de ser mulher negra e ou afro-indígena na comunidade?

6. Quais as estratégias coletivas pensadas e desenvolvidas pela comunidade para enfrentamento e superação das violências machistas, racistas e sexistas cometidas contra as mulheres?
7. De que forma as mulheres têm acolhido e apoiado as companheiras que são vítimas de violências dentro da comunidade?
8. De que forma são tratadas e acolhidas as pessoas e ou relações afetivas da população LGBTQI+ existentes no ATV?

## **9. APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL: REVISTA GUARDIÃS.**

# Guardiãs

Dezembro de 2020 - 1ª Edição

Alianças das Mulheres: Guardiãs  
da Terra, da Esperança e do Futuro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. CAMPUS JORGE AMADO - CJA

Esta revista é um Produto Educacional parte constituinte da dissertação: O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A SITUAÇÃO DAS MULHERES AFRO-INDÍGENAS SEM TERRA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como exigência para obtenção de Título de Mestre.

Linha de pesquisa: Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais  
Orientadora:  
Profa. Dr<sup>a</sup> Célia Regina da Silva



Conteúdo: Rosimária de Jesus Ribeiro

---

Produção: Olabisi - Laboratório Criativo

Diagramação: Letícia Menezes

Ilustração: Flávia Lopes

Apoio: Comadre Dindinha



# Índice

**5** Apresentação

**7** Contextualização da Pesquisa

**12** História de Vida das Participantes

**23** Mística

**25** Feministas Negras

**30** Agradecimentos

**31** Sobre a autora

**35** Referências Bibliográficas

# APRESENTAÇÃO

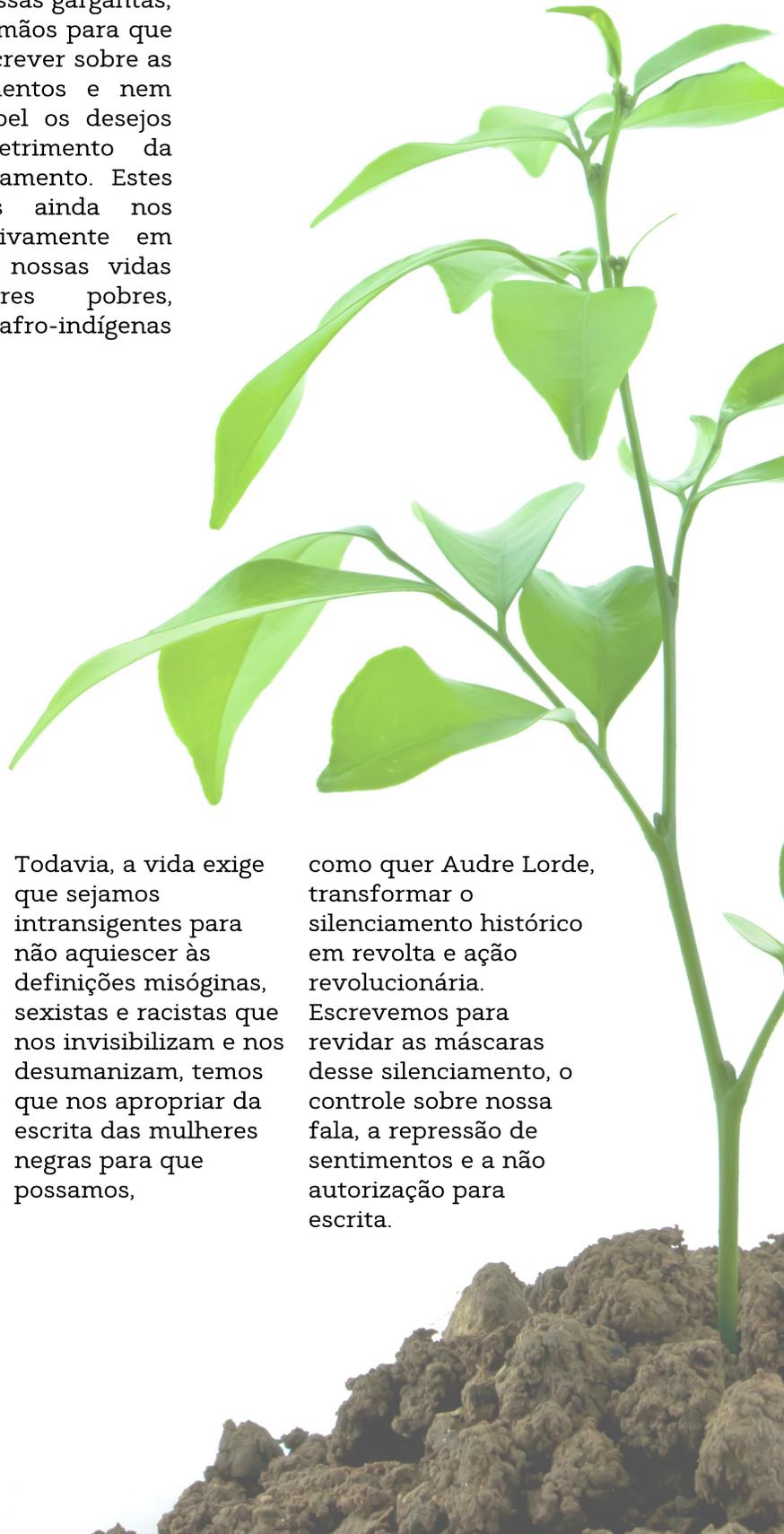
O colonialismo é um sistema de dominação que sequestrou e mutilou nossos corpos, nos tirando o direito de acessar a liberdade e nos despiu de nossa humanidade. Colonizou nossas mentes reprimindo nossos sentimentos, nos amordaçou para que o furor de nossas vozes não escancarassem as verdades atravessadas em nossas gargantas, amputaram nossas mãos para que não pudéssemos escrever sobre as dores e os sofrimentos e nem materializar no papel os desejos reprimidos em detrimento da máscara do silenciamento. Estes impactos coloniais ainda nos atravessam ostensivamente em muitas esferas de nossas vidas enquanto mulheres pobres, trabalhadoras e afro-indígenas Sem Terra.

As teorias das feministas negras apresentam várias contribuições para que possamos transpor esses impactos e nos livrar desse fardo histórico enquanto seguimos destemidas na construção de relações libertárias.

De acordo com a escritora bell hooks, escrever é um forma de nomear nossas carências, dores e amores reprimidos e assim nos curar através da nossa capacidade de amar a nos mesmas e a humanidade.

Todavia, a vida exige que sejamos intransigentes para não aquiescer às definições misóginas, sexistas e racistas que nos invisibilizam e nos desumanizam, temos que nos apropriar da escrita das mulheres negras para que possamos,

como quer Audre Lorde, transformar o silenciamento histórico em revolta e ação revolucionária. Escrevemos para revidar as máscaras desse silenciamento, o controle sobre nossa fala, a repressão de sentimentos e a não autorização para escrita.



Pode-se afirmar que quando nos desafiamos a escrever estamos contribuindo para o rompimento das imagens estereotipadas que os brancos criam sobre nós: a negra doméstica, a ama de leite, a mulata boa de cama e a índia selvagem.

Portanto, este estudo é um convite para conhecer as trajetórias de vida e de lutas das mulheres afro-indígenas Sem Terra do Assentamento Terra Vista (ATV), bem como para o desafio da construção coletiva de um mundo no qual diferença não signifique desigualdade, onde possamos existir sem as marcas da violência, silenciamento e negação.

Nossa luta é para construir novas bases sociais, a proposta do feminismo negro é pelo alargamento do conceito de humanidade, é um modo de contribuir na afirmação do povo negro, indígena e mulheres, não como objetos, mas como sujeitos políticos e libertos. Se “adiar o fim do mundo é ter capacidade de contar mais uma história”, então, não só adiaremos este fim, mas ousaremos reconstruir um mundo novo, nos curando através da luta, do amor e da escrita.



“

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. - Glória Anzaldúa (2000)

# De bela vista à Terra Vista

## O protagonismo das mulheres na luta por educação e agroecologia

**A** história de luta pela terra no Sul da Bahia remonta a própria história do início da colonização desse território pelos brancos europeus. A coroa portuguesa, com seu projeto de domínio e expansão do território brasileiro, partilhava relações de interesses políticos e econômicos com as potências hegemônicas europeias. Neste trágico cenário, a costa brasileira foi dividida em 15 faixas de terras, as chamadas Capitâneas Hereditárias, que se estendiam do litoral ao interior do país, uma dessas faixas compunha a Capitania de Ilhéus.

Esta capitania teve grande destaque nacional, pois pertencia ao sesmeiro Men de Sá, que se tornou o primeiro Governador Geral do Brasil no ano de 1548. Foi durante seu governo que se implantou o primeiro Engenho de cana-de-açúcar do Brasil, conhecido como o Engenho Sant'Ana.

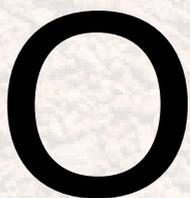
É importante trazer à luz do presente, que anterior a este processo de colonização, este território já era habitado pelos povos originários - Índios - de várias etnias e tribos como os tupiniquins, tupinambás, aimorés, Gueréns, Pataxós e Camacãs. Os senhores de Engenho tentaram de todas as formas escravizar a mão-de-obra indígena, com isto, surgiram os mais sangrentos conflitos diretos, pois os colonizadores investiram em inúmeras expedições objetivando a expropriação das terras indígenas e a escravização dos nativos para o trabalho nos canaviais (FREITAS, 2009).

"A lógica capitalista de produção determinou a expropriação fundiária e exploração da força de trabalho dos indígenas e também dos negros africanos (trazidos principalmente de Guiné), evidenciando-se assim tensões e conflitos territoriais no insipiente núcleo de povoamento que se configurava" (FREITAS, 2009, p.105).

Com o advento da crise da lavoura cacaueira que se instaurou a partir de 1987 e se generalizou em 1989, estima-se que 250 mil trabalhadores foram desempregados e migraram para as cidades da micro-região Itabuna/Ilhéus consolidando um cenário de desigualdades sociais nas periferias.

Com a intensificação da crise e a baixa do preço e da produção do cacau no Sul da Bahia, houve um processo de desvalorização da terra e muitas fazendas foram abandonadas pelas oligarquias rurais. Esta conjuntura apresentou as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram a retomada da luta pela terra, e desta vez foi realizada de forma mais organizada e consolidada política e territorialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que herdou o espírito e concretude das experiências históricas de lutas pela terra que o antecedeu.

É neste contexto adubado a sangue, lágrimas e suor de índios, negros, posseiros, pequenos produtores e todos os povos organizados em suas lutas e resistências que surge a primeira conquista do MST neste território: o Assentamento Terra Vista.



O Assentamento Terra Vista - ATV, Arataca-BA, em sua trajetória de quase 30 anos de lutas, resistências e conquistas, tem em sua centralidade organizativa, a defesa da

educação do campo, da agroecologia e a influente participação das mulheres neste sonho vem sendo construído por várias mãos, de cores diversas e de povos diferentes.

O dia Internacional da Mulher é celebrado oficialmente desde o ano de 1922 no dia 08 de março, e como forma de homenagem, as mulheres do MST a partir dessa referência histórica, decidiram realizar a ocupação da Fazenda Bela Vista - em 08 de março de 1992 com a participação de em média 360 famílias foi construído um grande e organizado Acampamento que logo recebeu o nome de Terra Vista.

O território do ATV tem área total de 903 hectares e na ocasião da ocupação a fazenda estava abandonada devido à expansão da "vassoura de bruxa" (fungo que se desenvolve no cacau), causando assim uma forte queda na produtividade e no preço do cacau. Na época, só haviam dois rapazes solteiros que trabalhavam na fazenda, pois os fazendeiros moravam no Rio de Janeiro e a chegada do MST ressignificou este lugar, que passaria por um longo processo de luta onde as famílias sofreriam 05 reintegrações de posse. Fortificado pela resistência dessas famílias,

regado pela esperança de ter um "pedaço de terra" para poder viver e trabalhar de forma digna e autônoma e almejando conseguir romper com a relação semi-escrava em que eram tratados nas grandes fazendas sobre a égide dos coronéis, este sonho pôde então se tornar realidade.

Neste interim, em julho de 1994 foi decretada a emissão de posse da área, oficializando o direito de posse e uso da terra por parte das famílias. De acordo com o indicador de produtividade da terra no sul da Bahia, estimou-se uma média de 04 a 06 hectares como sendo suficiente para sustentar uma família, sendo assim, apenas 55 famílias puderam ser contempladas, o que atualmente soma em torno de mil pessoas. Com base num projeto sustentável, 313 hectares foram destinados para reserva de Mata Atlântica que hoje possui 300 hectares de cacau, existe também uma extensão de terra destinada para criação de animais de grande porte.

As famílias optaram por uma estrutura de convivência baseada na organização de agrovilas, que foram construídas margeadas pelo Rio Aliança, este rio é muito significativo para o desenvolvimento das cidades e comunidades camponesas que se desenvolveram a partir de suas margens, que vão deste o município de Arataca até desaguar no mar no município de Una-Ba. Para a comunidade do ATV, este rio assim como a terra e a floresta é carregado de grande simbologia de vida e beleza pela relação que esse povo estabelece com a preservação da água, recuperação da mata ciliar e também porque através deste cenário natural o rio embeleza mais ainda esta comunidade.

Atualmente o ATV segue um percurso de territorialização e transição agroecológica que já inaugura seus 20 anos e ainda encontra-se em constante construção coletiva, pois para que essa e outras comunidades sejam agroecológicas de fato necessitam ter coerência com todos os pressupostos que fundamentam a agroecologia e o MST que é um Movimento Social que visa à transformação da sociedade.

Neste sentido, é importante afirmar que existe uma grande responsabilidade para uma Organização ao propor tal transição, isto é, optar pela agroecologia enquanto uma nova matriz produtiva não significa dizer que o que deve ser mudado seja apenas a relação do homem com a natureza, mas, sobretudo, é preciso haver uma transformação radical nas relações humanas, pois defender a agroecologia e ser agroecológico não basta apenas produzir de forma orgânica e buscar formas de comunhão saudável com a terra e meio ambiente, é mais que imprescindível que não haja nenhuma forma de exploração das pessoas e que não exista nenhuma forma de violência contra mulheres, crianças etc. Todavia, torna-se necessário a reafirmação da linha de raciocínio que estamos buscando construir até aqui: que existe uma relação ancestral entre a luta das mulheres por emancipação humana através da educação e da agroecologia como uma nova possibilidade de devir histórico.

Diante disto, o ATV é conhecido e reconhecido como referência estadual e nacional na produção agroecológica, preservação ambiental e produção de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. A grande inovação histórica para comunidade é o cultivo de cacau orgânico e a instalação de uma fábrica de chocolate fino, 100% orgânico e feito de forma artesanal - o Chocolate Terra Vista, que já foi premiado no salão do chocolate em Paris, e o mais importante é que todo processo de produção do mesmo é coordenado por um grupo de jovens bem influentes, especializados nas técnicas mais artesanais e sustentáveis na fabricação dessa iguaria que não precisou ser feita na suíça para conquistar o paladar de quem entende e consome um chocolate de excelência.

Na compreensão de que ninguém pode viver do fruto do trabalho alheio é que o ATV vem desenvolvendo práticas educativas também no âmbito do princípio educativo do trabalho, e mesmo considerando todas as contradições existentes, fazemos presente o trabalho coletivo permanente realizado no Assentamento através de mutirões que são planejados com o objetivo de manutenção dos espaços coletivos e embelezamento da área, neste processo tem tarefa para todos os moradores, desde crianças, mulheres, jovens, homens e idosos, todos, de acordo com as necessidades e possibilidades, dão sua valorosa contribuição. As tarefas variam desde a coleta de resíduos plásticos, papéis roçagem, capinagem, poda de árvores, pintura e lavagem das escolas, alojamentos, montagem de estruturas para eventos, colheitas, plantios e tudo mais que for demandado de acordo com a realidade de cada momento.



Fonte da imagem: Freepik

Neste refazer de alianças, o ATV assume grande relevância na articulação com o objetivo de unificar os povos que vivem da terra - indígenas, quilombolas, sem terra, ribeirinhos e vários outros segmentos - em torno da agroecologia. Desta importante aliança para a vida nasce a Jornada de Agroecologia da Bahia e foi o ATV que sediou este primeiro grande evento aqui no Estado, que aconteceu em 2012. A I jornada de Agroecologia da Bahia simbolizou o embrião de muitos diálogos e solidariedade entre diferentes povos e comunidades, uma semente batizada ao som de tambores, adjás, torés e maracás sob a coordenação da Teia dos Povos.

A centralidade da luta por educação e por escola do campo no ATV já se configura como um sinal convincente, ainda que molecular, de contribuição ao processo de humanização dos sujeitos individuais e coletivos que compõem os movimentos sociais defensores e praticantes da Educação Popular e da Educação do campo, que visam construir uma saída alternativa à sociabilidade dominante.

Segundo CALDART (2012), a Educação do Campo é um conceito em construção pelos sujeitos camponeses e também um conceito em disputa de concepções de mundo, isto é:

“

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

O Assentamento não seria tão bem conhecido e referenciado, se além da terra, não tivesse estabelecido a educação como centralidade de suas lutas, neste sentido, as assentadas e assentados lutaram pela construção de duas escolas, que foram resultado de grandes marchas, mobilizações e ocupações de prédios públicos e como resultado tivemos a conquista da primeira escola, o Centro Integrado Florestan Fernandes - CIFF, que dispõe de modalidades educacionais desde o Ensino Fundamental a cursos de graduação e pós-graduação em parcerias com Universidades. Por meio destas parcerias, através do CIFF, foi constituída em 2010 a primeira turma de Técnicos em Agropecuária, formando 35 técnicos atuantes em todas as regiões do Estado, este curso aconteceu com a parceria entre o MST, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

É ancorado nessa perspectiva de conceber o MST como um sujeito coletivo educador e humanizador que através de seus processos de lutas e organicidade educa e humaniza as pessoas que dele fazem parte, que o Assentamento tirou como linha de ação estratégica avançar na luta não apenas para a construção de estruturas físicas de escola, mas construir um projeto de educação, para tanto, avançou nas parcerias onde junto com a UNEB sediou um curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma com ênfase em agroecologia, formando assim uma turma de 60 agrônomos dos movimentos sociais do campo no ano de 2013. Diante dessas experiências exitosas, foi possível evoluir nas parcerias e como resultado também via UESC, em 2014 formou-se a primeira turma de Especialização em Agroecologia.

Temos como exemplo concreto de construção de conquistas nas políticas por educação o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos - CEEPFCCMS, que oferta os cursos de Segurança do Trabalho, Alimentos, Informática, Meio Ambiente, Agroindústria, Zootecnia e Agroecologia. Este Centro funciona através de uma parceria consorciada com oito municípios

do sul da Bahia e atende em média 800 educandos oriundos de comunidades indígenas, quilombolas, assentados e também estudantes urbanos.

O MST é uma organização socialista que luta por terra, reforma agrária e por transformação da sociedade capitalista cindida em classes. Em suas ações diretas, documentos oficiais e narrativas dos discursos, o MST se posiciona contrário às relações de dominação, opressão e discriminação ocasionadas e sustentadas pelo capital.

Contudo, parafraseando DAVIS (1983), em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal não basta só ser contra o capitalismo, racismo e patriarcado, é imprescindível que nossas lutas sejam anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais. Neste sentido, firmamos que a luta das mulheres do ATV por educação, defesa e prática da agroecologia é também um processo educativo que humaniza as pessoas e contribui na construção da transformação social.

É na compreensão da história como possibilidade e não como determinação e também por acreditar que o mundo está em constante processo de transformação, que as mulheres se educam e se humanizam na medida em que lutam por educação e incidem na sociedade a partir de um lugar onde os marcadores das diferenças e opressões as atravessam de forma mais intensa dentro da própria classe oprimida, lutam para romper com as desigualdades, violências e discriminações rumo à construção coletiva de novas alternativas de sociabilidades educativamente libertárias.



# Aliança das Mulheres

## Guardiãs da Terra, da Esperança e do Futuro.

Início este texto apresentando as mulheres protagonistas deste debate e do contexto de luta, resistência e participação na construção do Assentamento Terra Vista (ATV), trazendo na fala delas a forma como se veem e se percebem enquanto mulheres afro-indígenas Sem Terra pertencentes a uma comunidade de projetos emancipatórios em construção que se desafia a lutar incessantemente contra todas as formas de opressões, dominações e explorações capitalistas, racistas e patriarcais, mesmo tendo elas a consciência de que estas formas de violência são reproduzidas dentro da comunidade, levando em consideração o fato de que todos somos socializados por um sistema capitalista, heteronormativo, cristão e branco.

O desafio que se coloca é a necessidade de se compreender que as Organizações Camponesas Socialistas não vivem em uma bolha separada da realidade social e, portanto, vivenciam e reproduzem as relações capitalistas, patriarcais e racistas, o que vem permitindo que mulheres e homens lutem de forma conjunta contra um inimigo comum - o capital, mas ainda assim, como bem aprendemos com Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, as mulheres experienciam os enfrentamentos interseccionais ao questionarem e combaterem as violências

patriarcais intraclasses praticadas por seus pares de lutas nas organizações e em casa por seus companheiros afetivos. Neste sentido, estas mulheres estão em luta e reivindicam uma nova sociabilidade que só será possível através da necessidade de reconhecimento histórico das lutas autônomas das mulheres e participação igualitária dos homens. Só construiremos o socialismo se todas as pautas, ações de lutas e enfrentamentos diretos das Organizações estiverem como esteio das linhas políticas, não apenas a bandeira anticapitalista, mas, sobretudo, antipatriarcal e antirracista.

Falar e escrever sobre essas mulheres aflora em mim um comprometimento muito intenso, pois também sou uma delas, somos companheiras de vida, de luta, de sonhos e esperanças num futuro transformador.

Escolhi começar a apresentação das mulheres movida pelo que compreendo por ancestralidade, dando a devida atenção ao que as nossas mais velhas, mesmo de alma jovens, têm a nos ensinar



Imagem de acervo pessoal



# Eva Bomfim

## A VOZ DA Matriarca

Vamos ao que interessa, conhecer nossa mais velha protagonista: Eva Bomfim. além de ter uma história de vida e de guerra fantástica, é minha irmã de alma e espírito, o universo nos agraciou com uma amizade amorosa, temos uma ligação tão forte que a minha filha ao começar falar, me chamava de mamãe, chamava a avó de mãe e Eva de “mainha”. uando eu demorava a chegar das correrias dos trabalhos em várias escolas era nos peitos de Eva que Eloá encontrava alento e amor,

Q impossível seria escrever estas linhas sem o alimento das lágrimas que escorrem de meus olhos. Assim ela se define:

“Sou Eva de Moraes Bomfim Neta, 50 anos, estou desempregada atualmente, sou preta, formada em agronomia e especialização em Agroecologia. Tenho uma filha de sangue das entranhas que se chama Lara e de alma não tenho como contar, pois o universo me presenteou com várias figuras que me completam e me fazem muito feliz e irritada também (risos). Eu sou uma mulher que sempre busquei a minha liberdade, independência, felicidade e para que isso fosse real é necessário que as pessoas que vivem ao meu redor ou não, possam ser felizes também. Minha caminhada no MST já tem 20 anos e 10 anos atuando no ATV como professora e fui também coordenadora do Curso de Agronomia. MST após formatura foi o que de melhor visualizei como instrumento na perspectiva de inclusão social, luta por soberania e resgate da ancestralidade. Eu sou uma guerreira e incansável utópica”.

Eva é uma das poucas mulheres que conheço que carrega um grande potencial de tocar o coração das pessoas, uma empatia pela alma humana, no Assentamento dialoga e aglutina, desde crianças a idosos. A casa dos professores coordenada por Eva recebeu o nome carinhoso de “Centro Cultural”, um espaço construído espontânea e coletivamente para socializações sagradas e profanas.

Quando me lembro das vivências neste lugar, penso numa “casa de cura”, pois aqui muita gente se reconheceu negra/o, gay, lésbica, bissexual, muita gente estudou para passar em cursos universitários de vários níveis, concursos etc.

É importante ressaltar que estes processos nem sempre foram só de amores, as relações sempre foram familiares e Eva assumiu o papel de matriarca, onde todes e todas as chamavam de “mamis”, muitos foram os conflitos, as desconstruções para reconstruir novas pessoas felizes em suas diversidades e inconclusões. São tantas estórias e histórias que não cabem nas páginas desta revista, é tema pra um best seller, espero ter capacidade e tempo para escrevê-lo, muito em breve.



Imagem de acervo pessoal



# Liana Garcez

## PEDAGOGIA EM MOVIMENTO

De educadora para educadora, vamos chamar para a ciranda Liana Garcez, mulher de fibra e dona de uma delicadeza invejável, traz em sua história marcas de violências, mas o que a mantém firme é sempre o apoio e solidariedade que recebe de outras companheiras de perto e de longe.

Mãe solo de duas meninas, é essa mulher que vem desafiando o lugar da subalternidade que o patriarcado destina para as mulheres pobres, encontrou na luta e na educação este fio de esperança, como podemos constatar em sua fala:

“Meu nome é Luciene Lopes Garcez, tenho 38 anos, sou educadora do ATV, sou pedagoga. Me identifico por Liana, que é meu apelido (...) Tenho treze anos no MST... e eu me encontrei no MST... eu vivi a minha vida toda na cidade, de uma família religiosa, né... eu fui criada no evangelho, mas quando eu tava com meus vinte e seis anos eu fui pra morar no MST... que minha mãe já morava, e eu fui pra morar no MST (...) e eu gostei muito da luta, me identifiquei bastante e estou até hoje. Contribuo no processo de luta participando da coletividade, contribuindo com mutirões, participando das atividades do MST, encontros, roda de conversa, entre outros. Dou minha contribuição na educação do ATV, fazendo parte da coordenação do setor da educação, fazendo parte das formações da educação do campo e trabalhando em salas de aula”.



Imagem de acervo pessoal



Imagem de acervo pessoal



Nai não é aqui uma mais velha na idade, mas é a mais experiente na luta pela terra, pois está nesta trincheira desde seus 10 anos de idade, bom mesmo é ouvir sua voz:

“Meu nome é Naiane da Silva Santos, eu tenho trinta e sete anos, solteira, tenho uma filha. Moro aqui no Assentamento Terra Vista há vinte e sete anos. Hoje eu trabalho no Colégio Estadual Milton Santos, na função da secretária. Minha cor, me considero como negra, sou negra. E a minha escolaridade, concluí o ensino médio técnica em agroecologia. Então, eu trazendo pra minha vida pessoal, meu processo de contribuição foi muito importante no Movimento e nesse Assentamento. Foi onde eu praticamente nasci e cresci... nos processos de luta, participando da construção do Assentamento, participando das formações, das atividades, das reuniões, das assembleias, das formações políticas... e participando até mesmo da própria construção, né... do plantar da árvore, a pôr a mão na massa. Então, eu me enquadro dentro desse coletivo enquanto mulher e fico feliz por eu ter contribuído no processo de luta desse assentamento.”

# NAIANE SANTOS

## A FORÇA QUE VEM DO GÊNÊRO

Para pegar nas mãos de Eva e Liana, convido Naiane Santos, uma grande mulher, nos conhecemos meninas e crescemos tomando banho nas águas do Rio Aliança e participando das lutas do MST, carregamos histórico de vida bem semelhantes, marcado pela escassez de acesso a direitos básicos que nos determinam enquanto gente.

A trajetória de Nai é muito inspiradora para nós mulheres, ela já fez parte da Direção Estadual do MST-Bahia em diversos setores e já contribuiu em diversas regiões do Estado, percebemos isto também na determinação e pertença da luta de sua filha Tainá (que também compõe a roda dessa ciranda) que já cresceu com um vigor de liderança feminista. Histórias como esta nos enche de esperança, pois mesmo diante de tantas adversidades que permeiam a vida das mulheres afro-indígenas Sem Terra, encontramos na luta e na educação um novo jeito de educar e criar nossas filhas, garantindo que as que virão já tenham um caminho menos sôfrego e relações sociais mais humanas e saudáveis.





Imagem de acervo pessoal

# ADAILDA ASSUNÇÃO

## “AS VÁRIAS FACES DE UMA MESMA MULHER”,

Seguindo juntas e de mãos dadas, Adailda Assunção, é chamada a engrossar a fileira, educadora e com sua alegria e altivez carrega traços afro-indígenas bem fortes, apresenta uma relação linda com a maternidade e vive com os filhos e sobrinhos todos ao redor de “sua saia”, cuidando e defendendo com toda garra.

Trago na memória uma das lembranças mais bonitas (de quando eu era professora no Centro Integrado Florestan Fernandes), todos os dias, na hora do intervalo, Dai estava lá para acompanhar o comportamento das “crias”, dialogar com as professoras e Gestão sobre o andamento da aprendizagem infantil e agora é contigo guerreira:

“Meu nome é Adailda de Jesus Assunção, Dai para os mais íntimos, tenho 32 anos, sou mãe de 3 meninas e 1 menino, a minha relação com a terra vem de uma herança hereditária, pois venho de uma linhagem de pequenos agricultores e me sinto privilegiada por morar em um Assentamento do MST, por poder criar meus filhos em um ambiente saudável e tranquilo em relação às grandes cidades. Meus sonhos são terminar a graduação, educar e ser educada por minha família (minhas crianças) acho que é isso. Que sejamos sempre felizes. (...) Eu moro aqui no Assentamento Terra Vista há mais ou menos doze anos. E um pouco antes já acreditava na luta do MST, já fazia parte do MST. A minha função hoje... eu tenho várias funções, né... além de ser mulher, mãe, agricultora, eu sou estudante universitária da Universidade Federal do Sul da Bahia, estou no curso de Ciências da Natureza. A minha cor é parda, né... a cor da pele é parda, porém, minha ancestralidade vem... é oriunda dos escravos, dos negros escravos, dos indígenas... é isso”.



Imagem de acervo pessoal

# ANIELLY SILVEIRA

## ALQUIMISTA DA TERRA DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Chamamos para dançar nessa ciranda outra mulher incrivelmente inspiradora, a agroecóloga Anielly Silveira. Mãe de Igbóorun e Iyala, moradora mais recente no ATV, mas que já chegou movida pelo amor à luta, a terra e à agroecologia. Any compõe um grupo de mulheres na comunidade, é coordenadora do setor de gênero e tem um vasta experiência com fitoterapia e biocosméticos, o que lhe possibilita além de militância uma independência financeira adquirida com a manipulação de plantas e ervas pensando sempre na saúde e bem viver dos seus, suas e do próximo. Any tem uma militância consistente junto a Organizações que trabalham com agroecologia, ouçamos sua voz:

“Eu sou Anielly da Silva Silveira, mais conhecida como Any (...) eu tenho trinta anos. Tenho um companheiro, tenho dois filhos, um menino e uma menina (...) eu moro no Assentamento há cinco anos, (...) eu cheguei em julho de 2015 pra morar, né... eu já vinha aqui no Assentamento em alguns eventos e nunca nem passou pela minha mente de um dia morar aqui, e foi num desses passeios que eu vim pra cá no São João e fiquei quinze dias (...) e recebi um convite de brincadeira, né... que até então eu fazia brincadeira com esse convite de vir morar aqui, que eu não viria morar aqui de jeito nenhum [risos]... e de repente, do nada, eu acabei mudando os meus planos, né... de vida... e acabei ficando mesmo por aqui (...) Atualmente, aqui no Assentamento, eu sou coordenadora de gênero... e a minha cor, no papel, no cadastro, né... eu sou parda... mas, como parda não é uma cor, né... e quando a gente fala que é pardo não carrega nossa história, né... isso eu aprendi ao longo dos anos, nessa procura, nessa busca pela identidade. Então, eu me considero uma mulher afro-indígena com as raízes mais indígenas... meus parentes mais próximos têm uma relação indígena de fato, né... minhas bisavós, avós, tem essa carga genética mais forte, mas, eu me identifico com a cultura afro... como negra também... eu me identifico como negra, então afro-indígena é uma bela definição (...) pra mim. Minha escolaridade... eu sou graduada em Tecnologia e Agroecologia pela UFRP”. É isto tudo, um pouco de Any, uma mulher que é movida por sonhos gigantescos e com isto arrasta outras mulheres nesse tão urgente projeto de emancipação.



Imagem de acervo pessoal

# DEISIANE ALMEIDA

## DA ARTE DE SER BRUXA MULHER LIBERTÁRIA”

Nossa próxima brincante nesta ciranda que se alarga e cresce como águas que se juntam é Deisiane Almeida, que dispensa apresentação, deixo que ela se apresente e fale de si através de sua poesia:

“O meu nome é Deisiane Ferreira Almeida, tenho trinta e um anos, solteira, tenho um filho, moro no ATV há dez anos e faço parte da Coordenação Geral, né... e no subnúcleo eu tô na Coordenação de Gênero. Eu me considero uma mulher preta e indígena... parte preta e parte indígena. Minha escolaridade é ensino superior incompleto. Bom, eu, enquanto mulher, acho que uma das principais colaboração nesses dez anos foi justamente nessa parte da organicidade, né... que eu sempre gostei de contribuir muito nessa parte das assembleias... nessa parte mais burocrática, né... que precisa ter alguém de fato... mas também nos espaços de formação, né... tanto formação como também nos espaços de organização das atividades coletivas, né... eu sempre tive muito nessa função durante todos esses anos. Esse ano... desde o ano passado né... a gente formou setores e dessa vez eu vou sair... já tive no setor cultural, de comunicação e dessa vez eu tô no setor... tô como coordenadora de área e vou tá como coordenadora de gênero né... que é um grande desafio. Então, durante esse tempo eu tenho contribuído muito com essa parte da agroecologia, né... nas atividades... algumas atividades mais práticas, da questão do turismo de base comunitária e também da questão de projetos, né... durante um bom tempo, já há alguns anos, eu tenho contribuído muito nessa parte”



Imagem de acervo pessoal



apoio e acolhimento encontrado no Centro Cultural de “mamis” Eva - que contribuíram para que ela pudesse se assumir enquanto LGBT, para que pudesse fazer também a transição capilar ao não mais alisar o cabelo e se reconhecer negra, mesmo não tendo a pele retinta.

Meu nome é Andreia, mais conhecida como Raíssa, eu tenho vinte anos, sou solteira e não tenho filhos. Moro no ATV há sete anos, mas no MST eu faço parte desde os meus sete anos de idade. Me autodeclaro preta, tenho o terceiro ano completo e um curso técnico em Agroecologia

Raissa, sua história é uma inspiração para mim que fui sua professora, por ser sua amiga e para tantas outras que compõem essa ciranda de roda e da vida, seguiremos de mãos, dedos entrelaçados e punhos erguidos.

# RAISSA GARCEZ

“EU TENHO MEDO E JÁ ACONTECEU,  
EU TENHO MEDO E AINDA ESTÁ POR  
VIR...”

Se nunca é tarde para ser feliz, vamos então bater um papo com uma figura, mulher lésbica assumida ou “sapatão” como ela gosta de ser chamada. Falar de Raissa Garcez é falar de descobertas, conflitos, superação e inconclusões, foram os longos debates em minhas aulas e nas de Eva - com todo sacolejo,



Imagem de acervo pessoal

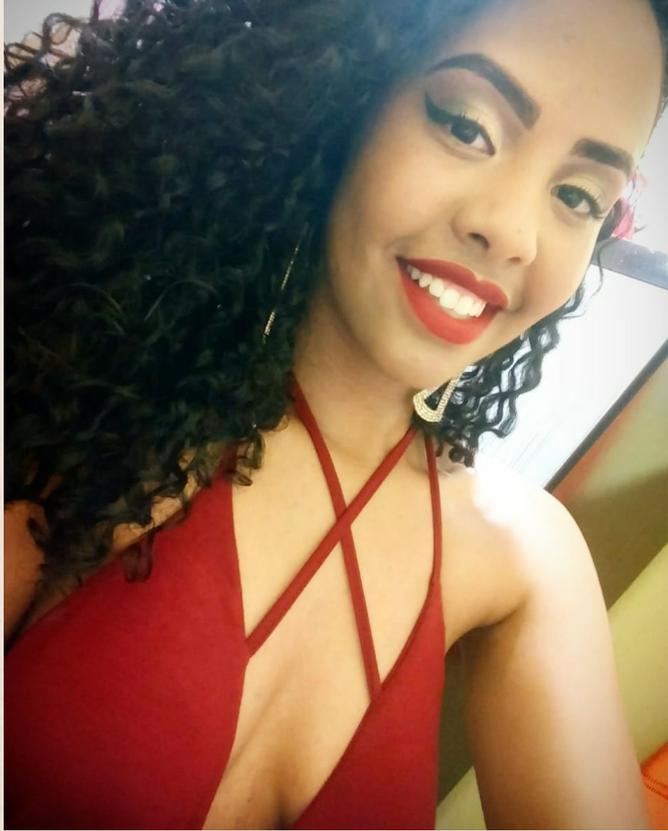


Imagem de acervo pessoal



# AMANDA LIMA

“SOU BANDIDA SOU  
SOLTA NA VIDA”,

Falaremos de outra mulher jovem maravilhosa, Amanda Lima, menina que vi nascer e muito me orgulha ter acompanhado seus primeiros passos e ter sido sua professora. Nos debates em sala de aula ela sempre questionava o lugar de inferioridade onde as mulheres são colocadas historicamente e propunha soluções sobre como poderíamos desconstruir vários destes estereótipos. Hoje se tornou esse “mulherão” empoderada feminista e sonhadora, como é possível perceber em seu depoimento:



Imagem de acervo pessoal

“Eu sou Amanda, sou filha e neta de assentado, faço parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, né... que é o MST. Tenho dezoito anos, sou solteira e não tenho filhos. Eh... moro no Assentamento Terra Vista, nasci e fui criada aqui... aqui é onde está minhas raízes... onde dei meus primeiros passos, onde aprendi a ler e escrever e realizei o tão sonhado diploma... sou técnica em Agroecologia. Aqui eu me descobri enquanto mulher negra, feminista e camponesa. Sou grata por tudo o que esse lugar e as pessoas me proporcionaram. E eu tô sempre caminhando, fazendo o possível para contribuir de alguma forma positiva no Assentamento, contribuir com essa construção... estou sempre participando das atividades né, contribuindo na formação da juventude, (...) das mulheres, (...) E essa é minha forma de ser grata por tudo o que o ATV me proporcionou, entendeu?”.

Entendo sim Amanda, e espero continuar sonhando e lutando junto a ti e a tantas outras na construção de uma nova sociedade, onde nós mulheres poderemos andar e ser nós mesmas rompendo os efeitos paralisantes do medo que nos sufocam e nos matam um pouco a cada dia, pois como diz Nina Simone: “Liberdade é não ter medo!”.



Imagem de acervo pessoal

“Meu nome é Tainá da Silva Santos, tenho dezessete anos...eu, atualmente tô solteira, não tenho filhos... eu moro aqui no Assentamento Terra Vista há dezessete anos, nasci aqui no Assentamento praticamente... minha função hoje... eu sou apenas estudante, né... aqui no Assentamento... contribuo em algumas coisas, né... no coletivo, em algumas coisas com as reuniões, em algumas coisas com as mulheres... eu sou preta, me considero preta... tenho traços indígenas, mas, ainda não procurei saber se sou realmente... minha escolaridade é ensino médio, ensino médio profissional... estou cursando o curso de agroindústria aqui no Milton Santos. Eu mesma sou muito grata às mulheres antepassadas que lutou por mim, né... por eu ter esse espaço hoje, (...) mas minha contribuição é quebrar o tabu, né... nas assembleias, dialogar com as mulheres junto de várias outras aqui, né... que é bem mais experiente que eu, junto com elas, né... conhecer mais ainda uma a outra... e eu ainda quero participar de muita conquista aqui no ATV junto com a mulherada”.

# TAINÁ SANTOS

## “O SONHO E A ESPERANÇA DO FUTURO”

Esta é a nossa cirandeira mais nova, Tainá Santos, que carrega grande responsabilidade histórica de dar continuidade à luta de sua avó, pegar a energia das mãos de sua mãe Nayane, segurar nas mãos da sua professora e companheira de luta Eva para fechar a roda dessa ciranda e poder dançar, batendo o pé no chão e fortalecendo os sonhos de liberdade legado de nossas ancestrais e emanando força e determinação para as que virão compor essa roda mística e dar continuidade à luta histórica de libertação das mulheres e da humanidade. Chegamos até aqui juntas e seguiremos assim Tainá:



Imagem de acervo pessoal



É nas águas do Rio Aliança que estas mulheres se encontram e dançam nesta ciranda de mãos dadas, são elas as Guardiãs da Terra, da Esperança e do Futuro.



# Carta às Mulheres

**Q**ueridas mulheres companheiras de lutas e sonhos (Eva, Liana, Nai, Dai, Deisy, Any, Raissa, Amanda e Tainá), escrevo desde o alto sertão da Paraíba, por aqui não chove desde julho, corpo banhado de suor, notebook sobre as pernas, pensando em cada uma de vocês e com saudade do ATU, este lugar místico cercado pelas árvores e banhado por águas, vontade de andar descalça, sentir o cheiro de mato e de terra, banhar na cachoeira, saudade do café, vinho, chás e cerveja que socializei com cada uma de vocês enquanto ríamos de nossas mazelas e falávamos das lutas vencidas.



Imagem de acervo pessoal

Não me sinto muito bem no momento em que vos escrevo, não tem sido fácil para ninguém atravessar esse contexto pandêmico da COVID-19, ainda mais quando temos que finalizar uma dissertação, mas não quero falar só de dores nessas linhas, meu objetivo é falar sobre sonhos conquistas e alegrias.

Escrevo para lembrá-las que nossas lutas, (re)existências e “nossos passos vêm de longe”, essa terra batizada de Território Litoral Sul é terra banhada de sangue, suor e lágrimas dos povos indígenas que estão aqui desde sempre e dos povos africanos que sendo sequestrados na África aqui chegaram para serem escravizados. Nesses 520 anos, índios e negros foram destituídos de sua humanidade pelos colonizadores. A luta à qual estamos dando continuidade hoje carrega todo esse Axé – do sangue, suor e lágrimas – desses povos aguerridos que se pintam pra dança e pra guerra.

Existem dois provérbios que se complementam, sendo um africano e outro indígena, o primeiro diz assim: “Eu sou porque nós somos”, e o segundo: “Eu posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou”. Irmãs, percebam a profundidade incutida nessas palavras, é no vigor desta profundidade que me refiro a cada uma de vocês, somos diferentes, mas carregamos a mesma ancestralidade e só seremos livres se a humanidade toda for liberta.

Quero que saibam que suas trajetórias de vidas me motivam a seguir nas trincheiras combatendo todas as formas de violências desde a bravura de romper os limites que aprisionam a terra, pela ousadia de romper estas cercas que privatizam o conhecimento nos grandes muros das Universidades até a rebeldia de combater diariamente as violências diretas e sutis que nos matam todos os dias pelo simples fato de sermos mulheres. Inclusive, enquanto as escrevo recebo a triste notícia de que exatamente hoje completam 1000 dias da morte de Mariele Franco, foi morta porque para este sistema patriarcal, capitalista, branco e cristão existe um lugar de subalternidade para nós mulheres em geral e para as afro-indígenas e Sem Terra em particular. Quando transgredimos para além das casas e cozinhas, do fogão, do rodo e da vassoura e ocupamos os espaços de poder (que historicamente são ocupados pelos homens da classe dominante branca), nos tornamos uma ameaça, pois os inimigos têm consciência do poder que carregamos, sabem que somos porta voz de milhões e que portamos representatividades das ditas "minorias". Digo a vocês que, no dia em que as minorias tomarem consciência de que somos minorias apenas no acesso aos direitos e às riquezas (construídas pelo nosso trabalho), mas que juntos, com nossas bandeiras de lutas diferentes, formamos a maioria que construiu e constrói esta nação, aí sim, poderemos dar início à ciranda que ao dançarmos "mão com a mão, batendo o pé no chão" rimaremos também com re-vo-lu-ção!

Em nome da forte ancestralidade que carregamos, convoco todas vocês para jamais desistirem de estudar, sonhar e lutar, porque parafraseando Walter Benjamin, nem nossos mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E este inimigo não tem cessado de vencer.

Mas considerando que nossa história vai além das tragédias, descendemos de povos que nunca se conformaram com a escravidão e sempre movidos pelo amor à liberdade se rebelaram contra o sistema colonial e traçaram rotas de fugas que os levaram para os quilombos.

É certo que carregamos traumas e cicatrizes da colonização, mas eles não destruíram a nossa ligação sagrada com natureza, nossa força ancestral da religiosidade, nossa capacidade de dançar e cantar para afugentar o banzo. Chegamos até aqui porque nossos antecessores juntaram arcos, flechas, maracás e tambores e, no gingado da capoeira e com os encantados das rodas de toré, se aliaram no combate ao inimigo comum.

Chegamos até aqui pela capacidade que pretos e índios tiveram para aquilombar-se e aldear-se construindo em suas aldeias e quilombos sociabilidades movidas pelo amor e a liberdade.

Nos mulheres afro-indígenas Sem Terra trazemos grande responsabilidade na construção de uma nova sociedade, precisamos mudar a forma de educar nossos filhos, nos desafiando sempre na construção de relações libertárias com nossos parceiros afetivos. Precisamos fortalecer a solidariedade e o acolhimento umas com as outras, nos fortalecendo para que a coletividade entenda que não haverá emancipação humana enquanto as mulheres permanecerem sendo subalternizadas e violentadas. Seguiremos de mãos dadas tornando essa ciranda mais colorida, alegre e dançante porque "sonho que se sonha junto é realidade".

Saudações feministas,

**Rosimária Ribeiro**

09 de dezembro – verão conturbado de 2020.

# Feministas Negras

do não lugar ao lugar de fala

Historicamente, as mulheres negras aparecem na literatura brasileira através do prisma masculino, racista e sexista, sendo retratadas de forma estereotipada, estigmatizada e preconceituosa, de um lado como escravas passivas e de outro como “mulata exportação”, hiperssexualizando as mulheres negras..

As mulheres negras reivindicam um lugar de fala e de escrita numa outra perspectiva, onde nós podemos estabelecer outro modo de falar e escrever nossas histórias através de nossas “escrevivências”, sendo protagonistas das nossas narrativas e discursos. Este texto é um convite para que as leitoras possam vir a conhecer e ler sobre 10 feministas negras renomadas mundialmente com história de vida e obras muito relevantes para o avanço dos direitos humanos e do feminismo negro



Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus (1914-1977): Começo falando sobre esta mulher porque toda vez que me sinto incapaz de escrever e produzir conhecimento me referencio nela. Tenho Carolina como mãe, mulher, escritora, compositora e poetisa,

uma mulher que teve uma maternidade solo exercida na miséria, que não tinha comida para alimentar os três filhos, mas nunca os privou do amor e afeto de mãe. Carolina é uma das escritoras negras mais importantes do século XX, foi a primeira escritora brasileira a escrever a partir da perspectiva de sua experiência pessoal - seu cotidiano de mulher preta na

Favela do Canindé-SP - para fundamentar seu livro Quarto de Despejo (1960) que está completando 60 anos, com uma abordagem atemporal importante diante da conjuntura de miserabilidade extrema que o país atravessa.

Em novembro de 2020, próximo do dia da Consciência Negra, Carolina Maria de Jesus recebeu uma homenagem póstuma

de Doutora Honoris Causa pela UFRJ pelo reconhecimento da importância de sua obra:

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”.

## Lélia Gonzalez



Lélia Gonzalez (1935-1994): Historiadora e Filósofa, filha de um operário negro e uma empregada doméstica indígena, pensadora amefricana - cunhou o termo

“amefricanidade” para reivindicar uma análise da América a partir da sua formação histórica e cultural de grande influência indígena e africana. Militante feminista negra, foi grande pensadora crítica dentro do Movimento Negro no Brasil, fundadora do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras no Rio de Janeiro e do Bloco Olodum na Bahia. Foi pioneira na

articulação teórica e prática das questões de raça, classe e gênero, bem antes do surgimento do termo interseccionalidade. Seus diálogos teóricos perpassam os pressupostos da filosofia, psicanálise e candomblé para formular sobre a subalternidade do povo negro em geral e das mulheres negras em particular

“E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (LÉLIA GONZALEZ, Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira - 2000).

## Djamila Ribeiro



Djamila Ribeiro: Filósofa, mãe, feminista negra e ativista no campo acadêmico, Djamila é um dos nomes mais influentes do feminismo negro no Brasil, fazendo ecoar sua potente voz desde a internet, programas de televisão

até colunas de jornais. Uma de suas grandes contribuições históricas para as mulheres negras é a Organização da Coleção Feminismos Plurais, que publica livros com uma intelectual, mas também com a prática política. Considerando que a linguagem sempre foi utilizada como mecanismo de manutenção de poder, o pensamento feminista negro se manifesta também como uma crítica aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora

que historicamente tem se apropriado de uma narrativa discursiva muito inacessível para dialogar com as questões práticas que envolvem a realidade do povo, para além da necessidade da descolonização das relações é imprescindível que haja também a descolonização do conhecimento.

“É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes

e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito de humanidade”.

## Conceição Evaristo



Conceição Evaristo: Professora e escritora, filha de lavadeira, cresceu na periferia de Belo Horizonte, desde pequena enfrentou a necessidade de conciliar os estudos com trabalho doméstico. Tendo a escrita como ato político, é autora de romances, contos e poemas, Evaristo é uma das vozes negras mais importantes da literatura contemporânea,

tendo grande influência internacional e sendo reconhecida tardiamente aqui no Brasil. Sua luta é para que negras e negros tenham direito à escrita e acesso à leitura, assumindo assim o protagonismo de contar suas histórias através das experiências embasada nas subjetividades das mulheres negras, criando assim o termo “escrevivências”,

“a nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”

# Fiquemos então com sua poesia:

“Meu rosário é feito de contas negras e mágicas. Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falo padres-nossos, avemarias. Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques do meu povo e encontro na memória mal adormecida as rezas dos meses de maio de minha infância. As coroações da Senhora, onde as meninas negras, apesar do desejo de coroar a Rainha, tinham de se contentar em ficar ao pé do altar lançando flores.

As contas do meu rosário fizeram calos nas minhas mãos, pois são contas do trabalho na terra, nas fábricas, nas casas, nas escolas, nas ruas, no mundo. As contas do meu rosário são contas vivas. (Alguém disse um dia que a vida é uma oração, eu diria, porém, que há vidas blasfemas.) Nas contas de meu rosário eu teço entumecidos sonhos de esperanças. Nas contas de meu rosário eu vejo rostos escondidos

“por visíveis e invisíveis grades e embalo a dor da luta perdida nas contas de meu rosário. Nas contas de meu rosário eu canto, eu grito, eu calo. Do meu rosário eu sinto o borbulhar da fome no estômago, no coração e nas cabeças vazias. Quando debulho as contas de meu rosário, eu falo de mim mesma um outro nome. E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas, vidas que pouco a pouco descubro reais. Vou e volto por entre as contas de meu rosário, que são pedras marcando-me

o corpo-caminho. E neste andar de contas-pedras, o meu rosário se transmuda em tinta, me guia o dedo, me insinua a poesia. E depois de macerar conta por conto o meu rosário, me acho aqui eu mesma e descubro que ainda me chamo Maria.”

Conceição  
Evaristo  
Caderos  
(Negros)



Carla Akotirene

Carla Akotirene: Feminista negra baiana, Doutoranda pela UFBA, atua como Assistente Social em Salvador acolhendo mulheres vítimas de violências, é coordenadora do

Projeto Opará Saberes destinado à instrumentalização teórico-metodológica de mulheres negras concorrentes à vagas de mestrado e doutorado em Universidades Públicas. Sua trajetória de vida e intelectual como feminista negra nos inspira a dar um giro decolonial na nossa forma de compreensão e escrita da nossa própria história. Em seu potente livro-ebó *Interseccionalidade* (2019) ela descortina uma linguagem reivindicando a África como locus epistemológico da história da humanidade:

“No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. Segundo profecia ioruba, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é divido, Exú, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito.”

## Sueli Carneiro



Sueli Carneiro: Filósofa, educadora, escritora, doutora em educação e feminista negra fundadora do Geledés - Instituto

da Mulher Negra. Filha de uma costureira e de um ferroviário, desde criança Carneiro teve que enfrentar o racismo que dividia as pessoas em cores e oportunidades e, através do apoio de sua família, ela teve o propósito de estudar para combater as desigualdades e as injustiças às quais as pessoas negras são submetidas,

principalmente as mulheres negras que são marcadas pelos atravessamentos das opressões de raça, classe e gênero, assim, Sueli é porta-voz e referência da luta antirracista, é defensora das cotas nas Universidades e pesquisadora com importantes publicações no âmbito nacional e internacional sobre racismo estrutural, gênero, raça e direitos humanos.

“Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta.”

## bell hooks



bell hooks: Gloria Jean Watkins é Feminista e Ativista negra estadunidense, assina sua obra como bell hooks, pseudônimo em homenagem a

sua tataravó Bell Blair Hooks, e ela exige que o nome seja escrito todo em minúsculo para que possa se diferenciar de sua ancestral e dar mais visibilidades ao conteúdo de seus textos do que a sua biografia pessoal, mesmo considerando o “pessoal como político”. Hooks tem um vasto trabalho intelectual com mais de 30 livros publicados “pessoal como político”. Hooks tem um vasto trabalho intelectual com mais

de 30 livros publicados que são marcados por reflexões em torno de assuntos como racismo e feminismo, política, pedagogia, dominação e resistência. Defende uma pedagogia interseccional que promova uma educação libertadora que valorize os povos oprimidos e que dê suporte para que haja transformação estrutural na sociedade, rompendo com os fatores da perpetuação dos sistemas de opressão e dominação.

“Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura.”

## Audre Lorde



Audre Lorde (1934-1992): Preta, lésbica, mãe, guerreira e poeta, assim ela se definia. Ativista, pensadora e professora nascida em Nova York, Lorde foi uma mulher que teve uma militância marcada pelo questionamento do machismo dentro das comunidades negras,

mãe lésbica pensando a masculinidade de seu filho, ela nos convida a romper com os medos que nos paralisam diante da descoberta de quem somos e que devemos transformar o silêncio em ação revolucionária e que devemos usar o erótico como poder:

“quando falo do erótico, então, falo dele como uma afirmação da força vital das mulheres; daquela energia criativa fortalecida, cujo conhecimento e cuja aplicação agora reivindicamos em nossa linguagem, nossa história, nossa dança, nossos amores, nosso trabalho, nossas vidas”.



Angela Davis

Angela Davis: Filósofa, feminista negra, ativista e abolicionista com participação revolucionária no Movimento Panteras Negras nos Estados Unidos. A história de vida dessa mulher é um chamado à transgressão de assumir a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista como fundamento de nossas lutas e como garantia de uma existência pautada na restituição de humanidades negadas para os povos que historicamente

foram subalternizados pelos sistemas de opressões e dominações. Davis foi presa nos anos 70, seu julgamento comoveu o mundo inteiro, pois significava uma tentativa de condenação e arrefecimento da luta de todo povo preto, através de grandes mobilizações foi inocentada e liberta, tornando-se símbolo vivo da luta feminista negra e socialista em esfera planetária. Mesmo sendo marxista, sempre defendeu a inseparabilidade das questões de raça, classe e gênero para se pensar a história da humanidade. Desta forma, ela tece forte crítica ao sistema prisional perverso e desumano “depositários dos humanos considerados lixo”, que se mantém através do encarceramento e criminalização da classe trabalhadora negra. Em uma de suas

vindas à Bahia, ela faz um chamado reflexivo para a esquerda em geral e para as feministas em particular para não deixarem seduzir pelas propostas de um “capitalismo mais humanizado” e alerta sobre a importância de pensarmos novas formas de justiça para além do encarceramento em massa dos corpos e corpos negros.

“Não reivindicamos ser incluídas em uma sociedade profundamente racista e misógina, que prioriza o lucro em detrimento das pessoas. Reivindicar a reforma do sistema policial e carcerário é manter o racismo que estruturou a escravidão. Adotar o encarceramento como estratégia é nos abster de pensar outras formas de responsabilização. Por isso, hoje faço uma chamada feminista negra para abolirmos o encarceramento como forma dominante de punição e pensarmos novas formas de justiça.”



Erica Malunguinho:

Erica Malunguinho: Educadora, Deputada e Mestre em Estética e História da Arte pela USP, nascida em família de militantes

pernambucanos é a primeira mulher trans eleita como deputada (PSOL) em São Paulo, neste lugar, Malunguinho vem tentando exercer na prática uma iniciativa de representação política onde a mulher negra seja centralidade através do que ela chama de “Mandata Quilombo de Erica Malunguinho”, composta pela maioria feminina e negra. Toda sua militância é baseada na luta pela terra e em sua influente atuação como educadora dedicou-se a trabalhar nas formações de educadores em escolas

e diversos projetos abordando a partir da arte-educação as relações étnicas raciais, sexualidade e política. Defensora das causas indígenas, quilombolas, povos de terreiros, mulheres, população carcerária e da população LGBTQIA+ é criadora da Aparenta Luiza um Quilombo Urbano que se constituiu como um espaço de referência de luta, resistência, acolhimento, produção artística e intelectual dos povos subalternizados na capital paulista.

“Classe é uma consequência de raça em território como o Brasil. Raça é o fundamento da nossa sociedade, não é recorte.”

# AGRADECIMENTOS

Abraço e agradeço a cada uma de vocês que, fortalecendo a sororidade, confiaram em desvelar suas narrativas de vidas e sonhos para mim, sei que esta empatia e confiança fluíram tão bem por eu também ser uma de vocês, nos reconhecemos porque estamos do mesmo lado nas trincheiras de lutas combatendo um mesmo inimigo.

Mais forte que o inimigo são os nossos sonhos, nossa rebeldia e nosso amor pela vida e pela liberdade. Vocês são inspirações que vêm da força da terra, das quadras da lua, dos ciclos da natureza, vocês são como as águas do Rio Aliança, às vezes se apresentam límpidas e noutras vezes turvas, às vezes calmas e depois revoltas, ora sutis como uma nascente e depois abundantes como o desaguar no mar.

Como a perspicácia de um raio e firmeza de uma tempestade, tomo a benção de minha amiga que também é minha mãe, Hundira Cunha, que me estendeu a mão quando a cegueira do desespero fazia morada em mim.

Que o Axé sagrado se estabeleça nos caminhos de Leticia Menezes e Flávia Lopes por terem acreditado neste projeto e aceitado a proposta súbita para diagramação e identidade visual desta revista.



# Sobre a autora



Imagem de acervo pessoal

## Rosimária Ribeiro

Sou feminista negra, mãe de Eloá, militante do MST e educadora. Mestranda em Educação e Relações Étnico-raciais pela UFSB, Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela FIOCRUZ e graduada em História pela UFPB

Toda minha trajetória de luta, de estudos formais e não formais, tudo que experienciei, desde as dores até as vitórias e conquistas que me compõem, serviram para desenvolver minha consciência enquanto mulher, feminista e negra.

Tal construção não é um processo que apenas nos coloca numa posição de orgulho de ser mulher e se perceber negra, pois sabemos que os traumas interseccionais, por mais que tenhamos uma consciência do lugar que ocupamos nas avenidas das opressões, costumam fazer visitas longas, logo, afirmamos que perceber-se negra é um caminho dubiamente dialético, é um lugar de afirmação do que se almeja enquanto devir e negação daquilo que historicamente está posto, onde nós mulheres negras somos consideradas o “outro” do outro por não sermos nem brancas e nem homens, como afirma KILOMBA:

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status,

enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2012, p.124).

Todo este processo de dupla “outridade” tem servido como obstáculo para o reconhecimento das lutas das mulheres negras para se tonarem e serem reconhecidas como sujeitos políticos. Neste sentido, o desafio de se descobrir negra numa sociabilidade marcada pela dominação racista, classista e de hegemonia sexista vai além de somente perceber nosso lugar de subordinação diante de tais relações, significa criticar esse sistema e buscar construir outra hegemonia, como bem sugere RIBEIRO:

Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos (RIBEIRO, 2016, p. 100).

Em ordem decrescente, sou a 5ª de 9 irmãos - cinco mulheres e quatro homens. Desses, apenas eu e minha 4ª irmã concluímos o ensino médio e superior, dado que não me envaidece, apenas me entristece porque infelizmente os meus outros irmãos não conseguiram enfrentar o desafio de conciliar estudo e trabalho na roça, optando assim pelo último, por diversas questões que impedem o povo camponês de ter acesso à escola.

Na minha família também me sinto como esse “ponto fora da curva”, pois nunca me senti confortável ao cumprir as regras do que era estabelecido para nós mulheres negras e pobres.



Imagem de acervo pessoal

Somos mulheres negras nascidas em uma sociedade de arraigada repugnância e desprezo por tudo que é negro e que vem das mulheres. Somos fortes e persistentes. Também temos cicatrizes profundas (LORDE, 2019, p. 191).

Apesar das cicatrizes profundas e da hostilização das mulheres negras nesta sociedade, “somos fortes e persistentes” e por mais que seja muitas vezes difícil nomeá-las, construímos e reconstruímos ao nosso modo novas maneiras de experimentar o mundo, “podemos senti-las e procurar articulá-las. Como fazer conexões e curar divisões desnecessárias é tarefa do feminismo” (BEREANO, 2019, p. 11). Estar neste constante movimento e me descobrir mulher negra e feminista é motivo de esperança, esperança esta que se forja num longo percurso militante no MST, nas vivências pessoais e na trajetória de formação acadêmica que foram fundantes para meu processo de formação humana enquanto mulher negra.

Apesar de na graduação a grade curricular não ter nos possibilitado contato com a literatura das feministas negras e nem sobre a questão de raça, estudamos gênero muito na perspectiva do Feminismo Socialista e Revolucionário, pautado também por feministas brancas, que a

borda as mulheres muito através da universalização de um modo de ser mulher, muito num viés da “branquitude”, mas nos bastidores eu fazia parte de um grupo de 5 mulheres chamado “las brujas”, onde sempre debatíamos sobre feminismo, identidades negras, artes, músicas, poesias, sexualidade etc e assim minimamente fui desenvolvendo um processo de consciência enquanto mulher negra, de tomar atitudes, de não mais alisar o cabelo e ir em busca de minhas origens, do chamado da ancestralidade e assim neste conturbado processo de descobertas tornei-me uma feminista negra e candomblecista.



Imagem de acervo pessoal

Não me lembro de como, mas hoje já sei o porquê, eu sempre me identificava com as músicas e questões das religiões de matriz africana sem mesmo ter noção do que elas representavam. As músicas e acessórios despertavam-me curiosidades, e era como se fosse um chamado, e era, um chamado para o encontro com minhas raízes e Oxóssi, sendo um bom caçador, atirou a primeira flecha desse chamado e acertou em cheio meu coração e meu espírito me levando para o colo e as águas de mainha Oxum.

Atendendo a este chamado, em 2012, comecei a frequentar o Terreiro Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, pertencente à Nação Ijexá e coordenado pelo Babalorixá Omisilê o Luciano Costa, que se localiza entre os limites do ATV e da cidade de Arataca. Em março de 2014 realizei o ritual de iniciação na religião do Candomblé, muito conhecido como a "Feitura do Santo". Tomei essa iniciativa porque os mais velhos costumam dizer que "quem é do Santo atende o chamado de entrar na religião pelo amor ou pela dor", fui salva pelo primeiro, foi o amor que ainda desconhecia que me levou até o Ilê e por isto escolhi firmar meu Orí na religião.

Fui iniciada para exercer o cargo de Ìyá Kekerê, um posto de mãe dentro do Ilê de grande confiança para o Bàbàlòrixà e Ìyálòrixà, considerada a Mãe Pequena do Asè que contribui na administração e logística da casa e dos filhos de Santo. Nesta religião também o processo de iniciação significa um nascimento para o candomblé e neste renascer fui batizada pela dijina (nome) de Ìyàdemi.

O terreiro foi e é este lugar de fortalecimento das percepções das influências afro-indígenas que envolvem a espiritualidade e o afloramento das sensibilidades para entender que tudo no Universo está interligado. A dimensão vívida e sagrada das águas, da terra, da floresta, das ervas, do vento, do fogo, ajudou a reforçar aquilo que defendemos como mística, sustentabilidade, como agroecologia e a importância histórica que as mulheres cumprem neste processo, ou seja, "os saberes que me constituem também advêm de orixás" (RIBEIRO, 2018, p. 18).

Afirmo que esta trajetória permeada por dores, conquistas, vitórias, alegrias e amores permitiu elevar o meu nível de consciência através de

um viés interseccional, uma "consciência que compromete a minha escrita como um lugar de autoafirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra" e feminista. (EVARISTO 2007, p. 20).



Imagem de acervo pessoal

# Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro).

ANZALDÚA, Glória Evangelina. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Revista Estudo Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 28 Nov. 2018.

BEREANO, Nancy K: Introdução. In: LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferências. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte, 2019.

CALDART: PEDAGOGIA DO MOVIMENTO In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução livre: Plataforma Gueto, 2013. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda, 1982.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução livre: Plataforma Gueto, 2013. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda, 1982.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005.

\_\_\_\_\_ Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. Publicado no livro Representações Performativas Brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces. (org) Marcos Antônio Alexandre, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007, p 16-21.

\_\_\_\_\_ Olhos d'água. Pallas Editora, Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_ Becos da Memória. Pallas Editora, 3ª ed. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_ Dos risos, dos silêncios e das falas. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charlton (Org.). Mulheres no Brasil: resistências, lutas e conquistas. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

## Fonte das imagens

FRETAS, Ingrid Inácio de: A Questão (da reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia - Dissertação de Mestrado: UFBA, 2009.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro)

\_\_\_\_\_. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Revista internacional de direitos humanos, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

\_\_\_\_\_. Quem tem medo do feminismo negro?. Editora Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

Imagem de Érica Malunguinho: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625>; Acesso: 01/03/21 às 14:00h

Imagem de Angela Davis: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625>; Acesso: 01/03/21 às 14:03h

Imagem de Djamila Ribeiro: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2020/07/filha-de-djamila-ribeiro-recebe-ameaca-nas-redes-sociais.html>. Acesso em 01/03/21 às 16:18h

Imagem de Carla Akotirene: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/entre-genero-raca-e-classe/>. Acesso em 01/03/21 às 16:19h

Imagem de Sueli Carneiro: Sueli Carneiro <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro-hoje/>. Acesso em 01/03/21 às 16:21h

---

Imagem de Audre Lorde:  
<https://www.newstatesman.com/culture/books/2017/09/feminist-lesbian-warrior-poet-rediscovering-work-audre-lorde>. Acesso em 01/03/21 às 16:22h

Imagem de bell hooks:  
<https://projecthumanities.asu.edu/content/bell-hooks>. Acesso em 01/03/21 às 16:33h

Imagem de Carolina Maria de Jesus:  
<https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em 01/03/21 às 16:24h

Imagem de Conceição Evaristo:  
<https://escolaeducacao.com.br/conceicao-evaristo/>. Acesso em 01/03/21 às 16:26h

Imagem de Lélia Gonzalez:  
<https://sp.cut.org.br/noticias/hoje-na-historia-lelia-gonzalez-f5ba>. Acesso em 01/03/21 às 16:27h



*Olabisi*

• LABORATORIO CRIATIVO •